



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL EICOS

PATRÍCIA DIAS DA SILVA

PROJETO DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (PIER):
REPRESENTATIVIDADE NEGRA, POLÍTICA E INCLUSÃO NA PÓS-
GRADUAÇÃO

Rio de Janeiro
2023

PATRÍCIA DIAS DA SILVA

**PROJETO DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (PIER):
REPRESENTATIVIDADE NEGRA, POLÍTICA E INCLUSÃO NA PÓS-
GRADUAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de mestre Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Beatriz Akemi Takeiti

Coorientador: Prof. Dr. Júlio Cesar de Souza Tavares

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S586p Silva, Patricia Dias da
Projeto de Integração Étnico-Racial (PIER):
representatividade negra, política e inclusão na pós
graduação / Patricia Dias da Silva. -- Rio de
Janeiro, 2023.
134 f.

Orientadora: Beatriz Akemi Takeiti.
Coorientador: Julio Cesar de Souza Tavares.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2023.

1. Representatividade negra. 2. Comunidades
virtuais. 3. Política de ação afirmativa . 4.
Psicossociologia. 5. Pós-Graduação. I. Takeiti,
Beatriz Akemi, orient. II. Tavares, Julio Cesar de
Souza, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

Às 10:00 hs do dia 02/03/2023, o(a) aluno(a) PATRICIA DIAS DA SILVA (registro nº. 121016554), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Beatriz Akemi Takeiti, CPF nº 259.447.918-70 (orientadora e presidente da banca), CPF nº 837.016.487-00, Julio Cesar de Souza Tavares (coorientador), CPF nº 352332067-49, Ricardo Lopes Correia, CPF nº 339.227.528-02 e Marcia Cabral da Costa, CPF nº 012.438.657-17; membros suplentes: Mônica Machado Cardoso, CPF nº 933.770.707-10 e Cecília Maria Izidoro Pinto, nº 67307019787. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado “Projeto de Integração Étnico-Racial (PIER): Representatividade Negra, Política e Inclusão na Pós-Graduação” foi: (X) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a):

Beatriz Akemi Takeiti

Julio Cesar de Souza Tavares

Marcia Cabral da Costa

Aluno(a):

Patricia Dias da Silva

Julio Cesar de Souza Tavares

Ricardo Lopes Correia

Observações:

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Beatriz Akemi Takeiti
Assinatura do Orientador

Data: 02/03/2023

Aos meus amados pais Maria Magdalena e Diógenes in memoriam, à minha querida filha Ayana, ao meu Luciano, ao meu amigo Max, ao meu Papai de consideração Jácome, à minha orientadora Beatriz, ao meu co-orientador Júlio e a todos os meus amigos do PIER.

“Ubuntu - eu sou porque nós somos”.

RESUMO

Frente às desigualdades raciais, tem sido cada vez mais frequente o debate em torno do racismo e da inclusão de pessoas negras, seja na Universidade, no mercado de trabalho e em outros espaços sociais. O PIER, é uma intervenção psicossocial que usa recursos do mundo virtual para atingir o presencial, que mapeia negros na pós-graduação, oferece letramento em questões raciais, acolhimento psicológico contra o racismo e capacitação das pessoas negras na pós-graduação. O grande dilema é se ações independentes do PIER são viáveis para contribuir com as ações afirmativas, com o aumento de inclusão tanto dos corpos negros quanto da epistemologia negra na pós-graduação e com a sensibilização das Instituições de Ensino Superior como de empresas para investirem mais na ecologia social que tem como perspectiva a inclusão racial. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de compreender as vivências de pessoas negras no sistema de acesso e permanência na pós-graduação, tendo como cenário as políticas de ações afirmativas no Brasil. Realizou-se um estudo de caso único sobre o Projeto de Integração Étnico-racial, de acrônimo PIER, juntos aos integrantes desta rede. Os instrumentos de coleta foram: questionário online, com perguntas abertas e fechadas aos participantes. Responderam ao questionário 51 participantes e destes foram selecionados 11 integrantes, que eram ativos em ao menos uma atividade do PIER, para a realização de uma entrevista grupal no formato de roda de conversa virtual. Os resultados encontrados apontam que a representatividade negra na pós-graduação não é expressiva, comparada com o percentual da população negra do Brasil. As políticas de inclusão poderiam ser mais incisivas e mais programas de pós-graduação poderiam adotar as cotas com recorte racial. As pessoas negras na pós-graduação brasileira vivem um sentimento constante de não pertencimento, incapacidade, silenciamento e opressão. Espera-se que este estudo possa contribuir para aumentar o acesso, a permanência e a ascensão das pessoas negras na pós-graduação brasileira, com o intuito de melhorar a sua posição social na sociedade e a conquistar cargos de lideranças.

PALAVRAS-CHAVES: psicossociologia, representatividade negra, política de ação afirmativa, pós-graduação, comunidades virtuais

ABSTRACT

Faced with racial inequalities, the debate around racism and the inclusion of black people has been increasingly frequent, whether at the University, in the labor market or in other social spaces. PIER is a psychosocial intervention that uses resources from the virtual world to reach the face-to-face, which maps black people in postgraduate courses, offers literacy in racial issues, psychological care against racism and training of black people in postgraduate school. The great dilemma is whether independent actions by PIER are viable to contribute to affirmative actions, with the increase in the inclusion of both black bodies and black epistemology in postgraduate studies and with the awareness of Higher Education Institutions and companies to invest more in social ecology that has racial inclusion as its perspective. Thus, this research aims to understand the experiences of black people in the system of access and permanence in postgraduate studies, having as a backdrop the affirmative action policies in Brazil. A single case study was carried out on the Ethnic-racial Integration Project, with the acronym PIER, together with the members of this network. The collection instruments were: online questionnaire, with open and closed questions to the participants. Fifty-one participants answered the questionnaire, and from these, eleven members were selected, who were active in at least one PIER activity, to carry out a group interview in the format of a virtual conversation wheel. The results found indicate that black representation in post-graduation is not expressive, compared to the percentage of the black population in Brazil. Inclusion policies could be more incisive and more postgraduate programs could adopt racially-based quotas. Black people in Brazilian postgraduate courses experience a constant feeling of non-belonging, incapacity, silencing and oppression. It is hoped that this study can contribute to increasing the access, permanence and ascension of black people in Brazilian postgraduate courses, with the aim of improving their social position in society and gaining leadership positions.

KEYWORDS: psychosociology, black representativeness, postgraduate, affirmative action policy, virtual communities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Símbolos Adinkra - Sankofa (1) - Símbolo de sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.....	27
Figura 2 - Símbolos Adinkra - Sankofa (2) -Símbolo de sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.....	28
Figura 3 - Foto do grafite da escrava Anastácia não silenciada na Pedra do Sal.....	35
Figura 4 - Convite para participar do WhatsApp do grupo PIER e no portfólio do Instagram	45
Figura 5 - Imagem do Portifólio da representatividade do PIER no Instagram @piervirtual.....	46
Figura 6 - Logo teste do PIER, criada 2019, por Max Fabian.....	47
Figura 7 - Logo final do PIER, criada em 2019 por Max Fabian.....	47
Figura 8 - Imagem dos livros da Biblioteca preta virtual do PIER.....	50
Figura 9 – Imagem da primeira proposta de roda de conversa - outubro de 2021.....	51
Figura 10 – Imagem da divulgação da primeira proposta de preparatório étnico racial gratuito para pós-graduação incluindo pessoas trans e deficientes - novembro e dezembro de 2021.....	51
Figura 11 - Imagem da divulgação da roda de conversa sobre a programação de 2022.....	52
Figura 12 – Imagem de divulgação da primeira pesquisa apresentada do PIER - na área da saúde 2021- área saúde 2021.....	52
Figura 13 – Imagem da divulgação de pesquisa apresentada no PIER – área de educação em 2022.....	53
Figura 14 – Imagem da divulgação de pesquisa apresentada no PIER - área de física em 2022.....	53
Figura 15 – Imagem da divulgação da roda de conversa sobre bibliografia decolonial em 2022.....	54
Figura 16 - Imagem da divulgação da primeira intervenção do PIER e seus pesquisadores com a empresa SESC- Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial do PIER com Sesc Madureira - junho de 2022.....	55

Figura 17 - Foto (1) dos alunos na intervenção do PIER junto ao SESC, no Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial no Sesc Madureira - junho 2022.....56

Figura 18 - Foto (2) dos alunos na intervenção do PIER junto ao SESC, no Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial no Sesc Madureira - junho 2022.....56

Gráficos

Gráfico 1 –Rendimento – hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, por cor ou raça, segundo o nível de instrução – Brasil 202025

Gráfico 2 –Proporção de pessoas em ocupações informais por cor ou raça – Brasil 2012-2020.....25

Gráfico 3 – Mestres e Doutores nas IES por autodeclaração de cor e raça – FAPESP 2021.....39

Gráfico 4 - Empregabilidade dos pós-graduandos do curso de inglês.....48

Gráfico 5 - Tempo de permanência dos pós-graduando PIER.....60

Gráfico 6 –. Autodeclaração étnica dos participantes do PIER.....61

Gráfico 7 – Faixa etária dos participantes pós-graduandos no PIER.....62

Gráfico 8 – Perfil acadêmico dos pós-graduandos no PIER62

Gráfico 9 - Situação profissional dos participantes.....63

Gráfico 10 – Ingresso na pós-graduação pelas políticas de ações afirmativas.....64

Gráfico 11 –Sobre bancas de heteroidentificação..... 65

Gráfico 12 – A “Cota” contribui para uma pós-graduação mais plural65

Gráfico 13–. Quanto a origem da pós-graduação.....66

Gráfico 14– Percentual de docentes negros na sua pós-graduação.....67

Gráfico 15 – Percentual de discentes negros na sua pós-graduação.....	67
Gráfico 16 – Percentual de bibliografia com tema da negritude	68
Gráfico 17 – A representatividade de grupos étnicos para universidade.....	69
Gráfico 18 – Mais negros aumentar as chances da inserção no mercado de trabalho.....	69

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – População ocupada e variação percentual das pessoas ocupadas, por nível de instrução nível de instrução, segundo características selecionadas - Brasil 2019-2020....23
- Tabela 2** – População ocupada e proporção em ocupações informais por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação 2020.....24
- Tabela 3** – Caracterização dos participantes na roda de conversa.....72

LISTA DE SIGLAS

AAPF	Fórum de Política Afro-americana
CAP	Colégio de aplicação
CAPES	Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Educação Superior
CEJA	Centros de Educação de Jovens e Adultos
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CEPG	Centro de Estudos e Pós-Graduação
CIJ	Centro de Justiça Interseccional
CISPS	Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COPENE	Congresso Brasileiro De Pesquisadores Negros
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
EDUCAFRO	Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
EICOS	Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERER	Programa de Pós-graduação Educação para Relações Étnico-Raciais
FACUMINAS	Faculdade de Minas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAVENI	Faculdade de Venda Nova do Imigrante
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
MEC	Ministério da Educação
NEPRE	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação
PAF	Plano de Atendimento Familiar
PIER	Projeto de Integração Étnico-Racial
PPGCI	Programa de Pós-Graduação da Ciência da Informação
PPGEB	Programa de Pós-graduação de Ensino Básico
PPRER	Programa De Pós-Graduação Em Relações Étnico-Raciais
PVNC	Pré-vestibular para Negros e Carentes
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
RU	Restaurante Universitário
SESC	Serviço Social do Comercio
TAZ	Zona Autônoma Temporária
UCLA	Universidade da Califórnia em Los Angeles
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
HIPÓTESE.....	20
OBJETIVOS.....	21
OBJETIVO GERAL.....	21
OBJETIVO ESPECÍFICO.....	21
CAPÍTULO 1 – IDENTIDADES E REPRESENTATIVIDADE NEGRA.....	22
1.1. INCLUSÃO SOCIAL, INTERSECCIONALIDADE E A INCLUSÃO RACIAL .	22
1.2. A EXCLUSÃO DO NEGRO DESDE OS POVOS ORIGINÁRIOS.....	27
1.3. A IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL, A RACIALIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS.....	29
1.4. A SEGREGAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO.....	33
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE NEGROS E NEGRAS NA UNIVERSIDADE.....	36
2.1. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO.	36
2.2. A PÓS-GRADUAÇÃO E SUAS EXPERIÊNCIAS COM A AÇÃO AFIRMATIVA.....	38
2.3. DO SENTIMENTO DE SILENCIAMENTO, DE INVISIBILIDADE, E BUSCA DA IDENTIDADE	41
2.4. O PIER COMO UM ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO, AFIRMAÇÃO E INCLUSÃO.....	42
CAPÍTULO 3 – METODOLÓGIA.....	57

CAPÍTULO 4 – DO CAMPO DA PESQUISA, O QUE SE APREENDE?	60
4.1. “AQUILOMBANDO” A/NA PÓS-GRADUAÇÃO: A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DE RESISTÊNCIA POLÍTICA:.....	70
4.1.1.AS COTAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO:.....	74
4.1.2. OS IMPACTOS DA OPRESSÃO E DA EXCLUSÃO SOBRE CORPOS NEGROS	75
4.1.3. ENTENDENDO SOBRE OS IMPACTOS DA RACIALIZAÇÃO.....	77
4.1.4. OS MARCADORES IDENTITÁRIOS E A NEGRITUDE.....	78
4.1.5. A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA PÓS-GRADUAÇÃO	79
4.1.6. A RESISTÊNCIA NEGRA NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	82
4.1.7. PIER -UM QUILOMBO VIRTUAL QUE OPERA REALIDADES	86
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS.....	99
ANEXO A - QUESTIONÁRIO.....	99
ANEXO B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	101
ANEXO C - RCLE.....	102
ANEXO D - ENTREVISTA TRANSCRITA NA ÍNTEGRA.....	107

APRESENTAÇÃO

Desde criança eu me sentia atravessada pelo racismo, porque não via as pessoas negras, representadas, em condições de igualdade.

O tempo foi passando e eu continuo contando as pessoas negras nos espaços sociais e me sinto feliz quando as vejo em posições de prestígio e liderança, porque isto ainda tem aspecto desigual no nosso país.

Assim, me especializei em várias áreas, porque eu tinha medo de ficar sem emprego. Eu acreditava que o estudo poderia me levar a algum lugar, mas não sabia que lugar com essa discriminação racial.

Aprendi a criar oportunidades de trabalho em cenários não muito propícios. Foi desta forma que comecei a ajudar pessoas desfavorecidas, principalmente negras, a se capacitarem e criarem sua própria fonte de renda, já que elas eram impactadas pela exclusão no mercado de trabalho e na educação, projetando na sua qualidade de vida.

Resolvi fazer um mestrado em Psicossociologia, para entender como os fenômenos sociais, como o racismo, impactam na vida da população negra e no seu psicológico e para fazer uma intervenção com a minha pesquisa nos meios de comunicação para serem mais inclusivos. Porém percebi que este problema ia além dos meios de comunicação, e se ampliavam para os espaços acadêmicos e nas empresas.

Assim almejando ver mais pessoas negras na minha pós-graduação, resolvi desenvolver o meu antigo projeto de integração étnico-racial com o intuito de promover a representatividade negra na pós-graduação.

Eu acredito que as ações de inclusão e de promoção da representatividade com a integração de grupos excluídos racialmente e socialmente na pós-graduação, podem aumentar o ingresso de pessoas segregadas neste espaço, auxiliar na permanência, fortalecer a identidade e recuperar a autoestima. Iniciativas de integração podem formar redes de autoajuda e parcerias que visam a ascensão de pessoas étnico-raciais excluídas na formação acadêmica e na conquista de melhores cargos no mercado de trabalho através da qualificação, favorecendo para uma sociedade mais justa e igualitária.

INTRODUÇÃO

Existe uma barreira que se atualiza, nutrida por novos mecanismos de poder, que retém a população negra brasileira e outros grupos étnico-raciais excluídos de ocuparem seus espaços, tanto no mercado de trabalho quanto na educação, se refletindo na pós-graduação.

Segundo o IPEA (2021), desde 1986 a 2019, em torno de três décadas, a desigualdade racial aumentou a desigualdade. Em relação à renda, se destacou o aumento de pessoas negras na população, entre a mais pobre, caracterizando uma desigualdade racial elevada e intacta.

O desenvolvimento da diversidade é limitado a um controle, conectado com o racismo e ao mérito da branquitude, mesmo com a política de inclusão nas universidades e projetos independentes que buscam a representatividade no corpo discente, docente e na bibliografia acadêmica.

Nesse cenário, todavia, deve ser ressaltado que qualquer tentativa de compreensão das correlações entre raça ou cor e outros atributos de estudantes de pós-graduação ou características de seus cursos mostra-se frágil, haja vista que a elevada subnotificação compromete o alcance da análise (MELLO, 2021, p.104)

As ações de inclusão racial são atravessadas pelo racismo e se readapta a cada dia. O silenciamento e a extinção dos corpos negros, como o maior grupo étnico-racial excluído na sociedade brasileira, se reflete em várias esferas da vida social, inclusive na pós-graduação mesmo com as políticas de ações afirmativas, as chamadas política da cota racial. A hegemonia branca e a reprodução institucional do seu privilégio criam mecanismos que servem como barreiras ao desenvolvimento da inclusão racial no Brasil. Surgem novas iniciativas nas universidades e projetos independentes que se tornam cada vez maiores, com apoio da tecnologia, que visam a ascensão e o fortalecimento da representatividade dos negros e dos grupos étnico-raciais excluídos. As mídias e redes sociais tornam-se um espaço de acolhimento e empoderamento sobre as questões raciais

e antirracistas na pós-graduação em um movimento antagônico ao mito da democracia racial e da hegemonia branca.

Ao reconhecermos que as políticas de ação afirmativa contribuem para a ampliação do número de pessoas que compartilham a identidade negra, estamos frente a um fenômeno que contraria as bases de nossa nacionalidade, que historicamente — em nome do mito da democracia racial — esteve calcada em políticas oficiais avessas a qualquer tipo de racialização (BERNARDINO, 2002, p.263).

O grande desafio desta pesquisa é descobrir que projeto pode contribuir com a inclusão racial na pós-graduação, mediante os obstáculos impostos pela branquitude para assegurar suas posições de privilégio, julgando as políticas inclusivas como discriminatória ou assistencialista. Esse fenômeno se assemelha ao que Cida Bento, psicóloga, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade chamado de Pacto Narcísico do Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Esta autora aponta que, “nos raros casos em que um negro conquistava a mobilidade real na empresa, seus colegas brancos se sentiam incomodados e mais intensa e visível se tornava a discriminação” (BENTO, 2002, p.19). A isso ela atribui a relação entre poder e branquitude.

Os diferentes posicionamentos das pessoas dos grupos étnico-raciais excluídos, acabam assumindo a máscara da branquitude, e impactam na forma de reivindicação enfraquecendo o discurso. Para Fanon (2008), “compreendemos agora por que o negro não pode se satisfazer no seu isolamento. Só existe uma porta de saída que dá no mundo branco” (p.60).

Levantamentos bibliográficos de artigos sobre a política de inclusão racial adotadas na pós-graduação e de iniciativas independentes, como pelo estudo de caso do Projeto de Integração Étnico-racial, PIER, fazem parte deste estudo que visa entender como desenvolver a representatividade negra e de grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação mediante a tanto desafios.

A alienação da imagem negra pelos povos colonizadores brancos vem desde o início da humanidade, impactando na saúde da população negra.

Esse clima de alienação finalmente afetou profundamente a personalidade do negro, especialmente o Preto educado que teve a oportunidade de tornar-se consciente da opinião pública mundial sobre ele e seu povo. Muitas vezes acontece que o intelectual Negro perde a confiança em suas próprias possibilidades e nas de sua raça (DIOP, 1974, p.31).

DU BOIS (2021) remete ao racismo como o mal que permanece na realidade mundial atualmente. Para ele, o problema do século XX é a linha de cor em que classifica homens pela pele mais clara daqueles de pele mais escura, originalmente de contextos da Ásia, África e América.

Abadias Nascimento (2016) afirma que a discriminação racial geralmente é distorcida para o viés econômico e tratada superficialmente, não tendo relevância no Brasil. Para ele, “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica – para citar um exemplo – por motivo de raça (p.97).

Esse estudo também perpassa pelo sentimento do povo preto de anulação, exclusão e silenciamento contínuo que se reflete na pós-graduação, que tem como base a abordagem da psicóloga, Neusa Santos, sobre a vida emocional de negros e negras com o impacto do racismo e do atravessamento do padrão branco como único caminho de mobilidade social. “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”(SOUZA 2021, p.25).

O Projeto de Integração Étnico-Racial, de acrônimo PIER, se torna como uma nova forma de reterritorialização, resistência, ativismo e suporte em busca do avanço da representatividade negra, indígena e asiática na pós-graduação. Pela internet, o PIER, usa das redes sociais, uma vez que a sua voz é silenciada nas instituições, tendo a similaridade pela sua invisibilidade e espaço de liberdade ao conceito de TAZ, Zona Autônoma Temporária de Hakim Bey. Segundo Bey (2001), “podemos conceber esta estratégia como uma tentativa de arquitetar a construção de uma net alternativa e autônoma, "livre" e não parasítica, que servirá como a base de uma "nova sociedade emergindo do invólucro da antiga"(p.38). Assim o PIER, investe na luta antirracista que se perpetua na nossa sociedade através de um racismo estrutural, institucional e sistêmico.

Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2020, p.34).

O movimento de ação afirmativa e a política de cota é movida de questionamento e encontra opositores desde o seu início, embora seja de importância para a sociedade brasileira. As cotas, segundo Martins (2018), constituem e se afirmam na diferença de sujeitos singulares, a fim de pensar numa sociedade mais justa e plural. Assim, esta pesquisa intenta produzir debates e afirmar posicionamentos, tentando responder de que modo as ações e políticas de inserção dos grupos étnico-raciais na pós-graduação permitem a construção de uma imagem negra, qualificada e resistente, frente ao racismo institucional.

HIPÓTESE:

A Lei das Cotas contribuiu para o aumento de pessoas negras na graduação, porém ainda há poucos corpos negros nestes espaços em virtude dos atravessamentos históricos advindos do racismo, da branquitude, que se caracterizam pela sua invisibilidade e fragmentação em lugares de maior nível hierárquico tanto profissional como educacional.

Mesmo com o aumento das cotas, segundo Venturi (2020), os corpos negros ainda são escassos nos programas de mestrado e doutorado do Brasil, principalmente se compararmos o percentual de inserção de pessoas negras na pós-graduação com o seu percentual de 56,2% em relação a população brasileira em geral (IBGE, 2020), ou seja, se caracterizando como a maior população do país e a segunda maior do mundo depois da Nigéria.

Os programas de pós-graduação, devido a sua autonomia, variam na adoção das políticas de ação afirmativas de acordo com a sua instituição de ensino superior, diferenciando no percentual de vagas ofertadas destinadas aos cotistas. Sendo assim, muitas universidades ainda não possuem cota e muito menos com recorte racial, pois acreditam que apenas as cotas sociais resolvem a exclusão racial.

Desta forma os grupos étnico-raciais excluídos permanecem resistindo em busca de ascensão, inclusão e pertencimento à pós-graduação.

OBJETIVOS:**Objetivo geral:**

Compreender as vivências de pessoas negras no sistema de acesso e permanência na pós-graduação de instituições de ensino superior.

Objetivos específicos:

- Levantar o perfil de pós-graduandos inseridos no Projeto de Integração Étnico-Racial (PIER);
- Analisar as estratégias utilizadas pelos pós-graduandos para se inserirem e permanecerem na pós-graduação, a partir das suas vivências.

CAPÍTULO 1 – IDENTIDADES E REPRESENTATIVIDADE NEGRA

1.1. INCLUSÃO SOCIAL, INTERSECCIONALIDADE E A INCLUSÃO RACIAL

A exclusão da população de baixa renda no Brasil reflete na sua educação, pois a população desfavorecida economicamente não tem acesso a um ensino de qualidade, reduzindo as suas chances de ingresso à universidade e conseqüentemente na aquisição de melhores oportunidades de emprego.

Outra informação importante é o abandono do jovem de baixa renda à universidade para auxiliar a família.

Ao observarmos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2020) do IBGE, podemos perceber na tabela 3 que a exclusão pelo viés da cor ou raça e de gênero revelam a desigualdade de rendimento no país.

Segundo o IBGE, em 2020, a população branca ganhava, em média, 73,3% a mais do que a população preta ou parda e os homens, 28,1% mais que as mulheres. As atividades econômicas com menores rendimentos médios são ocupados por pessoas de cor, ou raça, preta ou parda e de gênero feminino.

Tabela 1 – População ocupada e variação percentual das pessoas ocupadas, por nível de instrução nível de instrução, segundo características selecionadas – Brasil 2019-2020.

(corresponde a tabela 3 do IBGE2019-2020)

Características selecionadas	Nível de instrução				
	Total	Sem instrução ou fundamental incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino superior completo
População ocupada (1 000 pessoas)					
2019					
Total	94 956	23 104	14 356	38 387	19 109
Sexo					
Homens	54 347	15 603	9 047	21 129	8 568
Mulheres	40 610	7 501	5 309	17 258	10 541
Cor ou raça					
Branca	42 079	7 710	5 519	16 911	11 939
Preta ou parda	51 803	15 190	8 711	21 074	6 828
2020					
Total	86 673	18 710	11 934	36 480	19 550
Sexo					
Homens	50 492	13 027	7 806	20 782	8 877
Mulheres	36 181	5 683	4 127	15 698	10 673
Cor ou raça					
Branca	39 493	6 317	4 723	16 122	12 331
Preta ou parda	46 344	12 271	7 119	20 039	6 915
Variação 2020/2019 (%)					
Total	(-) 8,7	(-) 19,0	(-) 16,9	(-) 5,0	2,3
Sexo					
Homens	(-) 7,1	(-) 16,5	(-) 13,7	(-) 1,6	3,6
Mulheres	(-) 10,9	(-) 24,2	(-) 22,3	(-) 9,0	1,3
Cor ou raça					
Branca	(-) 6,1	(-) 18,1	(-) 14,4	(-) 4,7	3,3
Preta ou parda	(-) 10,5	(-) 19,2	(-) 18,3	(-) 4,9	1,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2020.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e de quintas visitas em 2020.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2020

Ainda, de acordo com o IBGE, se compararmos os anos de 2019 e 2020, as ocupações por nível de instrução sob os efeitos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho, afetaram diretamente os grupos populacionais mais vulneráveis e com menor escolaridade. Assim, podemos constatar que a população preta e parda, e as mulheres em geral, foram os grupos mais atingidos.

A informalidade, além de mostrar a desigualdade em rendimento, também revela que muitos trabalhadores nesta situação não terão benefícios sociais como aposentadoria e licenças remuneradas como seguro maternidade ou afastamento por motivo de saúde.

A Tabela 2 indica ainda que a população de cor ou raça preta ou parda está na sua maioria em ocupações informais, em quase todo o país, mesmo com a redução das ocupações informais em 2020, mostrando que a diferenciação entre cor ou raça está relacionada com as desigualdades historicamente constituídas.

A maioria das pessoas de cor ou raça preta ou parda é trabalhadora doméstica com ou sem carteira de trabalho assinada, ou em outras funções informais, caracterizadas como não contribuintes da previdência social.

Tabela 2 – População ocupada e proporção em ocupações informais por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação 2020.
(corresponde a tabela 4 da pesquisa do IBGE)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População ocupada					
	Total (1 000 pessoas)	Proporção em ocupações informais (%) (1)				
		Total	Sexo		Cor ou raça (2)	
			Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
Brasil	86 673	38,8	38,9	38,5	31,8	44,7
Norte	7 084	59,1	60,5	56,7	52,0	60,5
Rondônia	803	40,5	43,7	35,5	35,9	42,2
Acre	280	54,8	61,3	44,9	46,6	56,6
Amazonas	1 524	60,7	62,0	58,6	47,9	62,5
Roraima	204	50,6	53,5	46,1	51,7	49,5
Pará	3 362	64,8	64,8	64,8	60,9	65,5
Amapá	298	57,6	61,5	51,4	49,2	58,7
Tocantins	612	53,5	56,6	48,6	51,9	54,1
Nordeste	19 013	53,1	53,9	51,9	47,7	54,9
Maranhão	2 112	64,7	66,4	62,1	57,9	66,3
Piauí	1 136	62,6	63,4	61,5	54,6	64,7
Ceará	3 264	54,1	54,7	53,3	46,6	56,9
Rio Grande do Norte	1 209	45,0	45,1	44,8	41,3	47,2
Paraíba	1 268	53,1	54,5	51,0	47,4	55,9
Pernambuco	3 154	48,6	49,0	48,0	43,4	50,9
Alagoas	927	50,3	50,9	49,3	46,7	51,4
Sergipe	828	50,8	52,5	48,4	47,5	51,5
Bahia	5 115	51,2	51,8	50,2	50,8	51,2
Sudeste	39 050	32,8	32,5	33,3	29,7	36,3
Minas Gerais	9 456	37,1	36,6	37,9	33,0	39,9
Espírito Santo	1 818	40,3	39,5	41,5	40,0	40,6
Rio de Janeiro	6 831	34,0	33,0	35,2	30,8	36,5
São Paulo	20 944	29,9	29,8	30,0	27,8	33,1
Sul	14 228	26,1	24,9	27,7	25,2	28,8
Paraná	5 323	28,7	28,0	29,7	27,9	30,0
Santa Catarina	3 600	20,6	19,4	22,2	20,4	21,1
Rio Grande do Sul	5 304	27,3	25,6	29,5	26,3	31,5
Centro-Oeste	7 299	38,1	38,1	38,2	35,9	39,4
Mato Grosso do Sul	1 235	38,6	37,2	40,6	34,6	41,5
Mato Grosso	1 612	39,9	39,1	41,2	38,9	40,2
Goiás	3 110	40,2	40,6	39,7	37,7	41,6
Distrito Federal	1 342	30,7	31,6	29,6	30,5	31,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Nota: Dados consolidados de quintas visitas.

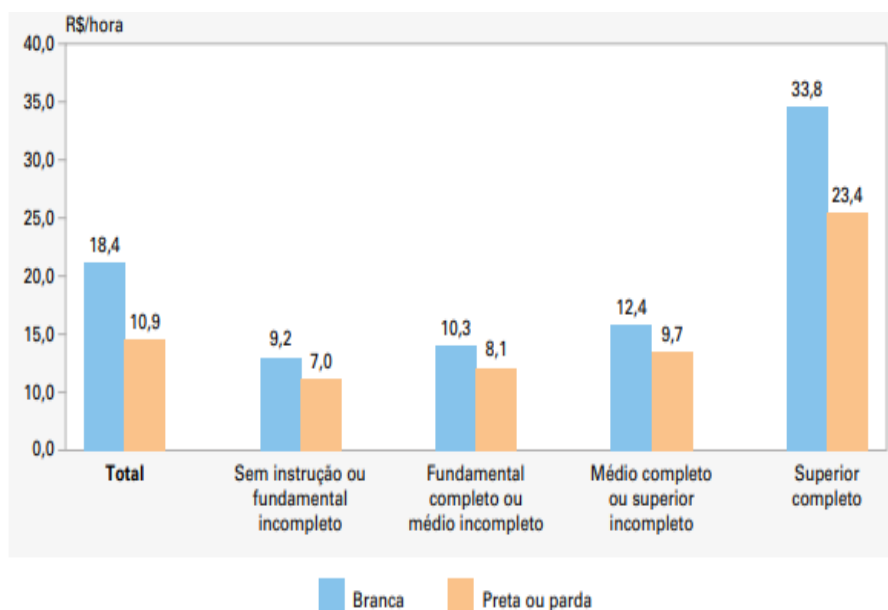
(1) Inclui empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar. (2) Não são apresentados resultados para cor ou raça amarela, indígena e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020

Muitas vezes o nível de escolaridade não está relacionado com a ocupação, porém a qualificação geralmente é importante para ocupações de liderança ou hierarquia superiores, influenciando no rendimento, ou seja, quanto mais elevado for o cargo, maior será o salário.

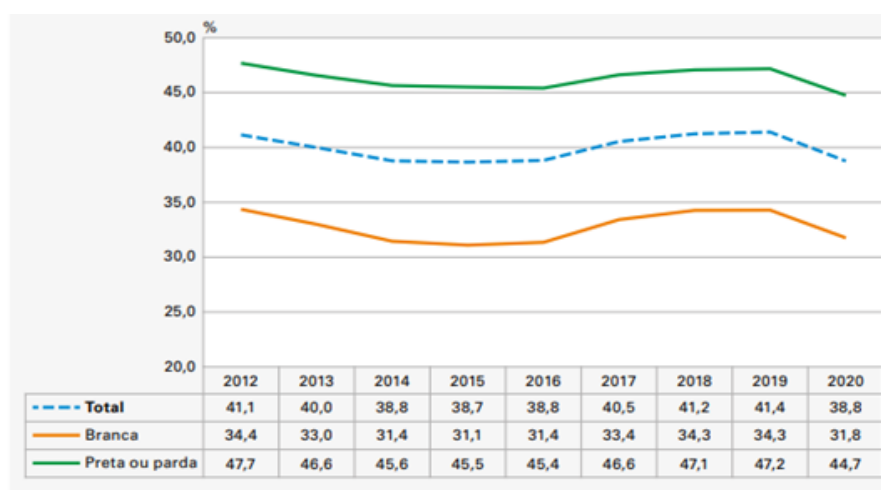
Se observarmos o gráfico 1 e 2 do IBGE 2020, podemos perceber que a população preta e parda está com o menor percentual em todos os níveis de instrução em ocupações formais e o maior percentual em ocupações informais.

Gráfico 1 –Rendimento- hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, por cor ou raça, segundo o nível de instrução – Brasil 2020 (corresponde ao gráfico 10, IBGE 2020)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 202.

Gráfico 2 –Proporção de pessoas em ocupações informais por cor ou raça – Brasil 2012-2020 (corresponde ao gráfico 13, IBGE 2012 -2020)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 -2020

O Brasil foi a último país a abolir a escravidão e mesmo assim ainda existe um grande dilema quando o tema é a discriminação racial, principalmente porque o racismo é um mecanismo de manutenção das hierarquias sociais, com o qual tem retido a população negra desde a escravidão até os dias de hoje à margem da sociedade.

Entre todos os grupos segregados no Brasil, segundo os dados coletados, é constatado que o maior deles no Brasil é a população negra, que também se caracteriza como o maior número populacional no país. Proporcionalmente quando se intersecciona com outros marcadores identitários como gênero, renda, deficiência, idade e orientação sexual, percebemos o quanto a população negra (preta e parda, segundo o IBGE) precisa ser incluída de uma maneira justa na sociedade brasileira.

A teoria da interseccionalidade foi criada por Kimberlé Williams Crenshaw, (advogada americana, especialista em direitos civis, filósofa e uma das principais estudiosas em teoria racial crítica. A Professora Crenshaw é professora na UCLA e na Escola de direito na Columbia, onde se especializou em questões raciais e de gênero, além de fundar o Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e do Fórum de Política Afro-americana (AAPF), bem como o presidente do Centro de Justiça Interseccional (CIJ), com sede em Berlim.

A teoria da Interseccionalidade de Crenshaw (1991), afirma que marcadores identitários sociais cruzados principalmente de grupos excluídos se comunicam com mecanismos sistemáticos de opressão, dominação ou discriminação, se destacando a sobreposição de gênero, raça, etnia, sexualidade e condição econômica.

Dentro de uma sociedade estruturalmente colonialista, escravagista, eurocêntrica, eugenista e machista, CRENSHAW (1991) afirma que todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão como mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, são vistos como inferiores perdendo o acesso aos seus direitos.

No Brasil, na luta pelo feminismo negro de Lélia González (1994), observamos a interseccionalidade de raça e gênero como marcadores identitários significativos.

“O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLEZ, 1994, p.224)

Para a desigualdade social, é necessário políticas públicas que devem auxiliar a inclusão de grupos excluídos, seja por renda, raça, gênero, deficiência, idade e orientação sexual.

1.2. A EXCLUSÃO DO NEGRO DESDE OS POVOS ORIGINÁRIOS

Bader Sawaia (2001) aborda sobre a dor mediada pelas injustiças sociais, caracterizada pelo sentimento de desvalor, de subalternidade e de humilhação. Essa dor é permanente na população negra desde a colonização até os dias de hoje no Brasil.

Para podermos avançar construindo o presente e melhorando o futuro das políticas de inclusão e de ação afirmativa, vamos utilizar o conceito de Sankofa e observar as experiências do passado.

O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental (USP, 2013).

Figura 1 -Símbolos Adinkra - Sankofa (1)

símbolo de sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.



Fonte: Acervo IPEAFRO

Figura 2 - Símbolos Adinkra - Sankofa (2)

símbolo de sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.



Fonte: Acervo IPEAFRO

O Sankofa está relacionado com o resgate dos saberes africanos, ou seja, o eu, o entorno e o coletivo, assim aquilo que foi feito no passado e foi apagado, pode ser restaurado e melhorado para modernidade.

Cheik Anta Diop (1974), com seu amplo conhecimento multidisciplinar respaldado por embasamento científico foi duramente criticado ao reconstituir o passado do Egito e das primeiras civilizações alegando que estas eram constituídas por negros. Diop ressalta a importância de historiadores negros para contar a verdadeira história de seus antepassados.

O Antigo Egito foi uma civilização Negra. A história da África Preta permanecerá suspensa no ar e não pode ser escrita corretamente até que historiadores Africanos se atrevam a conectá-la com a história do Egito (DIOP, 1974).

Segundo Diop, apesar do negro ter descoberto o ferro, ele não teria construído nenhum canhão, e a pólvora era usada pelos Sacerdotes egípcios para fins religiosos. Assim, a África ficou vulnerável ao ocidente que estava equipado com armas. O desenvolvimento da Europa no renascimento e o interesse em conquistar novas terras fomentou a conquista da África.

A visão do ocidente sobre os povos dominados e escravizados era de insuficiência, destituindo-os da sua cultura e de seu conhecimento com o objetivo de explorar seu

território e seu povo. E essa perspectiva se ampliou por todo o mundo, do oriente ao ocidente, chegando nas Américas e dentre os países destacamos o Brasil, onde os ideais racistas, eugenistas e eurocêntricos de superioridade vem influenciando no pensamento da sociedade desde a colonização até os dias de hoje.

Esse clima de alienação afetou profundamente a personalidade do negro, especialmente do preto educado que teve a oportunidade de tornar-se consciente da opinião pública mundial sobre ele e seu povo. Muitas vezes acontece que o intelectual negro perde a confiança em suas próprias possibilidades e na de sua raça (DIOP 1974, p.31)

1.3. A IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL, A RACIALIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS

A opressão é uma forma de dominação de uma pessoa, um grupo, uma comunidade, e que pode expressar autoridade de uma forma violenta. Este tipo de dominação ainda é muito utilizado entre países, governos e em outras situações em que existam hierarquias e formas de poder na sociedade.

No conceito sobre colonizar consiste em criar colônias, que são grupos de indivíduos de mesma nacionalidade ou naturalidade que se estabelecem em uma região, podendo ser um país estrangeiro ou dentro de um mesmo país. Porém a relação de poder hegemônico de uns sobre os outros, de inferiorização e subalternidade esteve presente na colonização de povos, culturas e territórios. Segundo SANTOS (2015) “Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (p.47).

Aprendemos que existem dois tipos de colônias, que são as de povoamento e exploração. A colônia de povoamento tinha o objetivo de povoar e comercializar produtos cultivados contribuindo para o seu desenvolvimento. A colônia de exploração era designada para a extração dos bens e recursos naturais da colônia para a metrópole e por isso não havia interesse no seu desenvolvimento, somente na extração e geração de renda, baseada na política mercantilista. Segundo Engerman e Sokoloff (1997), “até mesmo após a independência, os países preservariam suas instituições, quer pela própria dificuldade de alterá-las, quer porque as elites locais já haviam se entrincheirado” (apud

MONASTÉRIO; EHRL, 2015, p.22). Assim as colônias de exploração com mão de obra tanto escrava quanto indígena estariam presas em um vínculo de manutenção dos privilégios de uma antiga elite branca europeia e da nova elite branca brasileira

Charles Darwin, criador da teoria da seleção natural, afirmava sobre a sobrevivência dos mais adaptados e mais fortes. Francis Galton, primo de Darwin, deu continuidade a sua proposta criando a teoria eugenista, que se baseia em criar seres humanos melhorados a partir do gene e das características do homem branco. Assim, Galton promovia os ideais de superioridade eurocêntrica por todo o mundo, inclusive nas colônias de exploração, contra os povos escravizados.

Galton definiu a eugenia como (1988 [1904], p. 165), “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade”. (apud KERN, 2015, p.7).

A eugenia iria se ampliar além da biologia para o contexto social, cultural, psicológico e econômico. Logo este conceito iria predominar as sociedades escravocratas fomentadoras do racismo, ou seja, do conceito de raça superiores a seres que pertencem a uma mesma espécie, os seres humanos.

“Conceitos de raça e racismo são, pois, coisas distintas, embora este último tenha sido inventado no século XIX no âmbito de uma "ciência das raças" produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaístas, filósofos etc., cujo dogma afirma a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras” (SEYFERTH, 1993, p.178).

A colonização no Brasil foi um processo de opressão do povo indígena e negro, imposta pela representação europeia. Este tipo de opressão se estruturou excluindo e estigmatizando a imagem e cultura negra e indígena, na sociedade brasileira, assim esses povos foram submetidos à condições de vida sub-humanas e vistos como seres primitivos.

A transformação na vida dos povos escravizados em condições miseráveis faz com que este grupo se comporte de acordo com a condição que lhe é imposta, perdendo a sua identidade, referência da sua cultura, de qualidade de vida e dignidade.

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (FANON, 2008, p.34)

Havia no final do século XIX, uma preocupação com o futuro do Brasil, se este país se tornaria uma sociedade moderna aos moldes europeus, já que sofria mudanças de uma cultura agrícola para uma cultura industrial. A discussão dos intelectuais também girava em torno do Estado, sua formação política, e sobre a raça. Entre os intelectuais do início do século que discutiam sobre a raça, podemos destacar Nina Rodrigues (1935), pioneiro da medicina legal e antropólogo influenciado por ideais eugenistas e racistas de Cesare Lombroso, afirmava através do racismo científico, que a miscigenação era negativa, devido a inferioridade da capacidade mental dos negros e indígenas e a sua predisposição ao crime e a preguiça e que os negros deveriam ter penas maiores do que os brancos.

Oliveira Viana (1938), jurista, historiador e sociólogo, afirmava que o Estado era frágil, onde os grandes latifundiários enfraqueciam o poder do governo, por ter estrutura independente e ser composto por negros e indígenas. Ele defendia um estado autoritário, o embranquecimento da população e que a miscigenação com brancos, poderia melhorar a condição da população brasileira reduzindo a raça negra e indígena.

A miscigenação entre as raças no Brasil, que muitas vezes era derivada de um estupro entre colonizadores e escravas, criou uma população que não era nem tão branca como o europeu e nem tão negra quanto o africano. Esta população miscigenada embora também fosse destituída da sociedade, algumas vezes possuía uma condição diferenciada, pois saía da senzala para serem serviçais domésticos na casa de seus senhores, ou, apadrinhados por outros. Dessa forma, os negros miscigenados no Brasil, recebiam várias nomenclaturas criadas pela sociedade branca, com o intuito de descaracterizar as suas origens. Conseqüentemente os negros eram diferenciados hierarquicamente dos tons mais claros aos tons mais escuros, impactando no referencial de sua identidade, conforme aponta Bernardino (2002) que, “quanto ao ideal de branqueamento, ele é incorporado pela população e se apresenta através de uma desvalorização da estética negra e, em contrapartida, uma valorização da estética branca” (p.254).

Deste modo a miscigenação no Brasil junto com a ideologia que a nossa sociedade era mais sociável que a América do Norte, se originou o mito da democracia racial que defende a ideia de que não existe racismo no Brasil, propondo a igualdade entre todas as raças na perspectiva biológica, mas não social, reestruturando, de forma camuflada, as forças opressoras sociais, culturais e econômicas. Domingues (2005) afirma que “ao negar o preconceito racial, contribui-se para articular contra a luta política antirracista, pois não se combate o que não existe” p. 122). Bernardino (2002) também aponta que:

A construção da nação brasileira está estruturada — dentre outras coisas — a partir do mito da democracia racial. Uma parcela expressiva da sociedade brasileira compartilha a crença de ter construído uma nação — diferentemente dos Estados Unidos e da África do Sul, por exemplo — não caracterizada por conflitos raciais abertos (p. 249).

Como intuito de salvar a sociedade brasileira, a solução encontrada foi buscar meios de deixar a sociedade mais branca, após a abolição da escravatura, com a política de imigração para europeus com cotas territoriais. Os negros livres e alforriados, foram excluídos da oportunidade de terem posse de suas terras, sendo empurrados para as margens da cidade, conhecida como as periferias e comunidades (favelas), despejados em qualquer lugar em solos brasileiros.

O escritor Lima Barreto desde o início do século XX, já sentia o peso da exclusão racial, como negro, descendente de escravos e pobre, mesmo com o apadrinhamento do Visconde de Ouro Branco. Suas obras, mesmo com características nacionalistas do romantismo, transacionam entre o realismo, parnasianismo, simbolismo, naturalismo e possuía uma perspectiva pré-modernista, com teor satírico e humorístico, visão realista, linguagem mais acessível, abordando sobre questões sociais, raciais e criticando os modelos políticos da época.

O último livro de Lima Barreto (1948 [1923-1924]), Clara dos Anjos, escrito antes da sua morte, mostra o lamento da personagem protagonista que sente o peso do racismo na sua condição de mulher negra miscigenada e pobre, ao sentir-se abandonada quando engravida de um homem branco, e de sofrer a discriminação racial e rejeição por parte da mãe dele. Assim Clara termina o livro dizendo à sua mãe: nós não somos nada nesta vida.

A história do livro está atravessada pela perspectiva de vida do autor, que tem uma vida recortada, pelo preconceito racial, dificuldade financeira e pela saúde. Lima Barreto foi concursado no Ministério da Guerra, o que lhe deu flexibilidade e estabilidade financeira para escrever seus livros. Desta forma, Barreto acaba a sua vida com idas e vindas a um manicômio, alcoólatra, denunciando através da sua escrita, o tratamento dado ao povo negro da época, seja em uma sociedade racista ou encarcerados no hospício. Lima Barreto morreu buscando o reconhecimento como escritor na Academia Brasileira de Letras, mas não foi reconhecido.

A história de Lima Barreto, de exclusão, não reconhecimento, invisibilidade, silenciamento e de adoecimento reflete um sentimento comum as pessoas negras que

sofrem com o não pertencimento ao lugar onde vivem desde o início da escravização até os dias de hoje, mesmo para algumas exceções que obtiveram a ascensão social.

O racismo não se restringiu ao passado, ele é reformulado no presente, criando formas de dominação e exploração. Existem pessoas discriminadas a ponto de suas condições ferirem a sua honra e a dignidade, violando os direitos humanos.

Existe um ciclo sistêmico que se caracteriza por aqueles que possuem poder e que visam manter milhares de pessoas em condição de dependência não lhe dando a chance de ascender social e economicamente.

O racismo se mantém de diversas formas, mesmo que o mundo esteja em desenvolvimento, assim aparecem novas formas de colonização e escravização suportadas pela relação de poder.

1.4.A SEGREGAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO

A educação tem vários tipos de segregações que perpassam do nível fundamental à pós-graduação, afinal só os mais favorecidos, geralmente aqueles que têm os melhores acessos, podem usufruir dela. Assim a educação passa a ser uma ferramenta de poder e quanto melhor a seu grau à qualidade, mais ela se limita aos mais privilegiados.

As críticas à inclusão racial argumentam que reservar vagas para pessoas de determinada cor ou etnia é injusto com os outros estudantes, reduzindo a qualidade do ensino nas universidades, uma vez que a população negra na sua maioria não tem acesso ao melhor nível de educação. Desta forma os apoiadores do racismo positivo acreditam que a ação afirmativa no nível superior contribui com o racismo, desconsiderando o conceito de raça no contexto social, reafirmando a falsa ideia da igualdade racial, reivindicando contra a redução do número de vagas dos estudantes classificados por mérito, suportando o privilégio branco.

A inclusão social na educação superior auxilia a inclusão do universitário desfavorecido economicamente, mas a intersecção com outros marcadores identitários aumenta a exclusão como raça, gênero, orientação sexual, deficiência e idade. A análise da segregação pode ser comparada com os percentuais dos marcadores identitários, entre os quais a população negra se encontra destituída dos seus direitos humanos estando à margem da sociedade brasileira em extrema pobreza. Sua exclusão, desde a escravidão, impactou na sua inserção no mercado de trabalho formal, na educação, no acesso à saúde,

na qualidade de vida, na condição de moradia e na falta de infraestrutura básica. Assim, para a população negra fora do mercado de trabalho formal, as chances de chegar à graduação e pós-graduação são reduzidas e se tornam tardias.

As condições de seleção para nível superior deveriam ser aplicadas em indivíduos com a mesma condição, para que a competição seja justa e igualitária, respeitando o conceito de meritocracia em diferentes condições. Logo a política de cotas comprovou que o recorte racial, colaborou para o aumento do ingresso de pessoas negras na universidade, não reduzindo o mérito, mas selecionando os melhores alunos negros que possuíam condições sociais desiguais tanto para o recorte socioeconômico quanto para o racial. Assim a maioria dos negros que entraram no nível superior por cota tem se mantido na universidade apesar das dificuldades, dando chances de ascensão econômica através da qualificação e isso impacta diretamente na economia do Brasil.

Mas apesar de todo o esforço obtido pela conquista da ação afirmativa para obter graduação mais plural, a pós-graduação fica limitada a uma não adoção efetiva de uma medida normativa no país, sendo refém de revisões que podem ser restritivas para a Lei da Cota. Assim a população negra mais uma vez, se mantém lutando pelo seu espaço, não deixando silenciar a sua luta.

Segundo o artigo nº 7 da legislação, a lei 12.711/2012 de cotas não corre risco de ser extinta, pois não existe projeto que visa o seu término. No entanto, o processo de revisão pode estabelecer novos critérios. Um deles é a proibição dos comitês de heteroidentificação, conhecidos como bancas de identificação étnica, realizados para convocar os candidatos para entrevistas, caso seja necessário. (MENDES, 2022, s/p)

Figura 3 - Foto do grafite da escrava Anastácia não silenciada na Pedra do Sal.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE NEGROS E NEGRAS NA UNIVERSIDADE

2.1. – DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO

A integração, segundo o dicionário online de significados, tem origem latina da palavra *integrare*, que significa o ato ou efeito de integrar, tornar inteiro ou reunir e inclusão é o ato de adicionar ou acrescentar coisas ou pessoas em grupos que não faziam parte. Socialmente, a inclusão é uma forma de tratar pessoas com igualdade na sociedade.

A inclusão, devido ao mecanismo de poder e discriminação, pode sofrer distorção, criando uma falsa percepção de igualdade demarcada apenas por símbolos, chamada de tokenismo. Segundo Martin Luther King em 1962, as empresas usavam as pessoas de grupos excluídos como símbolo da inclusão, embora isto não contemplasse a realidade destas, impedindo uma verdadeira integração social justa e igualitária (apud FOLTER, 2020).

A Segregação racial age como um divisor da população negra, herança do racismo estrutural, criando uma subdivisão desta própria raça com o intuito de enfraquecer identidade racial e aumentar o domínio, uma vez que a população branca desde a colonização sempre foi menor no Brasil. Desta maneira enquanto as pessoas brancas tem somente uma classificação para a cor de pele, mesmo tendo tons mais claros e tons mais escuros, as pessoas negras se dividem em várias classificações entre elas a classificação oficial do IBGE pretos e pardos.

A inclusão pode ser estagnada pela marginalização de marcadores identitários como o racismo, o capacitismo, a LGBTQIAPN+ fobia (sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais), o machismo, o etarismo e a aporofobia (aversão a pessoas pobres) retardando as suas ações e conservando os privilégios entre os mais favorecidos.

As normas para a ação afirmativa na pós-graduação variam de maneira autônoma a cada programa, diferente da graduação, por não haver uma legislação que regula tal medida, segundo a Portaria nº13, de 11 de maio de 2016, artigo 1 e 2. Desta maneira a ação afirmativa não têm totalidade entre programas deste nível, além da sua maioria possuir o percentual de reserva abaixo de 50%:

Tal fato torna ainda mais necessária a tarefa de analisar e compreender quais políticas têm sido adotadas pelas universidades e programas de pós-graduação.

Trata-se de uma tarefa difícil, visto que na maioria das instituições de ensino superior brasileiras os programas de pós-graduação detêm autonomia para definir seus critérios e processos de seleção, sendo possível existirem ações afirmativas com características distintas em uma mesma universidade. (VENTURINI, 2017, p.3).

De acordo com Venturini (2020), a condição econômica e social do negro e do indígena é vulnerável no Brasil, diminuindo a sua condição de chegar até a pós-graduação, principalmente nas instituições de ensino pública, onde existe a maior concorrência. O segundo desafio para estes grupos étnico-raciais é a proficiência em língua estrangeira como também condições financeiras para a permanência na pós-graduação, uma vez que a sua maioria possui baixa renda e nem sempre contam com bolsas para o financiamento da pesquisa. Assim fica o questionamento sobre qual o perfil do público beneficiado pelas bolsas e vagas na sua maioria na pós-graduação e porque o maior percentual não é direcionado para as pessoas oriundas das cotas raciais, uma vez que a população negra é a que é mais segregada, agregando mais que um marcador identitário de exclusão, além da cor da pele.

Segundo Júnior e Luz, (2022), a Lei Federal 12.711/2012, conhecida como “Lei da cota”, sancionou a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para alunos oriundos de escola pública. Dentro deste grupo foram incluídos os alunos de baixa renda, como também pretos, pardos e indígenas. Esse modelo de inclusão foi reproduzido nas universidades privadas e foi constatado o aumento da população negra na graduação, assim como para outros grupos excluídos.

Novas leis deveriam ser agregadas a Lei da cota para aprimorá-la, utilizando do sucesso de experiências passadas para torná-la uma ferramenta mais inclusiva, a experiência da heteroidentificação é uma delas, pois ainda existem inúmeras tentativas de fraudes, por pessoas que se autodeclaram negras. Desta forma, a heteroidentificação para autodeclaração deveria ser agregada a lei da cota em todos os programas, inclusive nos que recém adotassem esta ação afirmativa na pós-graduação.

Os movimentos negros, estudantes de coletivos ou, de forma independente, como também professores, pesquisadores e funcionários, instituíram as comissões de heteroidentificação, aprovada pelo Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na normativa 4 de 2018, para controle da autodeclaração étnico-racial.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão regulamentou o procedimento da heteroidentificação na Normativa n. 4 de 2018, o critério exclusivo de análise racial é o fenótipo e não a ascendência. As comissões devem ser compostas por cidadãos residentes do Brasil, de reputação ilibada, que tenham, preferencialmente, experiência na temática racial (DANTAS; ALMEIDA, 2020, p.11).

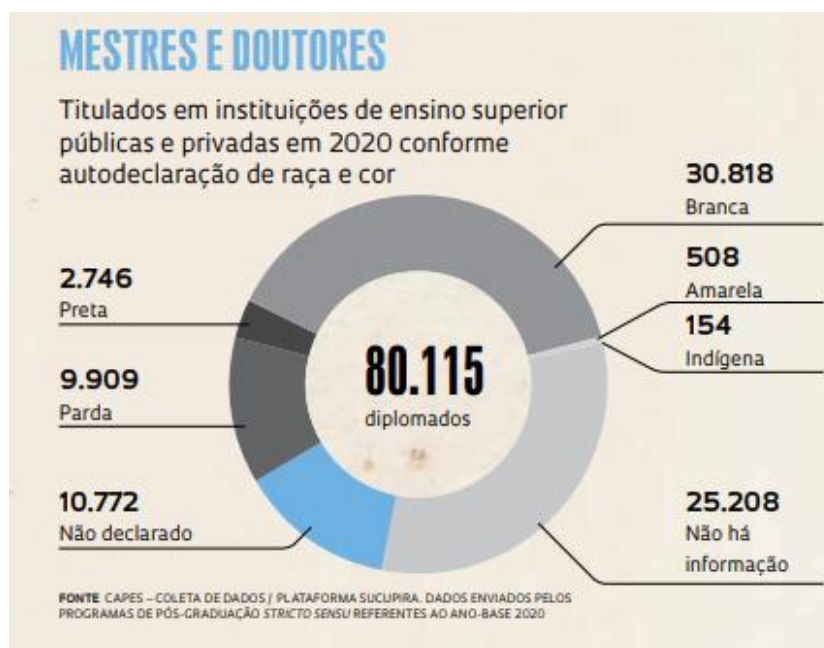
Se a cota racial nos programas de pós-graduação ainda é recente e varia de acordo com cada universidade, possivelmente, poucos são aqueles que devem ter comissões de heteroidentificação no controle da autodeclaração racial, abrindo uma janela de para a fraude, conforme tem sido constatado regularmente na graduação.

2.2. A PÓS-GRADUAÇÃO E SUAS EXPERIÊNCIAS COM A AÇÃO AFIRMATIVA:

Os argumentos contra a “Lei da cota” na graduação se mantêm na pós-graduação, pois mesmo com o sucesso da cota para a sociedade, ainda há quem afirme que não existe raça, que a inclusão racial afeta a democracia racial, como também impacta na meritocracia e na excelência acadêmica. Sabemos, portanto, que o conceito de raça, para seres humanos de cores diferentes, não está atrelado mais à questão biológica, mas sim social e que a democracia racial não existe. A redução do grau das notas no processo seletivo por ação afirmativa, dá a chance de pessoas, nas melhores categorias de outras condições raciais e socioeconômicas, possam ser selecionadas não afetando a meritocracia.

A Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Educação Superior (CAPES) para os Programas de Pós-graduação, estabelece estratificações hierárquicas, em que possui um critério de avaliação de 4 a 7, que tem níveis hierárquicos, onde avaliações maiores que 5, têm maiores padrões de excelência e maiores possibilidades de aquisição de bolsa e financiamento para pesquisas, criando padrões de excelência e, portanto, de políticas de cotas, afirmativas e financiamento bem distintas.

Gráfico 3- Mestres e Doutores nas IES por autodeclaração de cor e raça – FAPESP 2022.



Fonte: Revista de Pesquisa FAPESP - 2021.

No gráfico da Revista de Pesquisa FAPESP, apresentado no artigo por QUEIROZ (2021), podemos observar que na relação entre cor da pele ou raça e pós-graduação, que as hierarquias mais elevadas da educação, como os programas de pós-graduação de maior nível da CAPES não se caracterizam pelo perfil de estudante negro. A falta de grupos racializados neste perfil de programas de pós-graduação é devido a exclusão racial e social que é conservada pelo privilégio da população branca. Para este perfil de pós-graduação ter mais diversidade, será necessário medidas inclusivas como a ação afirmativa, visando a oportunidade de acesso para todas e as pessoas de diferentes condições sociais, raciais e econômicas.

Segundo MARTINS E OLIVEIRA, no CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS (COPENE) de 2018, o Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER), foi criado em 2011 pelo empenho de docentes do CEFET-RJ com uma Educação Antirracista, e o articulador foi o Professor Doutor Roberto Borges, que tinha histórico na reivindicação dos direitos da população negra em todos os espaços sociais. Assim, este programa se consagrou como precursor nas questões raciais, tendo destaque como o primeiro Programa de Mestrado a ofertar 50% de suas vagas através do recorte racial. O PPRER fortalece a luta pela representatividade, pela inserção e permanência das

pessoas negras na Pós-Graduação, como estratégia para exercer a Lei 10.639 e ampliação do quadro docente e profissionais negros que sejam engajados nas questões étnico-raciais.

Em 2018, na Universidade Federal Minas Gerais, UFMG, foi aprovado por unanimidade para os programas de pós-graduação entre 20% e 50% das vagas, para candidatos que se autodeclararem negros, indígenas e com deficiência, porém ainda existia a falta de uma homogeneização da norma nos programas.

A Resolução CEPG nº 03, de 23 de outubro de 2018, que adotou cotas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estabeleceu que os programas deveriam ter até 20% do total de vagas raciais disponibilizadas, cabendo a ampliação desse percentual em atendimento a especificidades de cada programa. Segundo Victor França (2022) a UFRJ aprovou que as ações afirmativas serão aplicadas em todos os 132 programas de pós-graduação da Universidade, mudando a condição anterior de cada unidade ter suas próprias regras.

De acordo com Cordeiro et al (2021), a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) elaborou um curso preparatório para auxiliar no acesso de pessoas negras na pós-graduação a nível de mestrado e doutorado. O Curso criado de maio a dezembro de 2019, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT), no campus de Cuiabá, em meio ao contexto do Programa de Extensão “Ação Afirmativa no Ensino Superior: articulações de vivências e saberes na UFMT.

“Com a realização do Curso de Extensão, se observa a importância de se criar espaços estratégicos para que a população negra, mais que ser objeto de pesquisa, possa ser sujeito que produz ciência, afirmando sua própria voz, parafraseando Neusa Souza Santos” (CORDEIRO, 2021. et al, p.23)

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPG-Educação da UFF) a partir da Resolução 01/2019 adotou a política de ações afirmativas nos cursos de mestrado e doutorado do total de vagas. Para cada seleção, foram reservadas 50% (cinquenta por cento) para negros (pretos e pardos), 1(uma) vaga para indígenas, 1 (uma)vaga para pessoas com deficiência e 1 (uma) para LGBTQIA+.

Conforme Vanali e Silva (2019), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) não possuía uma resolução única para a cota na pós-graduação, dos seus 136 programas de pós-graduação *stricto sensu*, apenas três (dois mestrados acadêmicos e um doutorado) apresentam a aplicação de cota para negros e grupos excluídos, e isso contribuiu para o aumento. Porém quando se refere à docência a maior presença de docentes negros(as)

estão na Educação, Enfermagem e Letras, 90% dos cursos, não possuem professores e professoras, pretos e pretas.

Segundo Taneska Santana CAL (2020) no 17º Seminário Nacional da História e Tecnologia, mesmo com resistências a proposta de cota, os programas de pós-graduação stricto sensu do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tiveram quatro modalidades de seleção que se dividiam entre ampla concorrências, reserva de trinta por cento das vagas à candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), vagas supranumerárias, candidatos autodeclarados indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e trans (transexuais, transgêneros e travestis) e vagas para estrangeiros. Mesmo com a variedade nas modalidades, foi percebido a necessidade da heteroidentificação, pois foram constatadas fraudes nos fenótipos das autodeclarações raciais, principalmente na pandemia do COVID -19, quando houve limite de acesso às documentações de controle pelas essas ações.

Buscando outras perspectivas alternativas, de acordo com Santos e Silva (2019, s/p.), a comunidade “Intelectuais Negras”, cria um espaço de acolhimento que vai além de um grupo de Facebook para os espaços acadêmicos no IFCS/UFRJ, “assim como um espaço de produção científica que ressignifique, mesmo que aos poucos, o papel da mulher negra rompa com o silenciamento da produção de autoras negras”.

Para VENTURINI (2020), comparando antes e depois da Portaria Normativa MEC nº13/2016, que trata das ações afirmativas (COTAS) na pós-graduação em Instituições de Ensino Federal, a norma teve um importante papel para a difusão da ação afirmativa em diversas áreas e regiões do Brasil nos programas. Assim, tanto a norma quanto a referência do percentual de vagas direcionadas à cota na pós-graduação deveriam se embasar no êxito da experiência da graduação e regular o seu percentual com esta.

2.3. DO SENTIMENTO DE SILENCIAMENTO, DE INVISIBILIDADE E A BUSCA DA IDENTIDADE:

A Máscara do Silenciamento, utilizada pelas mulheres negras na escravização, era uma forma de castrar a liberdade não só na alimentação como na fala. Segundo Grada Kilomba (2019), a máscara, "simboliza políticas sádicas de conquistas e dominação e seus regimes brutais de silenciamento" (p.37). E quando a máscara se torna um objeto de poder, a boca é uma ferramenta poderosa que deve ser contida, pois com ela se pode

desapropriar o outro. Então desde o colonialismo até os dias de hoje, a sociedade branca, através do racismo se utiliza de mecanismos sórdidos de exclusão, como a negação, por não querer perder as suas posses e status, silenciando a população negra.

A falta de representatividade afeta o processo de identidade, foi assim que Franz Fanon (2008) relatou os impactos do racismo como a imposição de um mundo branco sobre a população negra, negando a sua linguagem, a história da sua cultura, o seu fenótipo e a sua estética. Assim, grande parte da população negra que é sistematicamente negada, passa por um processo de distorção da identidade, assumindo a máscara branca.

Segundo Wade Nobles (2009), professor emérito do Departamento de Estudos da Africana da Universidade Estadual de São Francisco e pioneiro do movimento de psicologia preta, a colonialidade e o racismo modificam o critério de consciência de ser africano. Neste sentido o povo preto precisa retornar às suas origens para entender como os seus antepassados resistiram, superando os traumas, buscando a sua representatividade e as experiências afrocentradas. Uma delas é o quilombamento, pois os “quilombos foram dispositivos fundamentais na preservação da identidade, da dignidade, da cultura e da saúde mental da população negra” (NASCIMENTO, B., 1985, apud VEIGA 2019, p.248.). Olhar o mundo por uma outra viés, pode ser chamado de rota de fuga, mas é um trilhar para um novo olhar para um caminho a sua vida, driblando os mecanismos atualizantes da opressão. “Fugir não é ser posto para correr; pelo contrário, é fazer vazar o real, operar variações sem fim para impedir toda a captura. O sonho é matriz de resistências criadoras, pois abre no cinza do cotidiano o arco-íris do possível” (BONA, 2020, p.6)

2.4. O PIER COMO UM ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO, AFIRMAÇÃO E INCLUSÃO:

Em 2021, aos meus 49 anos, após 18 anos de graduação, no primeiro ano de mestrado de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social no EICOS da UFRJ, pude perceber que a proporção de negros na pós-graduação era menor do que o da universidade.

Assim a prática de contar negros desde a infância se manteve, como também a busca por uma bibliografia mais negra, ou pelo menos mais plural, que comunicasse com a minha identidade.

Na maioria dos programas de pós-graduação, mesmo com a ascensão das políticas de ação afirmativa no Brasil e das cotas nas universidades, tem uma deficiência e resistência ao recorte racial. A inclusão na pós-graduação ainda tem heranças de um passado que carrega o ranço racista e sistêmico da exclusão.

A exclusão racial retarda à estratégia de política de inclusão racial, assim ao invés de avançar na pós-graduação se espelhando na experiência de ação afirmativa da graduação, reduz a ação afirmativa à percentuais menores aos conquistados anteriormente mantendo a população negra, e outros grupos étnico-raciais excluídos, fora dos espaços acadêmicos.

...o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2020, P.32).

O PIER, nasceu na minha monografia da graduação em 2003, como um projeto de inclusão e permanência para pessoas negras na graduação, com interface da universidade e de empresas que quisessem apoiar, através de um estágio remunerado. Embora a proposta fosse de suma importância social, minha universidade tinha resistência ao recorte racial.

Assim, no meu mestrado, depois de anos trabalhando na área de marketing, planejamento e comunicação, resolvi defender um projeto de dissertação que visava pesquisar a exclusão e distorção da imagem negra nos meios de comunicação, porém percebi que mais próximo de mim já, havia uma exclusão da imagem negra e está era na minha pós-graduação.

Comecei a perceber que o meu objeto de estudo se direcionou para a investigação de como promover a representatividade negra na pós-graduação, pois havia escassez de alunos, professores e de epistemologia negra.

Da mesma forma percebi que este recorte não se restringia apenas às pessoas negras mais aos indígenas e asiáticos, que também eram racializados.

Dentro de uma perspectiva psicossocial resolvi fazer uma intervenção simultânea a minha pesquisa, através de um projeto de ajuda mútua, formado por discentes e docentes

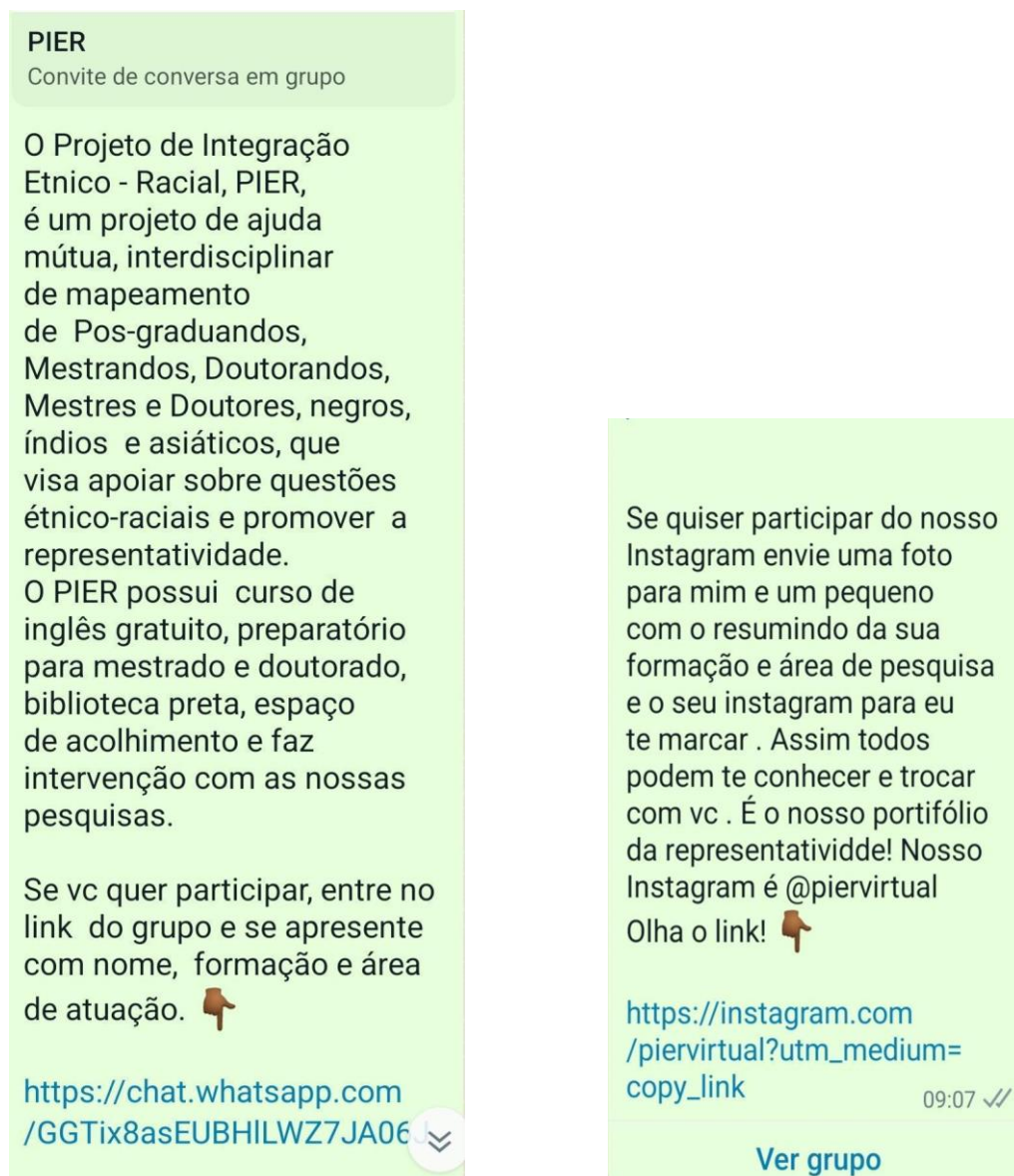
negros, se estendendo a indígenas e asiáticos, que visa mapear, acolher, autocapacitar e informar sobre questões raciais com o intuito de promover a representatividade na pós-graduação.

Não havia uma abertura da minha pós-graduação, o tema sobre integração e inclusão racial, ainda gera resistência de diversos ângulos, percebi que muitos achavam que a integração de pessoas negras dava mal-estar as outras, nos rotulando como racistas reverso. O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias (ALMEIDA, 2020, p.53), ou seja, o conceito equivocado que grupos étnicos historicamente oprimidos discriminam grupos étnicos grupo historicamente dominante, neste caso na nossa pós-graduação achavam que a minha iniciativa era excludente com pessoas brancas, ao invés de ver pela perspectiva do mapeamento, já que éramos poucos. Além de também perceber a mesma distorção do olhar, atravessada pelo racismo estrutural, de algumas pessoas racializada do programa.

Desta forma, se apropriando do mundo digital para conectar pessoas de diferentes lugares, no momento de enclausuramento devido a pandemia do COVID-19, criei o grupo de WhatsApp do Projeto de Integração Étnico-racial (PIER) e divulguei um convite direcionado a pessoas negras, indígenas e asiáticas na pós-graduação.

O PIER foi criado pelo grupo de WhatsApp no dia 07 de outubro de 2021 sendo constituído de 77 pessoas e atualmente possui 132 pessoas com aumento progressivo.

Figura 4 - Convite para participar do WhatsApp do grupo PIER e no portfólio do Instagram



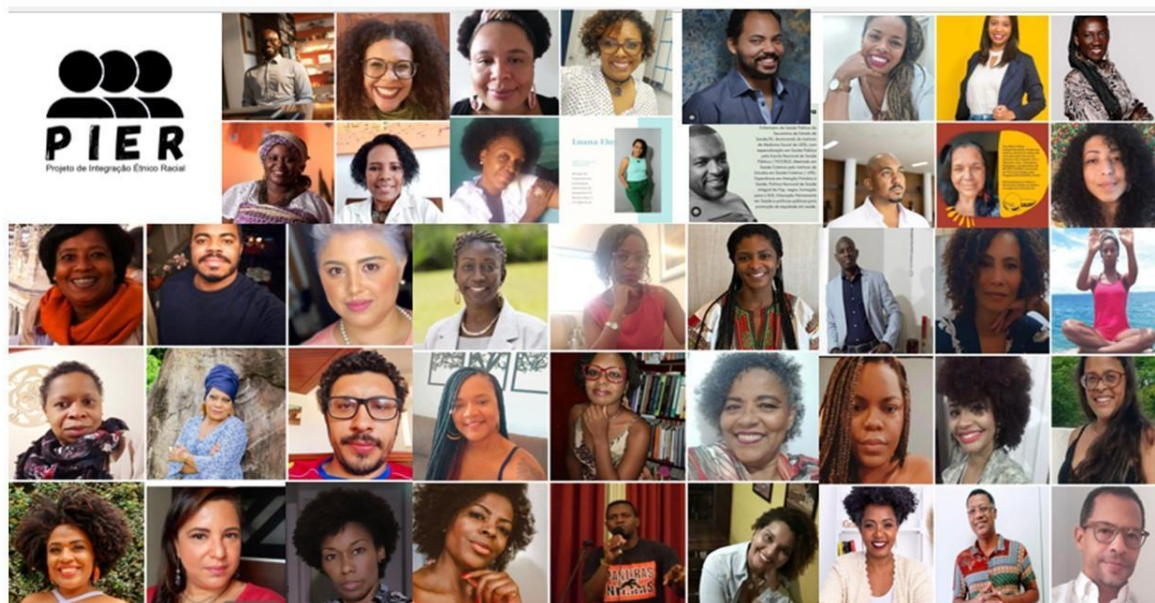
Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A proposta do Projeto de Integração Étnico-racial é ser um grupo de mapeamento, ajuda mútua, acolhimento, capacitação e formação descolonial, decolonial, contra-colonial para o desenvolvimento da representatividade negra, acolhendo outros de grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação. O PIER conecta pós-graduandos e pós-graduandos de universidades de diferentes estados no Brasil, se estendendo a alguns participantes do exterior pela internet.

A minha segunda estratégia depois de formar o grupo, foi proteger o domínio virtual, www.piervirtual.com.br, com o intuito de resguardar a identidade virtual do

projeto, uma vez que o nome PIER já era utilizado virtualmente como marca. Desta forma todas as redes sociais do PIER tinham o mesmo domínio e o Instagram se tornou o nosso portfólio da representatividade com o endereço @piervirtual, contendo com consentimento de cada participantes do grupo, foto, informação da formação acadêmica desde graduação até a pós graduação, a área profissional e a área de interesse na pesquisa. Essa estratégia adotada tinha o objetivo de mapear, heteroidentificar a autodeclaração racial dos participantes e validar a existência de pessoas negras capacitadas na pós-graduação.

Figura 5 – Imagem do Portifólio da representatividade do PIER no Instagram @piervirtual



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A logo do PIER foi criada por meu grande amigo, Max Fabian, jornalista, que sempre me apoiava na arte quando criávamos logomarcas para pequenos empreendedores, como iniciativa de inclusão social da minha microempresa individual, dando acesso as pessoas a terem a formalização da identidade de seu pequeno empreendimento. O teste da logomarca foi criado em 10 de julho de 2019 e finalizada em 30 de julho de 2019. A logo ficou guardada por um tempo, mas eu sempre acreditava que em algum momento oportuno, iria utilizá-la para retomar o antigo projeto.

Figura 6 - Logo teste do PIER, criada 2019, por Max Fabian



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Figura 7 - Logo final do PIER, criada em 2019 por Max Fabian



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Em um levantamento contendo 10 pós-graduandos negros e 1 indígena do EICOS, constatei que a grande maioria não tinha domínio na língua inglesa por não ter tido condição financeira, nem tempo para se dedicar a uma língua estrangeira. Ao oferecer o curso de inglês gratuito, no formato online, em outros grupos de WhatsApp de recorte étnico-racial, outros pós-graduandos de outras universidades também se interessaram em entrar no PIER, com o intuito de se capacitar para garantir a aprovação no teste de proficiência e para poder se candidatar a editais de bolsa internacionais. Também surgiu interesse de entender a realidade da pós-graduação em outros estados, para discutir sobre as questões raciais e aprender sobre outras epistemologias decoloniais, descoloniais e contra-coloniais. Assim foi oferecido aulas de inglês semanais, uma vez por semana por uma hora, de nível básico e intermediário e criado uma roda de conversa sobre questões e letramento racial.

As características dos estudantes do curso de inglês conforme os dados de cadastro adquirido pelo Google Form foram: de 77 integrantes, inicialmente, apenas 27 pessoas se inscreveram no curso gratuito de inglês, possivelmente devido à falta de tempo, devido terem a aulas no mesmo dia e horário, coincidir com o horário de trabalho ou de ter que cuidar da família, uma vez que o curso era oferecido em um único horário, e em apenas um dia da semana. Essa era uma forma de me fortalecer no inglês e compartilhar o meu conhecimento com outras pessoas.

O cadastro no curso de inglês do PIER nos revelou que 48,1 % dos participantes estavam cursando ou havia cursado o mestrado, 40,7% o doutorado e 11,1% a pós-graduação Lato sensu, nos revelando uma demanda de língua inglesa para pós-graduandos Stricto Sensu. No curso de inglês a grande maioria tinha faixa etária entre 32 e 40 anos e se autodeclarada negra, mostrando que as pessoas que estavam a procura de inglês e faziam pós-graduação eram mais adulta.

Gráfico 4 – Empregabilidade dos pós-graduandos do curso de inglês



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

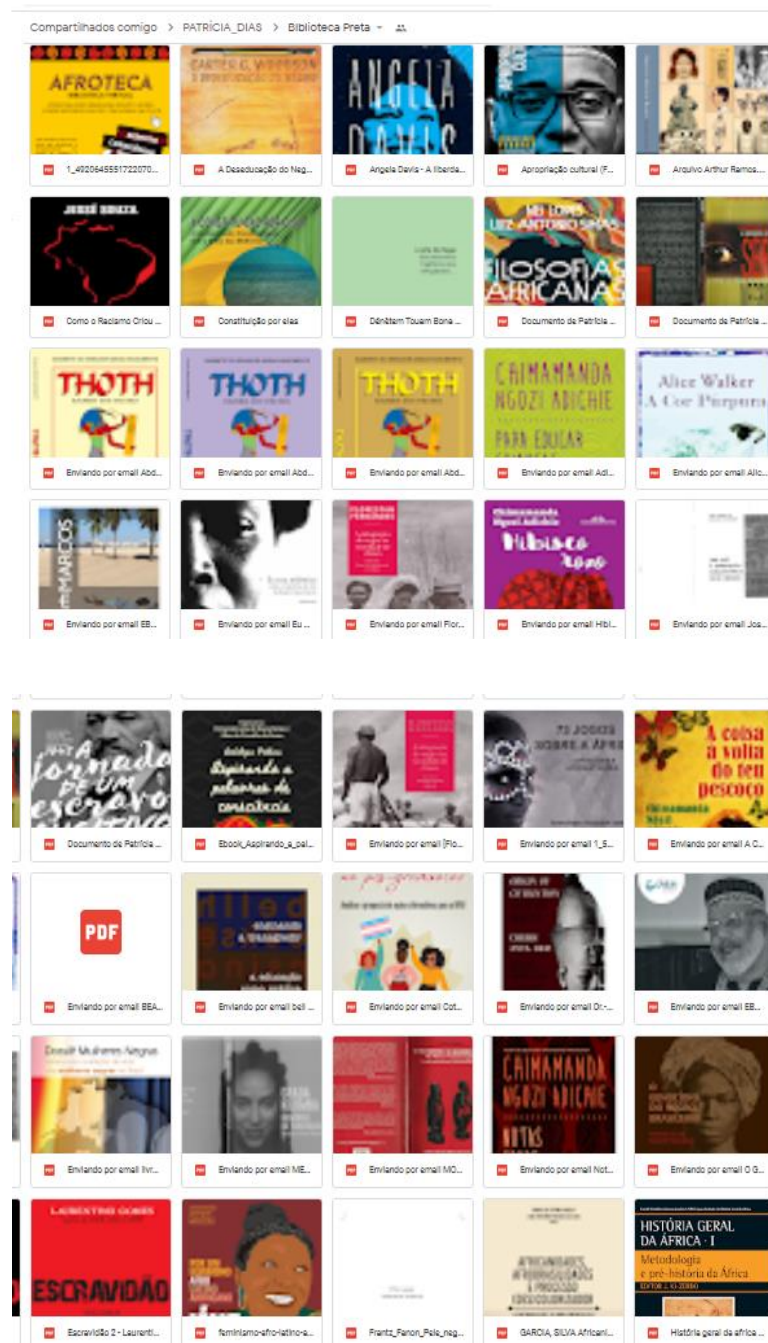
Os gráficos sobre empregabilidade do curso de inglês para a pós-graduação aponta que a maioria dos participantes na pós-graduação eram empregados, o que pode significar uma dificuldade das pessoas negras se manterem na pós-graduação apenas com a bolsa ou que a bolsa não seja o suficiente para manter a sua permanência.

Os participantes do curso de inglês eram de várias áreas como direito, psicologia, comunicação, história, ciências sociais, assistência social, enfermagem, antropologia, jornalismo, economia, administração, arquitetura, física, letras, matemática e segurança pública, apresentando o caráter interdisciplinar do grupo. Sobre as a maioria era oriunda de universidades públicas, de estados diferenciados e a maior quantidade deles constituíam as seguintes universidades em ordem decrescente: 6 da UNB, 5 da UFRJ, 2 da UFRRJ, 2 da UFF, 2 da UFBA, 2 da IFSP, 1 da UFMG, 1 da USP, 1 da UFG, 1 da UERJ, 1 da CEFET, 1 FAVENI, e 1 da Universidade de Coimbra.

Os participantes pertenciam a vários estados do Brasil, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás e um da Universidade de Coimbra em Portugal. Neste período os dados nos mostraram que havia pessoas de diferentes lugares e universidades devido o curso ser oferecido online, aumentando a abrangência.

A epistemologia descolonial, decolonial e contra-colonial ainda é pouco representada na academia, assim resolvi desenvolver uma biblioteca virtual, chamada de Biblioteca Preta, que cataloga livros em pdf para pesquisa, abrindo a possibilidade para os participantes do PIER também darem a sua contribuição.

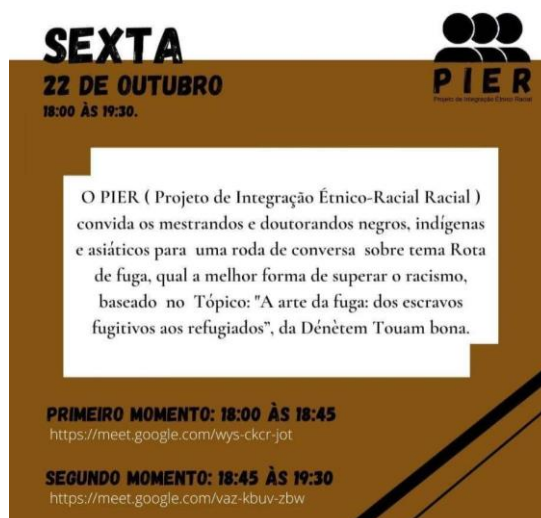
Figura 8 - Imagem dos livros da Biblioteca preta e virtual do PIER.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Lives, rodas de conversas, entrevistas foram e continuam sendo algumas das estratégias adotadas no PIER como forma de aproximação aos pós-graduandos, debates e reflexões sobre esta representatividade negra nos diversos espaços da vida social. As imagens a seguir mostram um pouco do percurso de formação do Projeto.

Figura 9 – Imagem do post da primeira proposta de roda de conversa - outubro de 2021



Fonte :Arquivo pessoal. 2021.

Figura 10 – Imagem da divulgação da primeira proposta de preparatório étnico racial gratuito para pós-graduação incluindo pessoas trans e deficientes - novembro e dezembro de 2021



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Figura 11 - Imagem de Divulgação da roda de conversa sobre a programação de 2022

PIER
Projeto de Integração Étnico Racial

RODA DE CONVERSA

PROJETOS GRATUITOS DE 2022 PARA NEGROS, INDÍGENAS E ASIÁTICOS NA POS GRADUAÇÃO

- Curso de inglês;
- Preparatório para mestrado e doutorado;
- Grupo de apoio em combate ao impacto do racismo;
- Palestras sobre a pesquisa e projetos inclusivos dos participantes;
- Estudo e debate sobre epistemologia negra, indígena e asiática.

.....

Todos são convidados a participar!

Quinta-feira, 13 de janeiro
19:00 às 20:00

Link do evento:
<https://meet.google.com/vaz-kbuv-zbw>

.....

f piervirtual **@** piervirtual

com
Patricia Dias - Gestora PIER
Mestranda em Psicossociologia
EICOS - UFRJ

Fonte :Arquivo pessoal – 2022

Figura 12 – Imagem de divulgação da primeira pesquisa apresentada do PIER - na área da saúde 2021

RACISMO E DOENÇA FACILFORME
RODA DE CONVERSA

PIER
Projeto de Integração Étnico Racial

SEXTA
5/11

Patricia Dias
Gestora PIER
@novopier
Administradora, especialista em Marketing com foco em políticas de inclusão
Mestranda de Psicossociologia
Comunidades e Ecologia Social
EICOS - UFRJ

Ilka Maria do Carmo
@ilkafalciforme
Advogada, especialista em Direitos Humanos
Mestranda em Relações Étnico-raciais, pelo CEFET-RJ.
Precursora no trabalho de promoção e assessoramento para implantação e implementação do Programa de Anemia Falciforme - PAF, no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo pessoal – 2021

Figura 13 – Imagem da divulgação de pesquisa apresentada no PIER – área educação em 2022

PIER
Projeto de Integração Étnico Racial

RODA DE CONVERSA

Tema: cultura negra modos de ensinar: as relações de forças na inclusão da cultura negra como temática escolar 1947-1982

••••

Mediação: Patricia Dias

Link do evento:

<https://meet.google.com/vaz-kbuv-zbw>

**Quinta-feira, 10 de fevereiro
18:00 às 19:00**

••••

COM ELAINE VENTURA
Doutora em história social pela Ufrj.
Mestre em museologia e patrimônio pela Unirio.
Especialista em história do Brasil pela Ucam.
Bacharel em licenciatura em história pela Unirio.

f piervirtual **@ piervirtual**

Fonte: Arquivo pessoal – 2022

Figura 14 – Imagem de divulgação de pesquisa apresentada no PIER - área de física em 2022

PIER
Projeto de Integração Étnico Racial

RODA DE CONVERSA

Tema: O som da Kalimna: o ensino de ciências em uma perspectiva decolonial.

••••

Mediação: Patricia Dias

Link do evento:

<https://meet.google.com/vaz-kbuv-zbw>

**Quarta-feira, 23 de fevereiro.
Das 18:00 às 19:00**

••••

COM FERNANDA LUIZA DE SOUZA FARIAS
Montranda em Ensino de Ciências Matemática pelo Instituto Federal Campus São Paulo

Sua pesquisa versa sobre educação decolonial cuja abordagem visa desenvolver o estudo de ondas sonoras a partir de instrumentos musicais de matriz africana e poemas de escritoras afrodescendentes.

f piervirtual **@ piervirtual**

Fonte :Arquivo pessoal – 2022

Mensalmente o PIER fazia um estudo aprofundado sobre a epistemologia negra juntamente com outras epistemologias não apresentadas na Academia como indígena e asiática.

Figura 15 – Imagem da divulgação da roda de conversa sobre bibliografia decolonial em 2022.



Fonte :Arquivo pessoal – 2022

Um preparatório para mestrado e doutorado foi criado através da colaboração dos professores e pós-graduandos do PIER, com o intuito de aumentar novos entrantes e futuros professores negros, se estendendo a indígena e asiático na pós-graduação.

O PIER tem a meta de desenvolver uma plataforma que reúna todas as iniciativas de política étnico-racial e de apoiar outras demandas que se interseccionam com os seus objetivos e fazer intervenções com seus pesquisadores e pesquisas envolvendo empresas e a sociedade civil.

O sucesso do preparatório gratuito feito em 2021 pelo PIER, mobilizou o SESC Rio a me contratar na condição de gestora do PIER, e pesquisadora das questões raciais, incluindo os integrantes que colaboraram como professores, dando origem a um preparatório 100% gratuito na filial de Madureira, voltado a todas as pessoas pretas e racializadas interessadas em fazer uma pós-graduação.

Assim esta intervenção se tornou uma iniciativa autossustentável, baseada nos princípios da ecologia social, pois a partir de uma iniciativa singular, se reuniu o coletivo que mobilizou uma empresa a apoiar a pesquisa em prol do desenvolvimento racial na nossa sociedade, apoiando a pesquisa e a permanência dos pesquisadores na academia.

Figura 16 - Imagem da divulgação da Primeira intervenção do PIER e seus pesquisadores com a empresa SESC- Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial do PIER com Sesc Madureira - junho de 2022.

PROJETO CONSCIÊNCIAS
LUTANDO CONTRA O RACISMO

Curso
Preparatório de Mestrado e Doutorado para Negros, Indígenas e Asiáticos

4 e 18/6 (presencial | na unidade)
11 e 25/6 (virtual | Microsoft Teams)
13h30 às 17h30

Inscrições:
bit.ly/sesconsciencias

Informações:
bernardo.vinolo@sescrio.org.br

Grátis

18 SESC MADUREIRA
Rua Ewbank da Câmara,90

PATRÍCIA DIAS
Gestora e Coordenadora do PIER, Bacharel em Administração e Mestranda de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

ARLETE NERY
Jornalista e Professora, Mestre em Ciência da Informação e Doutoranda de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

JÉSSICA COELHO
Bióloga com Pós em Desenvolvimento Territorial e Mestranda de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

LEOPOLDO PIO
Professor e Doutor em Ciências Sociais e do Departamento de Saúde Coletiva da UNIRIO

SESC

Fonte: Arquivo pessoal – 2022.

Figura 17 - Foto (1) dos alunos na intervenção do PIER junto ao SESC, no Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial no SESC Madureira - junho 2022.



Fonte :Arquivo pessoal,2022.

Figura 18 - Foto (2) dos alunos na intervenção do PIER junto ao SESC, no Preparatório para mestrado e doutorado étnico-racial no Sesc Madureira - junho 2022.



Fonte: Arquivo pessoal – 2022

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, que utilizará do estudo de caso para a sua realização. As pesquisas, de natureza qualitativa, não se preocupam em quantificar ou explicar, e sim compreender: este é o verbo da pesquisa qualitativa. Segundo MINAYO, DESLANDES e GOMES (2009), este tipo de pesquisa compreende as relações, valores, atitudes, crenças, hábitos, representações e, a partir deste conjunto de fenômenos gerados socialmente, busca analisar e interpretar a realidade.

Como em toda pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico para conhecer o “estado da arte” sobre temas como poder e discriminação racial e os estudos sobre as ações afirmativas na pós-graduação.

Optamos pelo estudo de caso a partir do Projeto de Integração Étnico-racial (PIER), um projeto que acontece em ambiente virtual como mencionando anteriormente, que nos servirá para realizar um levantamento sobre a percepção dos seus integrantes, sobre a vivência e percepção com a política de ação afirmativa na pós-graduação e a experiência psicossocial deste projeto em promover a representatividade negra através da intervenção.

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.32).

Neste estudo de caso, foram realizados tanto um mapeamento através de questionário entre os participantes do PIER para levantar o perfil étnico, socioeducacional quanto, foi realizada entrevista grupal no formato de roda de conversa com alguns destes participantes.

Instrumentos de pesquisa:

O estudo de caso do PIER foi realizado a partir de: aplicação de um questionário pelo Google Forms (formulário online) para levantar informações sobre a percepção das ações afirmativas na pós-graduação, fazer conexão dos participantes por meio do WhatsApp (aplicativo multiplataforma para grupo de mensagens instantâneas, imagens e

chamadas de voz para smartphones) e entrevista grupal no formato de roda de conversa, com um roteiro de perguntas previamente elaborado. Para facilitar a participação dos entrevistados, utilizou-se da plataforma ZOOM de videoconferência com compartilhamento instantâneo de vídeo, imagens e mensagens.

Procedimentos de coleta de dados:

Para a primeira parte da pesquisa, o questionário foi disponibilizado pelo WhatsApp para todos os participantes que quisessem respondê-lo online. O prazo para a coleta destas informações foi de agosto a outubro de 2022. Depois desta data, o formulário foi fechado para posterior análise. Em seguida, foram selecionados 11 dos participantes do PIER que responderam ao questionário e que participaram pelo menos uma das ações do PIER, para participarem da entrevista como roda de conversa. Esta ocorreu de forma virtual, num único dia, no período da noite e durou aproximadamente 1 hora e meia. A mediadora/pesquisadora se apresentou ao grupo dizendo os objetivos da pesquisa e, a partir de um roteiro de perguntas, fez o grupo conversar sobre os temas.

Participantes da pesquisa:

Atualmente o PIER possui 132 integrantes, porém 51 participantes responderam ao questionário. Na roda de conversa, foram selecionados integrantes do PIER que tinham, ao menos participado de uma ação feita pelo PIER, como no preparatório para mestrado ou doutorado, como professor ou aluno, assim como do curso de inglês, no letramento racial, participado em alguma atividade de contação de história, na apresentação de pesquisa e/ou na roda de conversa para acolhimento psicológico contra o racismo.

A pesquisa tem uma contribuição na integração e inclusão racial de pessoas negras na pós-graduação, através de um projeto independente, que vai do mundo virtual ao presencial, com integrantes oriundo de diversas universidades do Brasil, se estendendo a grupos étnico-raciais historicamente excluídos, visando apoiar as políticas de ação afirmativa e promovendo a representatividade.

Enquanto metodologia de análise dos dados, o procedimento metodológico desta pesquisa foi conduzido pela abordagem temática, *a priori*, pela descrição quantitativa simples do questionário e depois pela descrição qualitativa da entrevista. A análise

temática foi realizada por tratamento de dados, através de uma pré-análise do material, decompondo as falas dos sujeitos em enunciados, aquilo que o sujeito diz. Em seguida, a partir destes enunciados, passamos a elaborar alguns núcleos de significação para, posteriormente, eleger a categoria de análise. Dentro desta categoria de análise, dividimos a em subseções para facilitar a discussão.

Este projeto de dissertação está sustentado na resolução 510/2016 e foi respeitada integralmente, tendo sido aprovado com Parecer n° 5.379.638 CEP-CFCH. Para a realização das entrevistas, os participantes foram informados e esclarecidos sobre todos os aspectos que envolvem o estudo, foi lido o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) e, somente após a leitura e esclarecimentos, assinaram o documento.

CAPÍTULO 4 – DO CAMPO DA PESQUISA, O QUE SE APREENDE?

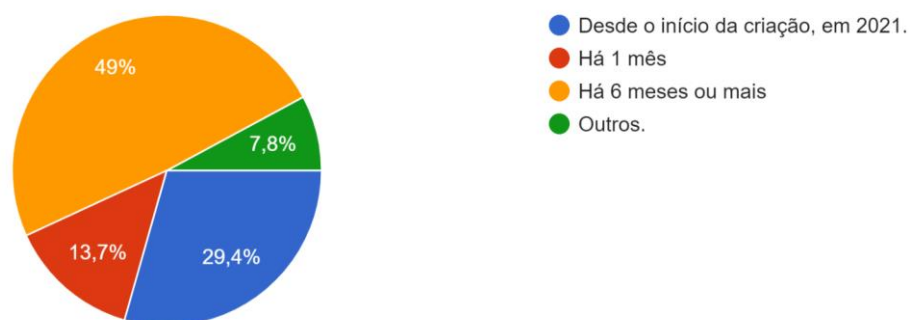
Analisar as vivências e experiências de pessoas negras participantes do PIER no sistema de acesso e permanência de pessoas negras na pós-graduação, em instituições superiores de ensino, se percebe a relação entre o institucional, o que foi estabelecido pelas políticas públicas e o instituinte, aquilo que se dá nas dimensões locais, cotidianas. Assim entender o perfil dos participantes do PIER, e conhecer a sua realidade a partir de suas experiências na pós-graduação, nos ajudou a investigar como a representatividade negra vai se constituindo com as atuais políticas de ações afirmativas.

O perfil de participantes do PIER é heterogêneo com o predomínio de pessoas negras, e com algumas pessoas de origem indígenas e asiáticas, de diferentes faixas etárias, gêneros, áreas na pós-graduação e atividades profissionais distintas.

O PIER atualmente é constituído de 132 pessoas, 49% estão há mais de 6 meses no projeto, 29,4% estão desde a criação em 2021, 13,7% estão há mais de um mês e 7,8% são recentes. Por conta do mapeamento de cada participantes, para entender a sua formação, origem acadêmica e área de estudo, o processo de entrada do grupo foi estreitado, porém possui aumento gradativo.

No gráfico abaixo, temos a distribuição dos participantes pelo tempo de permanência no PIER.

Gráfico 5. Tempo de permanência dos pós-graduandos no PIER.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Em relação à declaração étnico-racial, os participantes foram questionados como se autodeclaravam sobre a própria raça, podendo assinalar as seguintes respostas: preto retinto, preto mais claro, indígena, branco, amarelo ou não se declararem. Das respostas obtidas, têm-se que 51% se consideram pretos retintos e 49% se autodeclararam pretos mais claros (pardos, segundo o IBGE, 2020), conforme demonstra o gráfico abaixo. O PIER, assim, se constitui, majoritariamente, de pessoas consideradas pretas (pretas retintas e pretas claras).

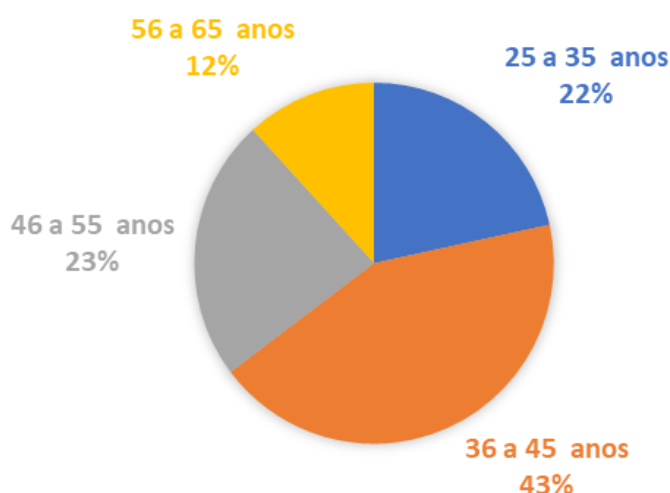
Gráfico 6. Autodeclaração étnica dos participantes do PIER.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

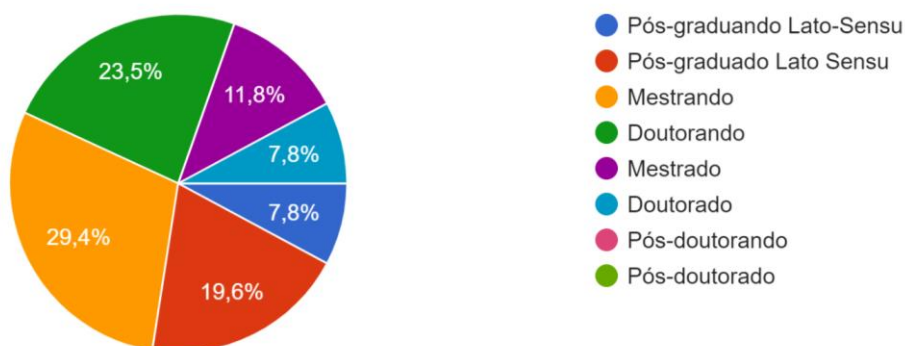
É notado no gráfico do questionário que os integrantes do PIER se declaram na maioria de cor preta retinta (51%) e o restante de cor preta mais clara (49%), embora no mapeamento pelo Instagram, a maioria seja de pele mais clara. É importante ressaltar que mesmo com a opção para não se declarar, caso algum dos participantes não quisesse definir a sua cor de pele, todos se declararam pretos.

“A promoção da consciência negra, validou a luta do Movimento Negro contra a discriminação racial e o empoderando a negritude” (DOMINGUES, 2007), assim cada vez mais as pessoas pretas afirmam sua identidade valorizando sua estética negroide que por muito tempo foi apagada.

Gráfico 7: Faixa etária dos participantes pós-graduandos no PIER.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

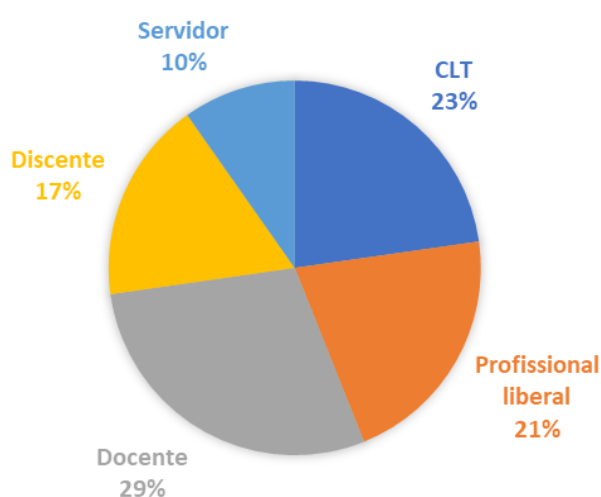
Em relação à faixa etária nesta amostragem, 22% têm entre 25 e 35 anos, 43% entre 36 a 45 anos, 23% de 46 a 55 anos e 12% de 56 a 65 anos. Assim, a maioria dos participantes estão entre a faixa etária de 36 a 45 anos. Neste grupo de pesquisa podemos perceber que as pessoas negras entram mais tarde na pós-graduação. A agência Brasil relata que “em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos”. (Souza, 2019, s/p).

Gráfico 8. Perfil acadêmico dos pós-graduandos no PIER.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Quando os participantes do PIER foram perguntados sobre o nível mais alto cursado na pós-graduação, obtivemos as seguintes respostas: 29,4% eram mestrandos; 23,5% tinham pós-doutorado concluído; 19,6 % eram pós-graduados Lato Sensu; 11,8% eram mestrados e 7,8% haviam doutorado concluídos. Percebemos que nesta amostra de integrantes do PIER, era composta por um grupo mais velho, no maior nível de formação na pós-graduação e com condição profissional mais estável, amparada por alguma atividade profissional, de natureza pública, com vínculo empregatício, ou, sem vínculo. Observamos uma quantidade menor de pessoas negras nos níveis iniciais da pós-graduação, como especializações e mestrados, mesmo com o aumento significativo de estudantes negros e negras na graduação pelas cotas raciais. Pode ser pela necessidade de ao terminar a graduação, as pessoas negras comecem a trabalhar devido a sua condição financeira, reduzindo o percentual de ingressos nas pós-graduações Lato Sensu e no Mestrado. Assim as pessoas negras têm chance de iniciar esses cursos, somente mais tarde, conforme relata o gráfico 7, de faixa etária, com condição mais estável no mercado de trabalho, como pode ser notado no gráfico 9, que consta a situação profissional dos participantes da pesquisa.

Gráfico 9. Situação profissional dos participantes

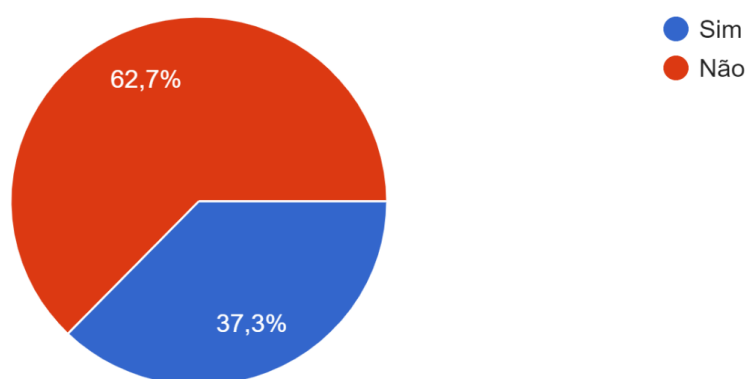


Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Quanto à situação profissional dos participantes da entrevista, a maioria, ou seja, 29%, eram professores públicos, 21% profissionais contratados com carteira de trabalho (CLT), 17 % eram discentes de pós-graduação e 10% servidores em outras áreas. Nessa mostra percebemos que o perfil dos negros na pós-graduação na maioria tem vínculo empregatício, seja por CLT, ou como servidor, ou como professor de rede pública, somando 73%, o que pode caracterizar um perfil de pessoa na graduação com mais estabilidade financeira. É interessante observar que não havia nesta amostra de pesquisa pessoas desempregadas, o que pode dar a entender que pessoas negras empregadas tem mais chances de cursar a pós-graduação, do que serem apenas estudantes, como podemos perceber no gráfico 9, sobre a situação profissional dos participantes, onde a maioria tem emprego.

Quanto ao ingresso na pós-graduação pelas políticas de ações afirmativas, 62,7% dos participantes declararam que ingressaram pelas cotas e 37,3%, entraram na pós por livre concorrência. Segundo esses dados, descrevemos que a maioria das pessoas negras são oriundas de política de ação afirmativa, mas uma parcela representativa não ingressa por esta forma, conforme ilustra o gráfico 10 abaixo.

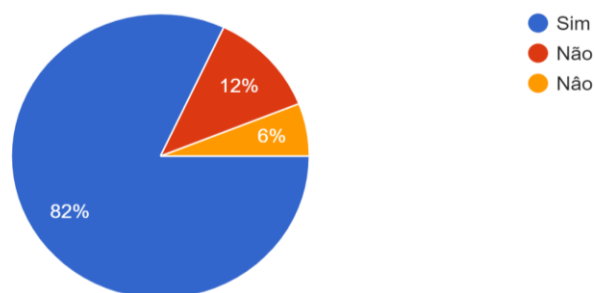
Gráfico 10. Ingresso na pós-graduação pelas políticas de ações afirmativas.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Também podemos observar nos dados do gráfico 10 que as ações afirmativas aumentaram o ingresso de pessoas negras, conforme os dados apresentados por Venturini sobre a “Lei de Cota” na pós graduação (2020).

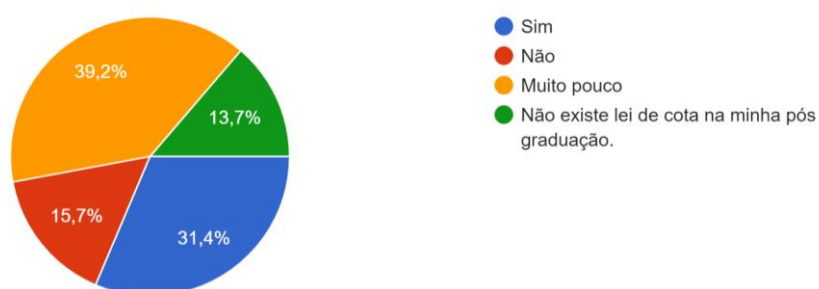
Gráfico 11 – Sobre bancas de heteroidentificação



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Os percentuais das respostas revelam que 82% dos entrevistados negros dizem que há necessidade de haver bancas de heteroidentificação para a autodeclaração racial, contra 28% que acreditam que tais mecanismos não sejam necessários para comprovar o fenótipo de quem se autodeclara preto ou indígena. Esses dados podem informar nesta amostra que a maioria das pessoas negras deram valor à heteroidentificação,, possivelmente devido as constantes fraudes na autodeclaração em processos de seleção.

Gráfico 12 – A “Cota” contribui para uma pós-graduação mais plural na sua universidade



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

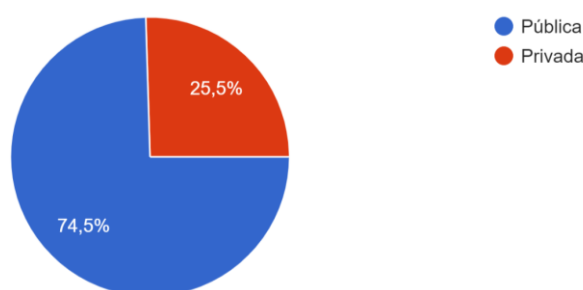
Quanto à pergunta sobre a Cota na pós-graduação na sua universidade contribui igualmente para uma universidade mais plural, os percentuais foram 39,2% muito

pouco, 31,4 sim, 15,7% não e 13,7% não existia lei de cota na sua pós-graduação, esta percepção dos participantes deve acontecer devido o percentual adotado nos programas ainda serem baixos, apresentando a escassez de corpos negros na pós-graduação.

Descrevemos nesta amostra de entrevistados que 31,4% acreditam que a Lei da Cota contribuiu para pluralizar a pós-graduação dando espaço para pessoas negras e indígenas na universidade, porém 39,2 % acreditam que a cota ainda contribui pouco. Poucos entrevistados em torno de 15,7% acreditam que a Lei da cota na sua universidade, não contribui para haver uma pós-graduação diversa e plural, composta por pessoas negras e indígenas, já que a presença de pessoas racializadas não é expressiva. E 13,7% afirmam que não existe cota em sua pós-graduação, pois esta é constituída apenas por pessoas brancas.

Somando os percentuais das respostas que 13,7% não possuem cota na universidade, com 15,7% que a Cota não contribui com a pós-graduação, com 39,2% que a Cota contribui pouco, somam um percentual de 68,6%, que pode caracterizar que na percepção da maioria dos entrevistados, a Lei da Cota não contribui totalitariamente para uma universidade mais plural, não pela sua eficácia, mas por intervenção racista na sua adoção. Essa percepção dos participantes pode ser devido a autonomia nos programas para a adoção da cota racial, segundo a Portaria nº13, de 11 de maio de 2016, artigo 1 e 2. Dessa maneira os percentuais de muitos programas de pós-graduação não atendem a população negra conforme o percentual adotado na graduação para cota, pois ou tem um percentual abaixo do percentual adotado ou não possuem a cota.

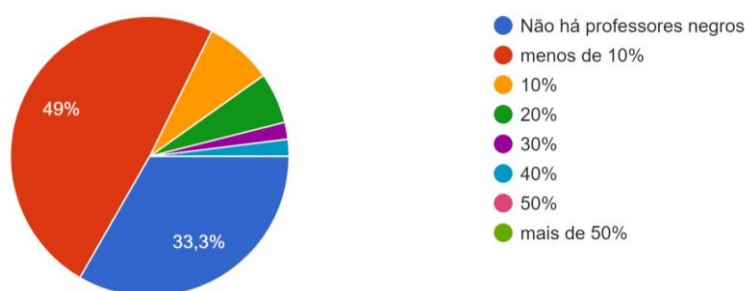
Gráfico 13 – Quanto a origem da pós-graduação



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Quanto a origem da pós-graduação dos participantes, 74,5% comunicam que são de universidade pública e 25,5% são oriundos de universidade privada. Que pode caracterizar para estes participantes da pesquisa que a política de ação afirmativa é mais comum em programas de pós-graduação em universidades públicas, aumentando a chance de ter mais pessoas negras nas áreas que ela é adotada. Porém notamos pelas informações no gráfico 13, que mesmo com o ingresso de pessoas negras na pós-graduação, os participantes desta pesquisa não percebem esta suficientemente diversificada ou plural.

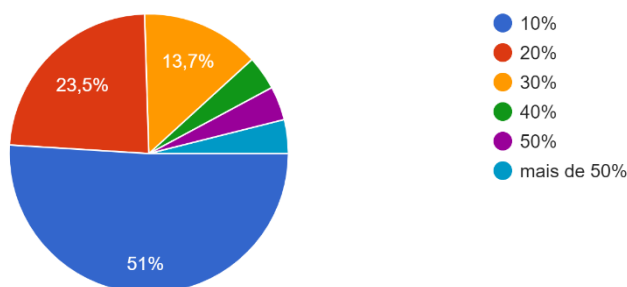
Gráfico 14 – Percentual de docentes negros na sua pós-graduação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Sabendo que a população negra constitui 56,2% da população brasileira, segundo IBGE (2020), foi observado segundo ao gráfico que 49% dos participantes têm menos de 10% de professores negros na pós-graduação, 33,3 % não tem professores negros, 7,8 % têm em torno de 10% de professores negros na sua pós-graduação, 5,9% afirmam que tem 20% de professores negros, e 2% têm em torno de 30% e 40% de professores negros. Podemos configurar com os dados desta amostra, que a quantidade de professores negros ainda é mínima nos programas de pós-graduação.

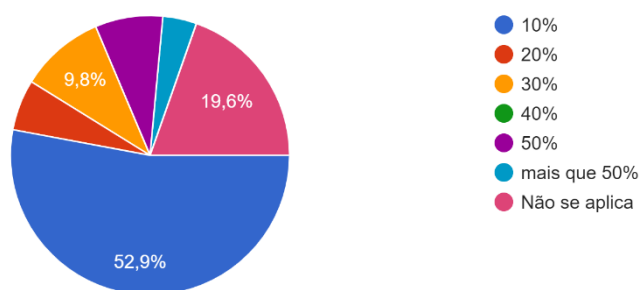
Gráfico 15 -Percentual de discentes negros na sua pós-graduação



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O Gráfico aponta que os participantes do questionário 51% acreditam que existem 10% de discentes negros na sua pós-graduação, que 23,5% acreditam ter 20% de discentes negros e 13,7% acreditam ter 30%. Assim os percentuais podem caracterizar que para esta amostra que a maioria dos participantes percebem que os negros ainda são a minoria na pós-graduação. Segunda Romão (2022, s/p.), mesmo com o aumento de estudantes pretos e indígenas nas universidades com a “Lei de Cotas”, a representatividade de docentes com este perfil continua pequena, havendo dificuldades para ampliar a diversidade na academia.

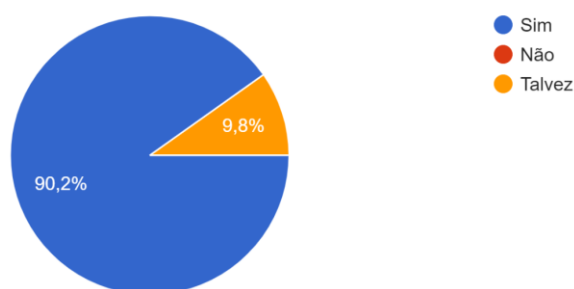
Gráfico 16- Percentual de bibliografia com tema da negritude na sua pós-graduação?



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

No gráfico 16 sobre o percentual de bibliografia na pós-graduação, que aborde o tema sobre a negritude, podemos perceber que 52,9% de respostas afirmam que só tem 10% deste tipo de bibliografia e 19,6% não tem bibliografia sobre a negritude. Segundo as respostas desta amostra notamos que a epistemologia negra, ainda é muito escassa na pós-graduação para os entrevistados. Segundo (KILOMBA, 2019, p.51) “Dentro dessas salas fomos feitos /os objetos “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (HALL,1992, p.252), mas raras vezes somos sujeitos”.

Gráfico 17 - A representatividade de grupos étnico-raciais na pós-graduação (discente, docente e epistemologias) contribuem com uma universidade mais plural

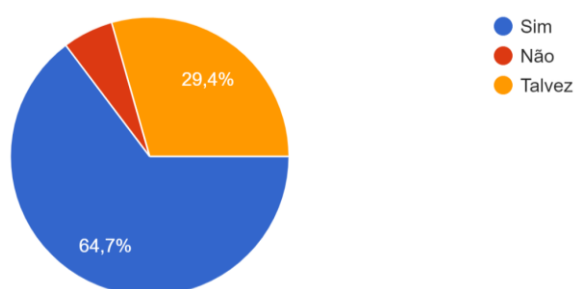


Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A pergunta sobre se a representatividade de grupos étnico-raciais na pós-graduação (discente, docente e epistemologias) tem a chance de contribuir com uma universidade mais plural, teve a maioria dos participantes, ou seja 90,2%, que responderam que sim e 9,8 % que responderam que talvez, revelando que para os entrevistados a representatividade contribui para uma universidade mais plural e diversa.

Vale a pena ressaltar que mesmo que a cota venha contribuir com a inclusão de negros, esta ainda não conseguiu transformar o ambiente acadêmico em um ambiente totalmente plural e diverso.

Gráfico 18 - Mais negros e pessoas de grupos étnico-raciais na pós-graduação (discente, docente e epistemologia) podem aumentar as chances da inserção no mercado de trabalho.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Podemos notar que a maioria dos entrevistados acreditam que com mais negros e pessoas de grupos étnico-raciais na pós-graduação (discente, docente e epistemologia)

pode aumentar as chances da inserção no mercado de trabalho para esses grupos. Constatamos essa hipótese neste grupo de entrevistados quando 64,7% disseram que sim, 29,4 % disseram que talvez e 5,9% disseram que não.

4.1. “AQUILOMBANDO” A/NA PÓS-GRADUAÇÃO: A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DE RESISTÊNCIA POLÍTICA:

A roda de conversa se constitui como uma entrevista proposta em detrimento da realização de entrevistas grupais, uma vez que ela pode ser um disparador coletivo/grupal para que, de forma compartilhada e colaborativa, os participantes possam se integrar numa conversa ou narrativa sobre determinado tema/assunto.

De acordo com Mélo et al. (2007), as rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática (selecionada de acordo com os objetivos da pesquisa) e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Ainda, ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, o qual possibilita a significação dos acontecimentos.

Afonso e Abade (2008) destacam que as rodas de conversa são utilizadas nas metodologias participativas, seu referencial teórico parte da articulação de autores da psicologia social, da psicanálise, da educação e seu fundamento metodológico se alicerça nas oficinas de intervenção psicossocial, tendo por objetivo a constituição de um espaço onde seus participantes reflitam acerca do cotidiano, ou seja, de sua relação com o mundo, com o trabalho, com o projeto de vida. Para que isso ocorra, as rodas devem ser desenvolvidas em um contexto em que as pessoas possam se expressar, buscando superar seus próprios medos e entraves. Para auxiliá-las nesse processo de quebra dos entraves, bem como para facilitar a comunicação e a interação, pode-se fazer uso de técnicas de dinamização de grupo, sendo utilizados recursos lúdicos ou não. Apesar de os coordenadores poderem escolher uma técnica visando um objetivo, é o grupo quem “dá a palavra final”, ou seja, é ele quem vivencia e direciona a técnica para seus objetivos.

Para a sua realização, foram selecionados 11 integrantes do PIER, vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* e *Lato sensu* de algumas Instituição de Ensino Superior (IES) do país.

Os participantes da roda de conversa que foram selecionados, participaram de diferentes formas de intervenções do PIER. Alguns participaram no preparatório para mestrado e doutorado, outros do curso de inglês, para o teste de proficiência, em ações de letramento racial, em grupo de acolhimento racial, em roda de conversa ou na apresentação de suas pesquisas.

A entrevista ocorreu de forma remota, em num único dia, agendado previamente com os participantes. Assim foi apresentado o título da pesquisa, PIER -Projeto de Integração Étnico-Racial: como desenvolver a representatividade negra a partir da pós-graduação, e solicitado a utilização das respostas anonimamente para dados da pesquisa. Foi lançada a primeira pergunta e à medida que as respostas surgiam eram feitas novas perguntas, com algumas ligeiras intervenções da pesquisadora.

Nesta amostra de entrevistados na roda de conversa, a grande maioria fez graduação em universidade pública. O grupo é heterogêneo constituído de 45% de homens e 55 % de mulheres, 27% de pretos retintos e 73% de pretos claros.

Nesta amostra de entrevistados, 27% são do Nordeste e 73% do Sudeste. Quanto os programas de pós graduação haviam participantes das seguintes universidades : Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Nacional de Brasília (UNB), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e FACUMINAS.

Dos participantes, 91% são das áreas humanas e 9% são da área exata. A faixa etária varia entre 26 e 52 anos, com a maioria entre 40 e 50 anos. Os dados desta amostra apresentam que os participantes eram pessoas negras, mais velhas, reafirmando os dados do IPEA utilizados nesta pesquisa, que apresenta a segregação da população negra na educação e no mercado de trabalho. Assim as pessoas negras chegam aos níveis mais elevado de educação, mais tarde, por não terem como se manter financeiramente mais tarde e buscarem trabalho mais cedo. Entre os integrantes da roda de conversa, a maioria tem um emprego fixo, concursado em serviço público com o cargo de professor.

Dentro da perspectiva dos entrevistados, existe uma construção de que a pós-graduação é um lugar de pessoas brancas e que eles não querem perder seu lugar de privilégio. Foi observado durante a atuação da Lei da Cotas, evidências de fraudes apenas com a autodeclaração, por isso foi criada a comissão de heteroidentificação. Assim, foi questionado na pesquisa se era necessário ter banca de heteroidentificação, a maioria dos participantes afirmaram que sim, uma vez que o racismo se constitui pelo fenótipo e existe fraude por parte da branquitude na autodeclaração.

Após o ano de 2014, houve uma série de denúncias de “fraude” das cotas raciais — feitas principalmente por estudantes, muitos deles beneficiários do sistema de cotas: pessoas brancas estariam acessando as vagas destinadas a estudantes pretos, pardos e indígenas ao “falsearem suas autodeclarações”. (SILVA; CIRQUEIRA; RIOS; ALVES; 2020, p. 334)

Sobre o perfil dos participantes da roda, temos na tabela abaixo, a descrição de algumas características:

Tabela 3. Caracterização dos participantes na roda de conversa.

Nome fictício	Idade	Sexo	Naturalidade	Formação Graduação	Pós-graduação	Atividade profissional
A.	42	Masculino	Rio de Janeiro	Música Trompete na UFRJ	Pós em Coordenação Pedagógica e Supervisão escolar, Educação especial inclusiva, História e Cultura Afro-brasileira FaculMinas	Inspetor da Orquestra Sinfonica Nacional -UFF Servidor
C.	40	Masculino	Irecê - Bahia	Direito e Antropologia UNB	Mestrado em Antropologia UFBA Doutorando	Advogado antropólogo INCRA servidor

					Direito – UNB	
E.	39	Feminino	Rio de Janeiro	História UNIRIO	Doutora em História Social UFRRJ	Professora do Município de São Gonçalo Servidora
F.	44	Feminino	Macartuba / São Paulo	Licenciatura plena em física Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho UNESP	Mestranda em Ensino da Ciencia e Matemática Instituto Federal Campus SP (IFSP)	Professora de Física Ensino Médio servidora
G.	26	Masculino	Salvador Bahia	Direito UFBA	Mestrando em Direito UNB	Pesquisador na área de Direito
I.	50	Feminino	Rio de Janeiro	Direito UERJ	Mestranda em Relações Etnico-raciais CEFET	Adv. Programa Anemia Falciforme PAF – servidora
J.	27	Feminino	Itaperí / Fortaleza Ceará	Direito Centro Universitário/ Christus Fortaleza /CE	Mestranda em Direito, Estado e Constituição UNB	estudante / bolsista CAPES
N.	48	Feminino	Rio de Janeiro	Comunicação Social ECO/UFRJ	Pós em Gestão de pessoas FGV Mestrado PPGCI- IBICT/UFRJ Doutoranda ECO UFRJ	Jornalista Pesquisadora
P.	52	Masculino	Rio de Janeiro	Ciencias	Mestrado e	Prof. adjunto

				Sociais IFCS/UF RJ	Doutor em Ciencias sociais. UERJ	UNIRIO Servidor
R.	45	Feminino	Rio de Janeiro	Pedagogia UERJ	Mestranda em Educação básica PPGEB CAP - UERJ	Prof, Ensino Fundamental CAP- UERJ Servidora
Z.	50	Masculino	Rio de Janeiro	Pedagogia Simonsen	Pós em Psicopedagog ia Simonsen e em Educação Étnico Raciais ERER – UERJ	Contador de História, Pedagogo, Psicopeda - gogo escritor CLT

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

4.1.1. As cotas nos Programas de Pós-Graduação:

Segundo constatamos através de Venturini (2020), que as ações afirmativas abriram caminhos para as pessoas negras alcançarem a universidade e a pós-graduação através das normas. Porém, diferente da graduação, cada programa de pós-graduação tem autonomia para aplicar a lei da cota, conforme a Portaria nº13, de 11 de maio de 2016. Desta forma, os percentuais de cotas raciais praticados na pós-graduação são diferentes e menores do que o praticado na graduação, regulando a presença dos corpos negros e inviabilizando a sua representatividade de forma plena.

O reflexo do racismo sistêmico na nossa sociedade renova constantemente um mecanismo de manutenção do privilégio, absorvendo o discurso da inclusão para manter as pessoas negras fora de alguns espaços. Assim observamos que o critério de seleção da cota ainda não é suficiente para a inclusão de negros de forma expressiva ao seu

percentual populacional na sociedade, principalmente quando nos referimos à pós-graduação, uma vez que esta não pratica os percentuais conquistados pela graduação.

“Uma vez a gente tava falando sobre isso, acho que é um processo complicado de resolver, porque quando você fala que você vai ter cota das 30%, quando você tem 10 anos para ter um concurso, e o concurso abre uma vaga, como é que resolve isso?” (N.)

Durante a roda de conversa com os participantes do PIER, a participante N. por exemplo, afirma que esse processo tem sido complicado de resolver a questão da inclusão racial. Quando os institutos, serviços, empresas e universidades mencionam que a cota deve ser de 30%, demora-se aproximadamente quase 10 anos para a abertura de concursos ou processos seletivos. E ainda questiona como resolver a questão da representatividade quando o concurso só tem uma vaga para cotista. Assim, relata que abrem concursos um ano sim e outro não, e que não entende qual o critério de captação de pessoas pretas.

4.1.2 Os impactos da opressão e da exclusão sobre corpos negros

A exclusão das minorias no lugar de privilégio causa um sentimento de não pertencimento e isolamento por não encontrarem seus pares. Esse sentimento impacta na autoestima, fazendo com que as pessoas excluídas, que chegaram àquele lugar, descredibilizem sua própria capacidade. Esse sentimento de incapacidade nem sempre se resume a “síndrome do impostor” que é uma patologia que enfatiza as próprias deficiências, supervalorizam as habilidades dos demais, além de temer não conseguir repetir ou merecer o sucesso que alcançam (CLANCE & IMES, 1978; HENNING, EY, & SHAW, 1998; apud ALMEIDA 2020, p. 19), porém os detentores do lugar de privilégio, como a Branquitude (BENTO, 2002), usam do saber como mecanismo de poder para oprimir e inferiorizar aqueles que não possuem os mesmos conhecimentos.

“...no mestrado de Direito da UNB, eles não pedem oficialmente a proficiência em língua estrangeira, mas você coloca isso como o seu projeto, dizendo que você consegue dentro dos seus conhecimentos em língua estrangeira desenrolar a sua pesquisa. Mas quando eu entrei no curso, eu tive um professor de Filosofia que ele decidiu dar o curso inteiro em inglês... e eu fiquei desesperada porque eu disse: não tudo bem, eu consigo ler algumas coisas em inglês com ajuda do tradutor. Eu confesso, mas o curso inteiro ouvi falar, não vai rolar! E aí o inglês que parece ser o primeiro percalço é o menor

deles, parece, porque tem gente que diz: nossa, mas para a sua pesquisa, J., é importante falar alemão. Eu diria, eita diacho, que nem em inglês estou desenrolando, alemão quiçá.” (J)

Podemos usar um exemplo típico de opressão vivenciada por uma pessoa negra e de baixa renda na pós-graduação, que pode inviabilizar a sua permanência e impacta na autoestima na pós-graduação, quando a Participante J. narra sobre um professor de Filosofia na UNB, no seu mestrado em Direito, que decidiu em sua disciplina, ministrar o curso inteiro em inglês, e os alunos a sugerirem falar alemão para desenvolver a sua dissertação.

A mesma participante na roda de conversa relata que, fazer mestrado na pandemia era inviável, mas mais difícil ainda no modo presencial, uma vez que os gastos eram altos com passagem, estadia e moradia. A bolsa CAPES mal consegue sustentar a bolsista mulher, negra, nordestina, desfavorecida economicamente e oriunda de outro estado.

O acesso tardio à uma capacitação como o ensino de línguas impacta na autoestima negra, pois tais pessoas só conseguem acesso a esse tipo de educação com mais idade, tendo dificuldade de aprender. Cursos sociais ou projetos sociais com recorte racial ajudam na autoestima, na capacitação, uma vez que essas pessoas encontram outras nas mesmas condições e com o mesmo perfil.

“Agora, eu achei muito tardio pra mim, é muito tardio, porque eu vejo meus alunos, eu vejo minhas filhas falando inglês, e gente do céu, e para mim é uma dificuldade. Para eu fazer, para eu estudar qualquer frase, eu tenha que estudar muito...então, é realmente... a impressão que eu tenho é que assim, o inglês não me pertence, por isso que não entra, sabe? Então o PIER me ajuda muito nisso, porque eu falo. Bom, agora eu acho que eu vou aprender!” (F)

A Participante N. achava importante refletir e encarar que entre os negros, também há a resistência e a disputa de poderes. Ela dizia que estudava Foucault e, que esta questão do poder lhe era muito cara, pois os negros têm que começar a se blindar e a se preparar para esse tipo de resistência que vai ser encontrada entre eles também.

“Essa coisa da resistência entre os nossos pares é algo que a gente tem que entender que não é racismo reverso, não é racismo entre nós, mas é algo que a gente tem que criar uma consciência, para lidar com essa situação. Quais são

as receitas eu não sei, mas a gente tem que aprender a lidar com isso também”
(N.)

O racismo faz o povo preto assumir o discurso do opressor dominador, não se reconhecendo, se dividindo ou se desunindo e resistindo às próprias questões raciais. “Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco ele será”. (FANON, 2008, p.34).

4.1.3 Entendendo sobre os impactos da racialização

“Porque antes de fazer pedagogia, eu tentei fazer a teologia, e ouvi uma pessoa falar assim para mim, olha, você...essa cadeira é de branco, não é de preto não, essa cadeira aqui, é uma cadeira de pessoas brancas. Aí, você via, pastores, aí...me apontavam... olha está vendo fulano, é pastor. Aí você vê toda aquela nata branca. Realmente na minha turma não tinha pessoas pretas, e aquilo para mim era um embate.” (Z).

A racialização no Brasil destituiu a população negra dos seus direitos humanos: direito à saúde, à moradia, ao trabalho, à educação, à cultura, lazer e qualidade de vida, despejando o povo negro brasileiro em seu próprio solo, conforme apresentado nas tabelas 1 e 2 e gráficos 1 e 2 desta pesquisa, na Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2020).

Após a abolição da escravatura, a grande preocupação no Brasil era desenvolver o país aos moldes europeus, oferecendo cotas de terras a imigrantes. Assim a população negra, após a escravização se encontrava sem terra, sem direito a cidadania, jogada às margens da sociedade brasileira, sofrendo os mais profundos impactos socioeconômicos, devido a segregação racial.

Segundo Nascimento (2016) “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade do país. A Ideologia oficial apoia a discriminação econômica - para citar um exemplo por motivo de raça” (p.98). A democracia racial tenta mascarar a discriminação racial se limitando apenas no contexto econômico, mas, a partir das análises de Florestan Fernandes, o autor contraria o mito da democracia racial, onde as pessoas negras suportam uma efetiva discriminação racial, pois mesmo constituindo a maioria da população, ela existe como minoria econômica e cultural. E isso se reflete na pós-graduação e nos movimentos contra as ações afirmativa que acreditam que somente as cotas sociais vão resolver a questão do negro no Brasil.

A exclusão de corpos negros nos espaços de poder, de produção de conhecimento,

perpassa na educação básica até pós-graduação, a qual os percentuais de pessoas negras ainda são muito baixos, conforme apresentado nos gráficos 1 e 2 e tabelas 1 e 2 do IBGE 2020. A população preta e parda tem o menor percentual em todos os níveis de instrução em ocupações formais e o maior percentual em ocupações informais.

Desta forma podemos perceber que a educação básica oferece estrutura nos processos formativos educacionais de um indivíduo e a pós-graduação conclui a formação dando chance de adquirir hierarquias mais elevadas tanto na área acadêmica quanto profissional, porém o racismo exclui independentemente do nível da formação acadêmica.

4.1.4 Os marcadores identitários e a negritude

Segundo Crenshaw (1991), através da teoria da interseccionalidade, afirma que quanto mais marcadores identitários, maior é a exclusão, desta maneira a população negra se mantém à margem da sociedade devido a racialização.

Os marcadores identitários aumentam a exclusão social e isso se espelha na pós-graduação. Portanto, uma mulher, negra, da periferia, mais velha, mãe e desfavorecida financeiramente aumenta a probabilidade de estar fora da pós-graduação, assim como se pessoas que se identificam como LGBTQIPN+, como o caso de mulheres ou homens trans. Ainda há uma discussão sobre pessoas pretas mais claras que estão no limbo racial por não serem consideradas muitas vezes nem pretas, nem brancas por conta do apagamento e as mais negras que são as mais vulneráveis a discriminação.

“Eu entrei na escola de comunicação da UFRJ em 1992, então eu era a única negra. E aí para os brancos, eu era negra mesmo, agora para os meus pares no bairro, eu não era negra, eu era branca” (N).

A Participante N. destacou na roda de conversa, que possui todos os marcadores das minorias, pois é nordestina, negra não retinta, e que também considera ser um problema por ser rechaçada por dois lados, além de ser mulher, mãe, periférica, ressalta que sofre sendo excluída por pessoas brancas e pessoas negras.

O embranquecimento do fenótipo negro, baseada na teoria do embranquecimento, regula os corpos pretos pelo tom de pele, inviabilizando certos acessos aos mais escuros e dando aos mais claros posições diferenciadas, em uma suposta condição de brancura e poder, distorcendo a percepção da identidade e da consciência racial.

“O ideal de embranquecimento infundido de forma sutil a população afro-brasileira, por um lado; e de outra parte o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade a exposições sociopolíticas e econômicas.” (NASCIMENTO, 2020, p.92)

O discurso da representatividade é atravessado pela segregação espacial, pois as pessoas negras não vivem nos melhores territórios da cidade, e não tem acesso aos melhores espaços sociais como a educação, por isso se concentram nos subúrbios, nas comunidades e estão fora dos espaços de privilégio, pois mesmo com a ação inclusiva os corpos negros são regulados, limitando a presença negra, como é percebido pelos participantes da entrevista na pós-graduação.

“Eu acho que é um direito de todos ocupar todos os espaços que podemos ocupar, inclusive o espaço educacional, sobretudo esses espaços que são historicamente ocupados por brancos, né? Então inclusive nessa própria afirmação que é um espaço construído historicamente por branco, revela o teor racista e o teor exclusão que existe no sistema educacional, sobretudo na universidade pública, porque se é público, então deveriam estar todos lá. E se pelo menos, pelo último censo, mais de 50% da população Brasileira é negra, então para que houvesse uma igualdade de fato, pelo menos a metade das pessoas da pós a graduação, deveriam ser negras, se a gente vivesse num país em que não existisse um processo de racismo que fosse construído historicamente.” (G).

4.1.5 A representatividade negra na pós-graduação

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, e isso reflete em um enorme atraso para a sociedade brasileira, pois perde por ter apagado a história africana. Então existe esse movimento de resgate da cultura negra, constituída como a segunda maior população negra do mundo, o que é de suma importância para a sociedade brasileira.

Isto torna mais evidente na fala da participante N, quando se refere a representatividade, considera um enorme atraso, uma grande lacuna na sociedade brasileira.

“...a despeito do atraso que é enorme, se você considerar também que a escravidão, oficialmente no papel acabou ontem, por que foi ontem né? 1888

foi ontem, né? E ainda mais se você considera os 3 quase 4 séculos de escravidão. Então estamos atrasados sim.” (N)

O sentimento de vazio apresentado por este grupo entrevistado na pós-graduação, não se resume só na exclusão das pessoas negras, mas também em relação a escassez da temática oriunda de autores negros que mostra uma tentativa hegemônica eurocêntrica de alienação e apagamento, silenciando a epistemologia negra na academia.

“Acredito que começa primeiro pelas pessoas que estão ali exercendo uma certa autoridade no sentido de disseminar um certo conhecimento, tanto nas escolas quanto também nas universidades e nos cursos de pós-graduação. Então, assim é a ausência dessa representatividade, ela nos diz muito, né? E muitas vezes, ela também toca na questão da subjetividade do indivíduo, uma vez que, por exemplo, determinadas temáticas são difíceis, de ser apresentada tanto na educação básica, quanto também nas universidades, como por exemplo questões sobre racismo, ou sobre, enfim, questões dessa natureza, já que estamos lidando com relações étnico raciais.” (E)

Segundo Kilomba (2019) essa ausência da representatividade negra reprimida simboliza a imposição da posição de subalternidade, por não ser escutada e nem ter espaço para articulação. Assim constatamos no gráfico 15 do questionário desta pesquisa, que 52,9% dos entrevistados na pós-graduação identificam apenas 10% da bibliografia que aborde sobre negritude e a percepção dos entrevistados é que muitos desses autores são desconhecidos e que existe essa falta de representatividade que começa a partir da ausência de professores negros e se estende aos temas abordados

A ascensão da população negra na pós-graduação ultrapassa a estética da diversidade racial e legítima ocupação física como referência. Ao mesmo tempo que a representatividade vai validar a existência da pessoa negra, sua ausência vai esvaziar a sua subjetividade, enfraquecendo o indivíduo negro. Desta maneira, a representatividade fortalece a identidade do indivíduo enquanto grupo e a união de diferentes grupos cria a diversidade e uma sociedade mais plural.

E o uno e o múltiplo não se excluem, constituem-se numa relação com o outro e um contém o outro, ao mesmo tempo que se superam. É necessário apresentar-se e ser representado como igual a si mesmo para garantir relações

intrapessoais, interpessoais, intergrupais e, quiçá, internacionais (SAWAIA, 2001, p.125).

Segundo Júnior e Luz (2022), as cotas mudaram o perfil da graduação tornando-a mais plural e isso, de uma certa forma, incentivou outras pessoas negras a se estimularem a ocupar o espaço acadêmico.

Observamos tanto no levantamento dos questionários quanto na roda de conversa, desta pesquisa, o quanto as políticas de ações afirmativas, a Lei da cota, preencheram o vazio trazido pela invisibilidade de pessoas negras no nível superior e o quanto esse movimento tem sido estimulado na pós-graduação, mas ainda existem resistência nos programas tanto nos percentuais de vagas quanto em uma normatização mais efetiva e padronizada em todos os programas, uma vez que muitos não possuem vagas raciais ou o percentual não atende a população negra, retendo de uma forma sistêmica os corpos negros neste espaço.

Eu acho fácil pensar pelo Direito, onde cursei a universidade, pois eu não vi nenhum professor preto enquanto eu fazia as minhas disciplinas de mestrado, infelizmente. Eu me senti excluída nos grupos que eu participei, porque eu não via pessoas pretas, ou, quando as via, eram muito raras e tinha pouquíssimo contato com elas, o que causa bastante solidão. No mestrado temos aquela sensação de que será que foi sorte, de você ter entrado lá, pois você não tem mais ninguém...(J)

Notamos nas narrativas dos entrevistados a percepção dos participantes quanto o aumento das pessoas negras na universidade, porém ainda faltam pessoas negras na pós-graduação, o que impacta na representatividade.

A cota também contribuiu não só para fomentar a presença e a identidade negra, como para originar coletivos, criar as câmaras de políticas raciais, e fortalecer a consciência racial, e um dos movimentos fortalecedores à identidade negra foram as comissões de heteroidentificação, que além de proteger as vagas raciais contra fraudes na autodeclaração racial, promove o letramento racial.

Segundo Santos e Silva (2019, s/p.), a comunidade de intelectuais negra cria um espaço de acolhimento que vai além do virtual para os espaços acadêmicos presenciais na UFRJ/IFCS, por exemplo, se expandindo para outros setores e segmentos universitários.

As ações inclusivas com recorte racial podem auxiliar a vencer o abismo na educação, seja por Cotas ou bolsas raciais concedidas pela universidade, por empresas

que dão apoio financeiro aos pesquisadores negros ou, por iniciativas independentes de agrupamento e capacitação, como a do PIER, pois ajudam no acesso e na permanência dos discentes negros na pós-graduação, porém existe um questionamento constante, quase contraditório, que transita entre os dados e os entrevistados sobre a baixa presença negra na pós-graduação e o racismo que eles sofrem, conforme observamos na fala do participante C.

“porque a gente sabe que as pessoas negras não deixam de ser discriminadas porque elas fazem pós-graduação. Eu acredito que é exatamente o oposto, ao romper com essa Geografia naturalizada e naturalizante, de que tem um lugar de negro e o lugar de branco, e que a pós-graduação não é um lugar de negro, aumenta a probabilidade de você sofrer racismo, aumenta, porque aí você está fora do lugar. É uma ideia fora do lugar, o negro no doutorado, é uma ideia fora do lugar e isso aumenta a disputa por recursos financeiros, recursos econômicos, mas também recursos simbólicos, como na universidade de ser professor e de ser cientista.” (C).

4.1.6 A resistência negra na pós-graduação

“Eu vejo que a universidade é só um espaço, mas que existem outras estruturas de produção de conhecimento, que também precisam representatividade e que não se tem. E aí se a gente olhar para trás, pensar na própria educação básica, aí é um processo... porque eu estou indo lá atrás para pensar lá na pós-graduação, é um processo que não tem como se pensar lá na frente, se isto está estruturado em outras esferas dos processos formativos dos indivíduos, então é assim na educação básica. Assim eu vejo que essa ausência dessa representatividade. Aí, a importância, né? Acredito que começa primeiro pelas pessoas que estão ali exercendo uma certa autoridade no sentido de disseminar um certo conhecimento, tanto nas escolas quanto também nas universidades e nos cursos de pós-graduação”. (E)

Segundo o relato da participante E., as questões raciais deveriam ser abordadas e debatidas por toda a vida de um estudante negro, por isso a necessidade de quem está fazendo a formação do indivíduo da educação básica a pós-graduação, por isso é necessário ter a representatividade.

Desde a questão, realmente uma sensação, de exclusão, de não pertencimento e de emburrecimento, também de não se achar capaz, e também como a questão da pós, como ela é na verdade uma pedra, uma ponta do iceberg, uma discussão muito mais ampla, como E. colocou, que a gente tem que pensar lá no ensino básico, como isso é discutido e pensado no ensino básico, para que a gente consiga não apenas ter uma barricada dentro da pós-graduação. (P)

O Participante P. ressaltou a fala da participante E. que a questão racial e da representatividade deve ser discutida e pensada no ensino básico fazendo a analogia a uma barricada para quando as pessoas negras forem surpreendidas pelo racismo na pós-graduação, não se defenderem de maneira improvisada criando verdadeiras trincheiras sociais para sustentar e resistir ao que é contra a sua presença nos espaços como a pós-graduação.

“No IF o embate não é com os professores, mas com os alunos, porque é uma escola embranquecida e eles não acreditam nessas dificuldades que a gente apresenta. Então é eu tinha muita briga com alguns alunos em explicar o porquê da importância das cotas. Aí, teve um dia que realmente eu fui para o embate e eu perguntei para eles, se eles não tinham vergonha da universidade pública, não ter pessoas negras e as pessoas negras pagarem mesmo imposto. Eles ficaram olhando para a minha cara, então é assim que eu percebo que a IF tem essa responsabilidade social, mas ainda a gente tem os alunos que são bastante embranquecidos”. (F)

Existe uma grande dificuldade da percepção sobre as causas raciais e o lado social das pessoas negras, conforme relatado pela participante F., pois a Branquitude sempre se apropria da fala negra, a distorcendo, ou a desmerecendo, menosprezando o lugar de fala, segundo Djamila Ribeiro (2020), todas as pessoas podem relatar um fato pela outra, mas, na verdade, o lugar de fala é daquele que vive a experiência.

“Eu sou do departamento de saúde coletiva e da faculdade de Ciências Sociais, e muitas vezes, conversando tanto com os colegas do departamento de saúde coletiva, quanto com os colegas, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, existe uma total dificuldade dele, de entender o nosso... a nossa posição social, nosso lugar de fala, se vocês preferirem, uma dificuldade assim de perceber. “(P.)

O Participante P aborda sobre essa falta de entendimento sobre a exclusão do povo negros entre colegas professores das áreas humanas e de saúde que deveriam ser detentores deste conhecimento.

As pessoas negras são sempre questionadas constantemente quando ocupam os lugares que foram destituídos. Na academia, quando não é pelo professor, é pelo próprio colega branco, porém isto também pode acontecer com algumas pessoas negras que acabam repetindo o discurso do opressor.

Cida Bento (2002), dentro das suas análises sobre o lugar da branquitude, conclui de uma maneira brilhante em seu livro o Pacto Narcísico da Branquitude, no qual afirma que pessoas brancas fazem um pacto de cumplicidade não verbalizado para manter seus privilégios.

“E teve algo assim que aconteceu em um concurso recente, também lá Universidade Federal em que eles abrem várias vagas, abrem 10 vagas por cada departamento, mas aí, fica uma vaga só pra por cota, isso já entrou até para o Ministério público, enfim, então é só mais uma das estratégias, para poder inviabilizar a entrada. E aí eu acho que essa estratégia, também de colocar os textos todos em inglês em um semestre inteiro, só lendo texto em inglês, um curso inteiro, um semestre inteiro, só lendo livro em inglês, enfim é uma estratégia também para poder desmobilizar, fazer a pessoa desistir, que também tem a ver com o que a F. falou, que com isso as pessoas dão notas baixas, tudo isso é um conjunto de estratégia de dominação, para poder, se não conseguir inviabilizar a entrada, inviabilizar a permanência, e a conclusão do curso tanto da graduação quanto da pós graduação.” (G.)

O Participante G ressalta sobre a quantidade de vagas designadas para as pessoas negras em um concurso público, mesmo com uma política de inclusiva, virou caso do Ministério Público, por apenas abrirem uma vaga para este concurso, o que demonstra uma forma de retenção na entrada de pessoas negras e manutenção do lugar de privilégio da branquitude. Ele também aponta que essas estratégias de exclusão podem acontecer de diversas maneiras e em diversos espaços como na sala de aula, quando um Professor da Academia tenta inviabilizar a permanência de alunos negros, desmotivando-os através de obstáculos, como ministrar aulas de uma disciplina em uma língua estrangeira, a qual geralmente uma pessoa negra e de baixa renda não tem acesso.

A palavra síndrome no grego, "syndrome", significa "reunião". Segundo o dicionário Priberam caracteriza um conjunto de sinais e sintomas que definem uma determinada patologia ou condição. A condição relacionada a pessoa que é aquisidora de um lugar de privilégio, institucionalizado por um grupo dominante, geralmente cria discursos e mecanismos para não perder o seu lugar ou condição de poder, como uma síndrome. Esta síndrome conforme o sentido figurado apresentado, pode ser reproduzida por uma pessoa excluída, como uma pessoa negra, racializada ou excluída socialmente, que alcançou uma posição de poder almejada, repetindo a mesma postura de um opressor, conforme podemos observar no relato do participante Z. "...mas as pessoas negras que me apareceram, eram muito diferentes daquilo que eu imaginava, no sentido de acolhedor, talvez seja por conta de estar numa posição superior, de estar numa situação de ensino superior" (Z).

Essa reunião de estratégias pode equiparar-se a um "racismo psicológico", como em um sentido figurado uma "Síndrome do Privilégio Adquirido"¹, no qual a pessoa na condição de privilégio, não quer perder o seu lugar de prestígio adquirido, criando estratégias para inviabilizar o compartilhamento de espaços com outros.

Mas o racismo sempre existiu e sempre a gente tem que falar de racismo, sempre. Sim, é cansativo, mas é a nossa função, a gente viveu nesse tempo e a gente tem que abraçar a causa. Só vai ter que ser assim, tem que encarar isso de frente, é com a gente mesmo, tá na nossa mão e vamos em frente (N.)

Percebemos na fala da participante N. que o discurso antirracista é cansativo, porém ele deve ser perseverante, uma vez que o racismo é sistêmico, e se atualiza permanentemente, as falas negras são roubadas como estratégia racista por isso é importante as pessoas negras assumirem as causas raciais com o protagonismo. Segundo Almeida (2020), o racismo encarna as estruturas mais porosas, fazendo-se valer de uma verdade absoluta e a certeza de uma naturalização de forças opressoras que se querem acreditar e defender.

A opressão à população negra é antiga, isto caracteriza um racismo que se atualiza constantemente apagando a história e a cultura negra desde os seus ancestrais na África,

¹ A "Síndrome do Privilégio Adquirido" é um conceito criado por Patricia Dias da Silva, a partir desta pesquisa, baseada no conceito de Pacto Narcísico da Branquitude de Cida Bento. Esta síndrome no sentido figurado é uma distorção do "eu" do indivíduo oprimido, que assimila e repete praticas do opressor quando atinge uma condição de privilégio.

porém DIOP (1974) afirma que as próprias pessoas negras devem resgatar e lutar pela sua história com legitimidade, assumindo este protagonismo, uma vez que a sua história vem sendo contada por outra perspectiva.

4.1.7 PIER – Um Quilombo virtual que opera realidades:

O racismo é um mal inserido na sociedade brasileira de modo naturalizado. Assim as pessoas negras são segregadas racialmente por toda a sua vida, do seu nascimento até a sua morte. As narrativas dos entrevistados retratam que a ideia de coletivo fortalece o indivíduo e o grupo, criando formas de resistência para superar esta realidade.

Existe uma relação impulsionadora que promove a autoestima quando as pessoas negras se encontram em espaços de difícil acesso para elas, pois existe um preenchimento de um vazio sentido. Assim, tanto o Participante P., em seu relato, quanto para o seu aluno de mestrado, ambos vivenciaram essa experiência.

..."já como professor da UNIRIO, o primeiro curso que eu dei, nas Ciências Sociais, foi o curso de Filosofia da cultura que acabou. Não, na verdade, não foi nem esse curso, foi no segundo curso que eu dei, que era sobre modernidade, pós-colonialidade, decolonialidade e tal... e me apareceu um aluno do Direito. Essas disciplinas são abertas aos alunos de outras áreas. Era um rapaz preto, periférico e homossexual. E até hoje, eu me lembro da cara de susto dele, quando ele entrou na sala de aula. Ele me olhou, assim, com surpresa e tal. Depois eu fui conversar com ele, perguntei de onde você vem. Ele respondeu: eu não sou do Direito, essa matéria, resolvi puxar. E eu perguntei, e aí, você gostou do que eu falei, você vai ficar realmente? Então ele falou: eu gostei, mas gostei principalmente que você é o primeiro professor negro que eu vejo na faculdade" (P)

É muito diferente quando existe uma representatividade no corpo docente dentro dos programas de pós-graduação, seja qual for a causa, o acolhimento e a defesa da inclusão, tem um diferencial, talvez por entender, através das próprias experiências, as dificuldades vivenciadas por seus alunos.

..." estou mestrando do PPGEB do Cap da UERJ. ...que desenvolve projetos dentro da área de educação básica, e lá eles fazem um movimento de inclusão, da pessoa negra, do mestrando negro. Tanto que o meu orientador, quero dizer, ele é negro, ele é o Lincoln Tavares, ele é o reitor ou o vice-reitor da universidade. Eu ainda não "pesquei" muito bem. A gente tem uma mistura muito grande no curso e ele até é um curso com uma nota CAPES 5, foi eleito

agora. Eles vão incluir o doutorado também. Lá o movimento é inclusão de cotistas, usando os negros. Nós vamos mudar todo esse diálogo que a gente tem colonial, e vamos transformar em decolonial, contra-colonial, descolonial. Os autores que são trazidos, são vários, como Lélia González, Conceição Evaristo, Antonio Bispo, Maria Beatriz do Nascimento. Lá a gente está fazendo um movimento grande antirracista.” (R)

Na roda de conversa com a Participante R., narra que no programa da sua pós-graduação é diferente por ter um líder negro que é um professor dirigente. Devido à presença negra no corpo docente existe um diferencial na sua pós, pois favorece um movimento antirracista, a inserção de mais alunos negros, um estudo bibliográfico mais amplo, abrangendo autores descoloniais ,decoloniais e contra-colonial , além de ter uma boa avaliação na CAPES.

“E o PIER pra mim é assim, é praticamente um quilombo, porque é um lugar onde encontro outros negros e negras...Então, enfim, aqui também é um espaço de acolhimento, de fortalecimento, mas pode ser que a gente se municia desse alimento, que a gente se regenera também das feridas, pois o dia a dia acadêmico pode ser bem difícil, as vezes é bem difícil, bem duro... então a gente meio que se encontra, dá uma risada, brinca, faz uma conversa, fala alguma bobagem e assim isso de alguma forma alimenta a gente, nos retroalimenta para continuar seguindo em frente.” (G)

As pessoas negras constituem uma demanda reprimida e buscam pela ocupação de seus espaços e se movimentam politicamente buscando voz e volume através da união com seus pares pelo aquilombamento conforme relata o participante G.

“Acredito que assim o trabalho do PIER, com certeza é, eu vejo como sendo assim muito, fortalecedor, um exemplo de estratégia que a gente pode ter para colocar, mesmo, mais negros nesses espaços em que a gente acredita. Pelo menos eu acredito eu vejo dessa forma, a grande maioria acha que são espaços que não lhe pertencem, né? Eu via muito dessa forma, e depois que eu entrei também no CEFET, no mestrado, eu acho que essa foi uma angústia, que eu ouvi de muitas colegas meus de mestrado, que não se via dentro desse espaço e não se viam merecedores desse espaço. Eu acho que o PIER é com certeza um projeto que, para mim, tinha que ser cada vez mais replicado, para que a gente pudesse mudar essa nossa realidade.” (I)

A integração e a união das pessoas negras no PIER é uma força motivacional nos espaços que elas foram desterritorializadas, conforme o relato da participante I., o conceito de aquilombamento é importante, “ou seja aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político.”(SOUTO,2020, p.141)

Para o participante P. a representatividade negra na pós-graduação é uma questão política, mas uma forma de ocupação do espaço que foram destituídas. “Eu acredito e percebo que muitos negros se posicionam assim, que precisa ocupar um espaço não apenas no sentido étnico racial, epistêmico, epistemológico, mas também político, de ter voz e de ter volume, na própria voz dentro da academia.” (P).

Como os escravizados fugiam, através da rota de fuga, em busca de um lugar de liberdade para reunir o seu povo, mediante as opressões sofridas, em um cenário pouco propício, no momento de Pandemia do COVID-19 e de enclausuramento, a internet foi a rota de fuga para a conquista de um refúgio, uma nova forma de quilombo para os pós-graduandos negros chamado PIER - Projeto de Integração Étnico Racial, que assim como os escravos nos quilombos, se revigoravam através da presença e apoio de seus pares. Segundo Bona (2020) “o escravo se torna novamente para ele mesmo e os outros sujeitos de ações e reações. Por reativarem as memórias do corpo e da oralidade, por nutrirem uma nova espiritualidade “ritmos de resistência”” (p.10).

O PIER, por utilizar do recurso virtual, ao invés do presencial, para reunir os negros da pós-graduação, se caracterizou pela internet como um quilombo virtual, o PIER virtual. O PIER tem uma característica de uma TAZ, Zona Autônoma Temporal, segundo BEY (2001, p.14), que a TAZ seja percebida como algo mais do que um ensaio (“uma tentativa”), uma sugestão, quase que uma fantasia poética, mas o PIER vai além de uma fantasia, pois é um projeto que tenta dentro das suas singularidades no mundo virtual, ativar a autoestima, reunir pós-graduando negros de diferentes lugares, capacitar, determinar o seu espaço enquanto coletivo interdisciplinar e fazer intervenções para promover a inclusão racial no mundo presencial, tudo em nome da representatividade negra.

“A TAZ possui uma localização temporária, mas real no tempo, e uma localização temporária, mas real no espaço. Porém, obviamente, ela também precisa ter um local dentro da web, outro tipo de local: não real, mas virtual; não imediato, mas instantâneo. A web não fornece apenas um apoio logístico à TAZ, também ajuda a criá-la. Grosso modo, poderíamos dizer que a TAZ "existe" tanto no espaço da informação quanto no "mundo real". (BEY, 2001, p.33)

A integração do grupo é uma forma de reestruturação, de um povo que foi separado, possibilitando estabelecer conexões através da internet que aproxima minimizando a distância e o tempo de contato. Estar em pares favorece fazer um trabalho que transforma a si mesmo, o outro, o entorno, e o mundo.

“Mas aí eu observo muito isso, ainda porque, incomoda bastante, incomoda bastante e ... na minha própria faculdade mesmo, quando eu fiz a graduação, eu não tinha nenhum professor preto, os meus colegas também eram assim minoria , a minoria era preta, mas eu falei não , tenho que continuar, eu vou continuar, e vou...na época era aquela coisa que... vou ver até...vou ver até onde eu vou chegar... não tinha muito aquela perspectiva de, eu vou, vou fazer mestrado, fazer doutorado, vou fazer pós-doc... não tinha perspectiva, mas aí aos poucos eu fui pegando esse “feeling”. E depois conhecendo o PIER, aí que o negócio deslanchou mais ainda.” (A.)

A fala do Participante A. relata o quanto o aquilombamento do PIER, por haver outros negros na pós-graduação, gera motivação para o desenvolvimento pessoal. Assim, baseado no conceito da filosofia africana Ubuntu, o PIER exprime o ideal de colaboração mútua e se desenvolve com o progresso da sua comunidade negra, sendo uma proposta de convivência social não só entre pessoas negras, mas entre os seres humanos. Desta forma o PIER funciona como um quilombo, porque agrega, compartilha, debate, rebate e resiste. Aquilombar-se é buscar o seu espaço e foi assim que o PIER se tornou um espaço de empoderamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A resistência negra quebra a perspectiva dos lugares determinados rompendo com o discurso do colonizador. As pessoas negras devem assumir todos os espaços enfraquecidos pelo apartheid espacial e estruturado na sociedade culturalmente, no mercado de trabalho, no lazer, na moradia, na saúde e na educação, por isso as pessoas negras devem resistir nos espaços que são destituídos como na pós-graduação. A conquista negra vista quando existe a aparição dos corpos negros em um determinado espaço e a sua capacitação vai revelando a sua intelectualidade e inteligência, assim como a sua união aumenta, aumenta também a representação.

O racismo estrutural, institucional e sistêmico produz o isolamento das pessoas negras na pós-graduação, por isso a integração, o aquilombamento é importante para a valorização da identidade negra e o fortalecimento desta representatividade nesses espaços.

Alguns dos nossos interlocutores afirmam que é a partir da educação básica, nos processos formativos é que será possível “fazer a mudança”, tanto em realidades historicamente excluídas quanto diminuir os abismos sociais.

Compreendemos, a partir das narrativas dos participantes, que as pessoas racializadas e que possuem a pele preta serão sempre atravessadas por outros marcadores identitários que são multiplicadores dos processos de exclusão. Podemos então perceber, nos dados deste estudo, que as pessoas negras estão no perfil das pessoas mais excluídas da sociedade e conseqüentemente da educação, como na formação de pós-graduação stricto sensu.

A consciência do seu direito e a representatividade na pós-graduação podem gerar mudanças que vêm de fora do lugar de privilégio, mas que para ser efetiva, ela tem de estar nestes espaços, destituindo o lugar de privilégio de um determinado grupo e tornando-o acessível para todos.

A Universidade foi criada para pessoas humanas, a validação da existência humana através da representatividade também impulsiona as pessoas negras a estarem neste lugar.

Data que o primeiro conceito de universidade foi criado em Timbuktu (África), vemos que as pessoas negras ainda resistem a retomar aquilo que lhe foi tirado. Entre

os/as entrevistados/as, evidenciou-se que a pós-graduação pode dar a chance de pessoas negras ascenderem intelectual e financeiramente desconstruindo o lugar determinado a eles pelo racismo estrutural.

Ser destituído dos seus direitos humanos impacta na autoestima para a ascensão, mesmo que haja o desejo de melhorar a formação acadêmica e profissional, os desafios e obstáculos são enormes para se chegar até a pós-graduação, devido à falta de condição financeira, oportunidade e por causa do preconceito. Chegar até a pós-graduação e pular as barreiras criadas pelo racismo é uma forma de resistência à hegemonia branca. A geografia do lugar é uma construção sociopolítica naturalizada por mecanismos de poder desde a escravização que se atualiza até os dias de hoje.

A capacitação gera capital social e a conquista de novos espaços, porém não impede de sofrer racismo, podendo ser maior por estar fora do lugar designado pela branquitude, aumentando a disputa, em um lugar não disputado anteriormente, por isso a necessidade do aquilombamento. Este aquilombamento se dá através de lideranças negras que se mobilizam para integrar corpos negros através de coletivos e projetos para promover a inclusão.

Assim iniciativas como o PIER, deveriam ser absorvidas pelos programas de pós-graduação, como um movimento político, apartidário, transdisciplinar, podendo se unir a um movimento mais antigo, antirracista e de inclusão, dando amparo às pessoas negras em prol da igualdade racial. A universidade percebendo esses movimentos deveria agregá-los.

Este estudo abre possibilidades para se operacionalizar, aprimorar e avançar nas políticas de ações afirmativas dialogando diretamente com as pessoas negras, oriundas das cotas. Para aumentar a quantidade de pessoas negras na pós-graduação é necessário além do debate amplo e profundo na reconstrução processos históricos e reparadores, convocar as lideranças negras, pois elas além de validarem a representatividade irão estimulá-la. As tramas da branquitude e dos mecanismos de poder se apropriam da inclusão para manter a exclusão e conservar os privilégios, assim foi percebido neste estudo, que mesmo com a grande inclusão negra gerada pela ação afirmativa, ainda existe uma minoria de pessoas negra na pós-graduação. O aquilombamento feito pelos coletivos e projetos sociais, é uma forma de enfrentamento, ocupação, resistência e reterritorialização dos espaços na Academia.

A Psicossociologia é uma ciência crítica fundamental para investigar fenômenos sociais que impactam na subjetividade do indivíduo e através da investigação com ação participativa se torna uma ferramenta poderosa de intervenção. Esta pesquisa nos mostra o impacto do racismo na pós-graduação, gerando a invisibilidade dos corpos negros e o seu sofrimento com o intuito de resgatar os seus direitos na educação. A integração de atores raciais na pós-graduação lhe dá força e voz para combater segregação racial e defender o seu espaço, pela ótica de quem vive esta experiência buscando a sua condição de humanidade, com o intuito de fazer gestão da sua própria realidade.

O PIER, enquanto uma intervenção psicossocial, promoveu, promove e continua a promover a representatividade na pós-graduação através de um movimento de cooperação. Esta união que resgata a autoestima e a identidade racial, valorizando a diversidade, com base no conceito de cooperação em comunidade, almeja o despertar de lideranças negras em diversas áreas da sociedade como na educação.

Ubuntu! Oxalá!

REFERÊNCIAS:

AFONSO, M. L. ABADE, F. L. Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

BARRETO, Lima. Publicado em folhetins da Revista Souza Cruz, Rio de Janeiro, 1923-1924. Clara dos Anjos .1. ed. Rio de Janeiro. Editora Mérito.1948

BENTO, Maria A. Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002.

BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BONA Dènètem Touam. Cosmopoética do refúgio .1 ed.São Paulo. Cultura e Barbárie 2020.

CAL, Taneska Santana. Ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2017-2020. 17º Seminário Nacional de História da Ciência e tecnologia. 2020.

CORDEIRO, A. L. A.; COSTA, C. S.; SANTOS, S. P. dos. “Não ando só”: afirmação na pós-graduação, negritudes e os potenciais intelectuais que o racismo desperdiça. Revista UFG, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.69197. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/69197>. Acesso em: 29 maio. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p. 1241–99.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa; ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. As comissões de heteroidentificação no ingresso do Ensino Superior: ativismo e institucionalização. UNICAMP. São Paulo.2020.

DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Mith or Reality?* Westport: Lawrence Hill, 1974.

DOMINGUES, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 12. 2007. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007> >.Acesso em 5 de julho de 2022.

DUARTE, Rosálio. Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225. UFPR.2004

DU BOIS, W.E.B. *As almas dopovo negro*. Tradução de Alexandre Boide. ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Sílvio luiz de Almeida - São Paulo: VENETA.2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FOLTER, Regiane. O que Tokenismo? 2020. Disponível em <<https://www.politize.com.br/tokenismo/>> acesso em 8 de agosto de 2021.

FRANÇA, Victor. Pós-graduação para todos: UFRJ aprova adoção de cotas nos cursos de mestrado e doutorado. Disponível em:<https://conexao.ufrj.br/2022/06/pos-graduacao-para-todos-ufrj-aprova-adocao-de-cotas-nos-cursos-de-mestrado-e-doutorado/> .Acesso em: 25 de outubro de 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

IBGE - Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN1516-3296; n.44). Disponível em

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892> > Acesso em 20 de março de 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Desigualdade Racial no Brasil nas três últimas décadas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.38116/td2657> > acesso em 15 janeiro de 2022.

IPEAAFRO – Símbolos Adinkra. Disponível em: < <https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/> > Acesso em 10 de agosto de 2022.

JUNIOR, João Feres; LUZ, Joyce. O congresso e a lei das cotas. Disponível em: < <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2022/O-Congresso-e-a-Lei-de-Cotas> > Acesso em 3 de março de 2002.

KERN, Gustavo da Silva. Biopoder, biopolítica e o discurso eugenista produzido no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano; Tradução Jess Oliveira. 1ed. Rio de Janeiro, Cobogó.2019

MARTINS, Carlos H. S.; OLIVEIRA, T. A Implantação de Cotas Para Negros na Pós-Graduação: a experiência pioneira do Programa de Pós-Graduação Em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ. COPENE, Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.2018

MARTINS, Zilda. Cotas Raciais e o Discurso da mídia: um estudo sobre a construção do dissenso, 1ed.Curitiba: Appris, 2018

MELLO, Luiz. Ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências, propostas e disputa. 2021.Disponível em < <https://doi.org/10.32887/issn.2527-2551v18n1p.94-126> > acesso em 28 de janeiro de 2022

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. Psicologia e Sociedade, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

MENDES, Andressa. Após 10 anos transformando vidas, Lei de Cotas passa por revisão. Humanista, UFRGS.2022. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/09/22/apos-10-anos-transformando-vidas-lei-de-cotas-passa-por-revisao/> . Acesso em 18 de outubro de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Cruz. Petrópolis; Pesquisa social: Teoria método e criatividade. Vozes; 28. ed; 2009.

MONASTERIO, Leonardo; EHRL, Philipp. Colônias de povoamentos versus colonias de exploração de Heeren a Acemoglu. IPEA 2015.

MONTEIRO, Francisco César Manhães. O medo do escuro: O negro real e o imaginado. 17º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro, 2020.

NASCIMENTO, Abadias. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas 2016.

NOBLES, Nobles Sakhu Sheti: Retomando e Reapropriando Um Foco Psicológico Afrocentrado, Cap 12. Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora – Coleção Sankofa n. 4 .2016

Portaria Normativa MEC Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016 Disponível em <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>> Acesso em 10 de outubro de 2021

QUEIROZ, Christiana. A Formula da Equidade. Revista Pesquisa FAPESP, 2021. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/09/032-041_capa_negros-na-academia_308.pdf> Acesso em 11 de junho de 2022.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo; Jandaíra, 2020.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. Revisão e prefácio de Homero Pires. 2. ed Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1935.

ROMÃO, Ira. Depois das Cotas: presença de professores negros nas universidades avançou pouco. Agência Mural de Jornalismo das Periferias. São Paulo, 2022. Disponível em <<https://www.agenciamural.org.br/depois-das-cotas-presenca-de-professores-negros-nas-universidades-avancou-pouco/>> Acesso em 8 de outubro de 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, quilombos. Modos e Significados. Capítulo 3: Biointeração. 2015

SANTOS, Cristiano Henrique dos. SILVA, Renata Nascimento da. Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais. Logos 51. V. 26 n. 01 PPGCOM.UERJ Comunicação, territórios e re-existência. Rio de Janeiro. 2019.< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/36152>> acesso em 15 de dezembro de 2021.

SAWAIA, B. B. as artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Vozes. Petrópolis. 2001.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 93, p. 175-203, 1993.

SILVA, A.C.C.D, CIRQUEIRA, D. M., RIOS, F., ALVES, A. L. M. A. Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: O caso das comissões de heteroidentificação. Novos Estudos CEBRAP, v. 39, n.2, p. 329 – 347, 2020.

SOUTO, Stefanie. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea Revista Metamorfose, vol. 4, nº 4, 2020. S.133-144.

SOUZA, Ludmila. Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país - Maior parte dos estudantes frequentam cursos presenciais. Agência Brasil, São Paulo, 2019. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/pesquisa-revela-crescimento-de-74-dos-alunos-de-pos-graduacao-no-pais> >. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar .2021

UFF-Política de ações afirmativas do PPG-EDUCAÇÃO da UFF, Resolução nº 01/2019 Disponível em <<http://ppgeducacao.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/253/2019/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-2019-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-sem-anexos.pdf>> .Acesso em 10 de janeiro de 2022.

UFMG - Cotas étnico-raciais na UFMG <<https://ufmg.br/vida-academica/acoes-afirmativas/reserva-de-vagas>>. Acesso em 2 de dezembro de 2021.

UFRJ-Resolução CEPG U nº 03. Sobre a adoção de cotas nos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UFRJ. Rio de Janeiro. 2018

USP. SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013.

VANALI, Christina Ana; SILVA Paulo Vinícius Baptista. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/198053145911>> acesso em 01 de janeiro de 2022

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000> acesso em 15 de fevereiro de 2022.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública. Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IES- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.2017

VENTURINI, Anna Carolina. A Difusão de modelos de ação afirmativa entre programas de pós-graduação no Brasil. 44º Encontro Anual da ANPOCS- GT33 - Políticas Públicas.2020.

VENTURINI, Anna Carolina. JUNIOR, João Freire. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147491>> acesso em 01 de janeiro de 2022

VIANNA, Oliveira. Raça e Assimilação.I Os problemas da raça. II. Os problemas da assimilação. 3ed. Companhia Editorial Nacional. São Paulo.1938

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

Proposta de questionário semiestruturado do Estudo de caso PIER (Google Forms)

1. Você autoriza utilizar as suas respostas anonimamente para dados da pesquisa do Projeto de Integração Étnico-racial (PIER): como desenvolver a representatividade negra e de grupos étnico raciais excluídos na pós-graduação?
2. Qual seu e-mail e WhatsApp?
3. Você é integrante do PIER?
4. Como você se declara étnico-racial mente

negro retinto/ negro mais claro (mestiço)/ indígena / asiático, / branco

5. Qual seu bairro/cidade /estado?
6. Qual a sua idade?
7. Qual seu nível de pós-graduação?
8. Pós-graduação Lato Sensu/Mestrando /Doutorando/Mestre/Doutor/ Pós-Doc
9. Qual a sua atual situação profissional?
Estudante / Pesquisador/ Professor / Profissional liberal e pesquisador / Profissional CLT e Pesquisador
10. O percentual de cota estabelecido na pós-graduação na sua universidade, contribui igualmente para uma universidade mais plural.
Sim / não/ muito pouco/ Não se aplica
11. Sendo a população negra de 56,2% da população brasileira, na sua opinião qual o percentual de alunos negros na pós-graduação?

10% 20% 30% 40% 50% mais que 50%

12. Sendo a população negra 56,2% da população brasileira. Qual o percentual de professores negros na pós-graduação?

10% -20%-30%-40%-50% mais que 50%

13. Qual o percentual de bibliografia decolonial (negra, indígena e asiática) apresentada na sua pós-graduação?

10% -20%-30%-40%-50% mais que 50%

14. Você acredita que com mais representatividade de grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação (discente, docente e epistemologia), a academia e a universidade tem chance de ser mais plural?

Sim/ Não/Talvez

Justifique a sua resposta

15. Com mais negros e pessoas de grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação (discente, docente e epistemologia) haverá mais chances de liderança no mercado de trabalho para este grupo?

Sim/Não/Talvez

Justifique a sua resposta

ANEXO B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Proposta de entrevista semiestruturada aos participantes do PIER (Google MEET):

1. Você autoriza utilizar as suas respostas anonimamente para dados da pesquisa do (PIER): como desenvolver a representatividade negra e de grupos étnico raciais excluídos na pós-graduação?

2. Como você percebe corpos negros e epistemologias contra hegemônicas na pós-graduação?

3. A partir da sua experiência na pós-graduação que estratégias e ações de acesso e permanência, você vê sendo criada?

De que modo o PIER pode apoiar o acesso e permanência na pós-graduação? Que outras experiências vocês conhecem na pós-graduação?

5. Você acha que o PIER pode dar um acolhimento mais focado na questões étnico-raciais por ser de um grupo formado por pessoas de perfil racializado?

4. De que modo a sua existência pode ser validada a partir de corpos negros na pós-graduação?

5. Na sua opinião como é visto um projeto que integra negro, indígenas e asiáticos na pós-graduação?

7. O que vocês sentem a verem estas imagens? (imagem de algum projeto que haja representatividade do PIER)

8. Que futuro vocês veem para os corpos negros e para as epistemologias contra hegemônica na pós-graduação?

ANEXO C – RCLE

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: PIER -Projeto de Integração Étnico-Racial:

Como desenvolver a representatividade negra a partir da pós-graduação.

2)Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa do PROJETO DE INTEGRAÇÃO ÉTNICO-RACIAL(PIER). Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3)O que é o projeto?

Projeto de Integração Étnico-racial, de acrônimo PIER, é um projeto que visa o mapeamento, o acolhimento, o letramento nas questões raciais e a capacitação na pós-graduação, para entender como desenvolver a representatividade negra, neste nível de formação, nas universidades públicas, se estendendo a outros grupos racializados.

4)Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa compreender como contribuir com ação afirmativa na pós-graduação. O estudo investiga as ações de inclusão de pessoas negras e de grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação das Universidades Públicas, considerando sua representatividade e exclusão deste acesso.

Pretendemos através do PIER contribuir para a inclusão e representatividade de grupos étnico-raciais excluídos no corpo docente, discente e na epistemologia da pós-graduação.

5)Por que eu fui escolhido(a)?

Participarão da pesquisa discentes e docentes negros, e de grupos étnico-raciais excluídos, vinculados ao PIER e à pós-graduação pública, na faixa etária de 20 a 79 anos, ambos os sexos e diversos gêneros, pessoas com deficiências.

As atividades oferecidas a todos os participantes desta pesquisa serão: entrevista, questionário, roda de conversa, cursos, grupo de WhatsApp e participação no Instagram do PIER, denominado@piervirtual.

A participação é voluntária, conforme desejo e autorização dos interessados.

6)Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do Projeto de Integração étnico-Racial (PIER), você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7)O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Os participantes desta pesquisa contribuirão na investigação de como desenvolver a representatividade de grupos racializados na pós-graduação. Os participantes devem de forma voluntária estar no grupo, nas rodas de conversas, responder a um questionário e fazer uma entrevista.

8)O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Será exigido só o desejo de participar e sinceridade.

9)Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Os participantes desta pesquisa não terão nenhuma despesa.

10)Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

De acordo com as Resolução 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Os eventuais riscos que o participante poderia vir a ter seria alguma indisposição de natureza externa e queira parar de responder o questionário ou fazer a entrevista.

As medidas que serão adotadas para remediar tais riscos seriam: caso a pessoa que for entrevistada ou participe do questionário tenha alguma indisposição, ou, não queira mais participar, seus dados não serão utilizados nesta pesquisa, como a entrevista será interrompida

11)Quais são os possíveis benefícios de participar?

O benefício dos participantes desta pesquisa será que eles irão contribuir para desenvolver ações de inclusão na pós-graduação de grupos étnico-raciais excluídos, aos quais eles pertencem, além de contribuir para uma pós-graduação mais plural e com mais igualdade racial.

12)O que acontece quando o estudo termina?

A devolução do resultado será entregue junto com a dissertação do mestrado, que será enviada a cada participante da pesquisa e também será publicado no site do programa de pós-graduação de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

13)E se algo der errado?

A pesquisa só será realizada com o consentimento dos envolvidos. Mesmo assim, se durante a participação o participante não se sentir confortável, poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa ou mesmo se retirar dela quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

14)Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Sua participação será mantida em sigilo, a não ser que o participante queira aparecer e dê consentimento para isto.

15)Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável:

Patricia Dias da Silva

Dados da Instituição Proponente.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ – Brasil

Dados do CEP: *Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: cep.cfch@gmail.com*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

16)Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

ANEXO D – ENTREVISTA TRANSCRITA NA ÍNTEGRA

Eu começo a entrevista coletiva, na condição de observadora participante, comunicando o objetivo da pesquisa, meu nome, meu programa de pós-graduação e solicitando a permissão para a gravação. Essa permissão é concedida por todos. Notei a dificuldade de algumas conexões online e sugeri que quem tivesse problema na conexão que me enviasse a resposta por chat ou mensagens de voz, para eu apresentar ao grupo, porém todos aguardavam aparentando comprometimento e engajamento na questão.

PESQUISADORA: É... a gente está participando de uma entrevista para uma pesquisa de mestrado do EICOS da UFRJ. Esta entrevista é sobre o Projeto de Integração Étnico-Racial: representatividade negra, política e a inclusão de negros na pós-graduação. A gente vai começar, mas eu gostaria de ter a autorização, a permissão para gravar pelo chat. Então ok, a gente tem algumas pessoas, como Elaine que está com problema no microfone, então podem responder as perguntas, as respostas também podem ser respondidas intercalando pelo WhatsApp e pelo chat.

Eu vou abrir essa pesquisa querendo saber como vocês percebem os corpos negros e epistemologia contra hegemônica na pós-graduação e falar sobre vivências nessa pós-graduação enquanto corpos negros. Quem quer começar pode levantar a mão.

P: Alguém mais levantou a mão, ou só eu? Então pode falar J.

J: Sobre a primeira pergunta sobre a importância dos corpos pretos, das pessoas pretas na pós-graduação, eu acredito que seja muito importante como uma forma de demonstrar, ser possível, trazer outras pessoas para esta e de abrir caminhos, espaços que nós não costumamos acessar. Eu acho fácil pensar pelo Direito, onde cursei a universidade, pois eu não vi nenhum professor preto enquanto eu fazia as minhas disciplinas de mestrado, infelizmente. Eu me senti excluída nos grupos que eu participei, porque eu não via pessoas pretas, ou, quando as via, eram muito raras e tinha pouquíssimo contato com elas, o que causa bastante solidão. No mestrado temos aquela sensação de que será que foi sorte, de você ter entrado lá, pois você não tem mais ninguém... também tem aquela sensação da síndrome do impostor que te pega violentamente, de tentar entender o que falta na gente, como você está lá. E se sentir impotente, porque você é mais velho e o mais pobre, que você está em minoria, ou, porque você não está tão avançado quantos outros, por exemplo, no mestrado de Direito da UNB, eles não pedem oficialmente a proficiência em língua estrangeira, mas você coloca isso como o seu projeto, dizendo que

você consegue dentro dos seus conhecimentos em língua estrangeira desenrolar a sua pesquisa. Mas quando eu entrei no curso, eu tive um professor de Filosofia que ele decidiu dar o curso inteiro em inglês... e eu fiquei desesperada porque eu disse: não tudo bem, eu consigo ler algumas coisas em inglês com ajuda do tradutor. Eu confesso, mas o curso inteiro ouvi falar, não vai rolar! E aí o inglês que parece ser o primeiro percalço é o menor deles, parece, porque tem gente que diz: nossa, mas para a sua pesquisa, J., é importante falar alemão. Eu diria, eita diacho, que nem em inglês estou desenrolando, alemão quiçá. E aí fica aquela sensação do que você sabe, que não é suficiente, que o pessoal sabe sempre mais, que eles têm mais poder para ocupar os espaços da universidade, porque quando eu entrei para o mestrado estava no período de pandemia. Para Brasília já era inviável, porque estava tudo remoto, mas agora é mais inviável ainda, porque tem gastos com passagens, estadia, moradia e que a Bolsa da CAPES não sustenta. Ainda mais numa das cidades mais caras do país, que a inflação “come a rodo”. Então eu me sinto, excluída, deslocada e burra.

PESQUISADORA: Pode seguir gente, pode ir, cada um ir falando, vou deixar seguir à vontade.

E: Boa noite,

P: Não. Vai, vai, Elaine. É que eu sou, sou de outra geração, aí eu vou ...(risos)

E: Primeiro eu peço desculpas por esta questão tecnológica. Eu acho que a internet caiu, e eu estava tentando entrar pelo celular, eu não estava ouvindo vocês e também acredito que ninguém estava me ouvindo, ne? Assim quero pedir desculpas pela demora.

A primeira pergunta...também quero parabenizar pelo projeto, porque é bem interessante. A sua primeira pergunta, é lógica, eu autorizo a utilizar as minhas respostas para a pesquisa. Então, a questão aqui é como desenvolver a representatividade negra e grupos étnico-raciais excluídos na pós-graduação. É uma questão assim, eu acredito que na pós-graduação, essa questão da exclusão, da representatividade nos espaços de poder, nos espaços de produção de conhecimento, é bastante complexo, né? Eu vejo que a universidade é só um espaço, mas que existem outras estruturas de produção de conhecimento, que também precisam representatividade e que não se tem. E aí se a gente olhar para trás, pensar na própria educação básica, aí é um processo... porque eu estou indo lá atrás para pensar lá na pós-graduação, é um processo que não tem como se pensar lá na frente, se isto está estruturado em outras esferas dos processos formativos dos indivíduos, então é assim na educação básica. Assim eu vejo que essa ausência dessa representatividade. Aí, a importância, né? Acredito que começa primeiro pelas pessoas

que estão ali exercendo uma certa autoridade no sentido de disseminar um certo conhecimento, tanto nas escolas quanto também nas universidades e nos cursos de pós-graduação. Então, assim é a ausência dessa representatividade, ela nos diz muito. E muitas vezes, ela também toca na questão da subjetividade do indivíduo, uma vez que, por exemplo, determinadas temáticas são difíceis, de ser apresentada tanto na educação básica, quanto também nas universidades, como por exemplo questões sobre racismo, ou sobre, enfim, questões dessa natureza, já que estamos lidando com relações étnico raciais. Não é só porque talvez o indivíduo esteja no curso de História e de Ciências sociais, que ele vai transitar por essas temáticas com liberdade, com domínio, com interesse, mas muitas vezes isso também falta ao profissional de algumas áreas, então assim é a importância dessa representatividade, ela começa não só, às vezes, na figura daquele que está ali, fazendo aquela relação de troca de conhecimento, mas também é naquilo que ele permite que o aluno tenha acesso em termos de leituras, de debates, ou, chamar a atenção daquele indivíduo para a realidade que ele está inserido, no sentido de pensar mesmo, todas as dimensões de racismo. Enfim, então é assim, é isso. Essa questão da representatividade, ela é fundamental no processo formativo, mas que a gente ainda enfrenta essas ausências, tanto na questão da figura docente, quanto também no que se refere ao acesso às produções intelectuais. Enfim, então acho que é isso.

PESQUISADORA: Pessoal, olha só, eu posso antes de dar a palavra... Eu acho que P. veio antes de N., mas o C. está fora, ele não está conseguindo falar aqui. Então posso colocar ele aqui no fone e vocês escutam a mensagem enviada pelo WhatsApp, está bom?

C: Eu sou C., faço doutorado em Direito na Universidade de Brasília, estou terminando no segundo ano. Fui aluno cotista no doutorado e fui aluno cotista no mestrado em Antropologia. Fiz minha primeira graduação de 2002 a 2006, sem auxílio de cota. Eu percebi uma mudança no perfil étnico nas duas das universidades federais em que eu estudei em Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia. De 2002 a 2006, quando fiz minha graduação em Antropologia. Segunda graduação que eu fiz em Direito de 2010 a 2015, já mudou porque já tinha cotas. E agora no Doutorado com cotas o perfil da universidade é outro, tem corpos negros! Eu percebi uma mudança nesse intervalo de tempo de 2002 para 2022, são 20 anos. Eu era adolescente quando entrei, e a Universidade de Brasília, quando eu entrei, tinha menos de 5% de negros na universidade e no último censo esse número ultrapassa os 50%, devido a política de ação afirmativa.

PESQUISADORA: É bem legal, C. falou bem uma verdade, mas é existe aí uma diferença da relação de percentual da graduação e da pós-graduação, né? Vou deixar, continuar com vocês, passo a bola para P.

P: Boa noite para todo mundo, Pesquisadora, especialmente mais N, a galera que eu não conhecia ainda, não é? J., G., F... E., parece uma amiga minha chamada E., também. Lembra demais! O A., a R.... Aí, caiu o C. É... eu na verdade, eu quero fazer um comentário falando muito em primeiro lugar, de uma questão geracional. Sim, com certeza eu sou mais a pessoa velha. Eu sou sim o mais velho. Eu tenho 52 e eu peguei uma outra época. Eu achei muito legal a J. ter falado antes de mim. Enfim, salvo engano, é o A. agora? A Pesquisadora colocou a gravação? E. também, porque me permite voltar um pouco mais no tempo para responder essa pergunta. Eu entrei na faculdade em 90, em 1990 exatamente, entrei no mestrado em 98 e o doutorado, eu fui fazer 10 anos depois. Em cada um desses momentos, eu vi essa questão da representatividade de uma forma diferente, eu fiz IFCS, né? Eu sou sociólogo então, em uma turma de 100, tinham 3 negros, sendo que eu estava entre eles, eu ainda tenho contato com uma colega, que é professora também da UNIRIO, a outra não. Para vocês terem ideia, eu não consigo nem sequer lembrar o nome, mas até onde eu sei não seguiu carreira, pelo que eu sei. Então, eu percebia nessa época aí, já falando antes da questão da pós-graduação, já tendo contato com colegas, fazendo um mestrado lá no IFCS, é um total vazio tanto da pergunta sobre corpo negro, quanto também na temática. Enfim, a temática vinha muito centrada nos temas clássicos das Ciências Sociais passadas como Florestan Fernandes, mas nada de Lélia González, por exemplo, que é uma autora que, infelizmente, eu fui descobrir muitos anos depois, entre outros autores importantes pra gente. E enfim, essa sensação que a J. comentou, que para ela foi evidentemente, muito mais claro, porque já pegou o momento em que essa temática, já tinha uma massa crítica a esse respeito, enquanto na época em que eu fiz, era algo em invisibilizado, não é? Então de um vazio, percebia uma... eu passei a perceber, uma invisibilidade numa estrada, já falando 98, 99 e 2000. E até nessa época, eu fiz uma pesquisa, eu era assistente de pesquisa de um professor americano, barra, mexicano, e ligado à Fundação Ford, de uma pesquisa chamada Racismo à Brasileira. Até deu o nome à um livro, que esse professor escreveu, que é o Eduardo Telles, não sei se os colegas aqui conhecem...nessa época, eu era assistente dele, foi a partir desse momento que eu consegui perceber a invisibilidade disso na Academia, porque talvez eu até tenha sido visto, como não negro, mas como branco, mais bronzeado, ou pardo, ou coisa parecida...até pensando anos depois, pensando nessa questão e depois no doutorado, fiz

doutorado em 2010 a 2014, aí a temática já estava num outro nível de massa crítica, a respeito do tema e que já era possível perceber, não só essa questão do corpo negro, mas o corpo negro dentro de um certo contexto periférico, proliferação. Eu sou da área de estudos urbanos, de sociologia da cultura, de sociologia urbana. E aí comecei a perceber um interesse maior pela questão do subúrbio, cultura de subúrbio, e... essas coisas andam muito juntas na minha área. Então assim, eu estou endossando muito o que a J. está falando e o que E. falou, mas só voltando um pouco no tempo, porque para mim a questão não é nem da sensação de exclusão, mas da sensação de um vazio, simplesmente não se falava muito disso. E curiosamente, eu tive, já como professor da UNIRIO, o primeiro curso que eu dei, nas Ciências Sociais, foi o curso de Filosofia da cultura que acabou. Não, na verdade, não foi nem esse curso, foi no segundo curso que eu dei, que era sobre modernidade, pós-colonialidade, decolonialidade e tal... e me apareceu um aluno do Direito. Essas disciplinas são abertas aos alunos de outras áreas. Era um rapaz preto, periférico e homossexual. E até hoje, eu me lembro da cara de susto dele, quando ele entrou na sala de aula. Ele me olhou, assim, com surpresa e tal. Depois eu fui conversar com ele, perguntei de onde você vem. Ele respondeu: eu, sou do Direito, essa matéria, resolvi puxar. E eu perguntei, e aí, você gostou do que eu falei, você vai ficar realmente? Então ele falou: eu gostei, mas gostei principalmente que você é o primeiro professor negro que eu vejo na faculdade. Já estou entre o quarto, quinto período. Então no Direito, a experiência da J., nesse sentido, era muito mais marcante, com certeza, do que a minha, mas estou só fazendo essa reflexão, que foi ajudada pelas colegas que falaram antes. É só para mostrar também, um lado importante da gente está aqui junto. Eu como um cinquentão, fico muito feliz, de hoje, poder participar de alguns projetos, antes desse projeto que a Pesquisadora organiza, participei de pelo menos dois projetos de preparo para o mestrado e para doutorado, para pretos, periféricos etc. Inclusive com o Evandro, não é? O Evandro que sumiu. Mas a N. que sabe do Evandrinho, que me chamou, e aí, enfim, é nessas experiências...eu acho que essas experiências me ajudaram muito a perceber, o quanto a gente evoluiu desde aquele momento em que eu estava saindo da graduação, indo para a pós, mas também todos os desafios que ainda existem e que a J. e E. colocaram. Desde a questão, realmente uma sensação, de exclusão, de não pertencimento e de emburrecimento, também de não se achar capaz, e também como a questão da pós, como ela é na verdade uma pedra, uma ponta do iceberg, uma discussão muito mais ampla, como E. colocou, que a gente tem que pensar lá no ensino básico, como isso é discutido e pensado no ensino básico, para que a gente consiga não apenas

ter uma barricada dentro da pós-graduação. Porque em alguns projetos que eu participei, percebi uma sensação, já daquele aluno assim: eu preciso ter uma barricada, porque eu vou ser atacado. E realmente vai, né? Tipo, N. pode falar disso melhor do que eu. Mas que a gente não fique só nessa questão da barricada, mas que a gente tenha realmente um lugar, um espaço. É, eu acho que aí tem avanços, sim, mas tem com certeza! Tudo isso que J. e E. colocaram aqui que é invisibilidade, que é um desprezo por determinados temas que são abordados, né? Eu não conheço o tema exatamente, e as discussões de cada um aqui, mas existe uma desconsideração também pela temática. E só pra fechar que eu já tô me estendendo excessivamente. E como Professor também, eu acho que, eu posso contribuir como professor de universidade. Dei aula 20 anos em universidade privada e universidade pública. Hoje muitas vezes em universidades privadas, tendo mais alunos pretos do que eu tenho hoje na universidade pública. Acho que esse é um ponto importante para gente falar, né? Eu dou aula na Sociologia e dou aula na Nutrição e na Nutrição, então, basicamente, é um universo de mulheres brancas. E negros eu encontro um pouquinho mais na Sociologia, mas acho que ainda há pouco. Mas eu percebo ainda entre os acadêmicos, esse último ponto que eu queria falar, talvez antecipando um ponto a outra pergunta. E pode me cortar, Pesquisadora, quando eu estiver respondendo outras perguntas. Mas volta e meia, conversando com colegas do meu..., da minha faculdade de Ciências Sociais... eu sou do departamento de saúde coletiva e da faculdade de Ciências Sociais, e muitas vezes, conversando tanto com os colegas do departamento de saúde coletiva, quanto com os colegas, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, existe uma total dificuldade dele, de entender o nosso... a nossa posição social, nosso lugar de fala, se vocês preferirem, uma dificuldade assim de perceber, tentar olhar um pouco do meu ponto de vista. Como um outro dia, há dois dias atrás, eu achei que estão falando sobre Copa do Mundo e a galera torcendo pela Argentina. Não, agora é Argentina e tal... eu falei assim, oh, tudo bem! Vamos só lembrar que os argentinos são racistas pra caramba, tá? Não só apenas os jogadores, mas a cultura Argentina, ela é extremamente racista. Então, se eu luto contra o racismo no meu país, eu também, eu só falei assim, olha, eu não consigo torcer tão facilmente para a Argentina, só porque eles são explorados como eu. Porque isso é você protagonizar a questão da classe, acima da questão da raça, não é? E para mim é um pouco difícil desconectar essas duas coisas, ou colocar a classe acima da questão da raça. E aí, a gente entraria numa outra discussão, mas só pra mostrar que o desafio continua também quando vocês passarem no concurso, tiverem mais

legitimidade acadêmica e tal. Porque vocês serão ainda maior e numericamente uma minoria dentro de um corpo docente, especialmente ainda nas universidades públicas.

PESQUISADORA: Aí, agora a gente vai passar para a N., eu só vou pedir para a galera reduzir o tempo, porque senão a gente vai ficar até meia noite aqui.

P: Desculpa.

PESQUISADORA: A gente vai ficar em duas histórias então. A gente vai falar desta experiência do acesso e permanência, do negro parecer da universidade, e outra coisa, se a gente percebe estratégias de acesso e inclusão da universidade em si ou da pós-graduação, para poder ter esses negros dentro. Gostaria de saber se vocês têm percebido estratégias de acesso e depois a gente vai passar para um novo tema sobre um olhar para o PIER, como é se sentir no PIER, de ter um grupo louco, que uma louca vai aí e tenta capturar os negrinhos, (risos), de várias universidades, cada um de uma área. E a gente começar a se unir, e a gente começar a se desenvolver, como a gente está se desenvolvendo. Então vamos lá.

N: Eu tô tentando abrir o Zoom no meu computador, porque estava no celular, mas eu vou por lá e abrindo por aqui. Você me autoriza aí, quando eu aparecer? Só para a gente não perder tempo.

PESQUISADORA: Eu autorizo, mas você pode ficar só com a voz, se você ficar mais à vontade, porque a gente não mostra o vídeo de vocês, eu reescrevo o que vocês falam, estará transcrito.

N: Então, aí já aparece o “Join with vídeo”, tá aparecendo aí. Vou sair daqui tá?

PESQUISADORA: Ok, N.

R: Eu posso falar rapidinho?

PESQUISADORA: Pode falar, pode falar, enquanto ela está entrando, pode ir...quem vai falar? Fala, fala R.

R: Você falou da questão do acesso, eu estou mestrando do PPGEB do Cap da UERJ. Que trabalha com... que desenvolve projetos dentro da área de educação básica, e lá eles fazem um movimento de inclusão, da pessoa negra, do mestrando negro. Tanto que o meu orientador, quero dizer, ele é negro, ele é o Lincoln Tavares, ele é o reitor ou o vice-reitor da universidade. Eu ainda não pesquei muito bem. A gente tem uma mistura muito grande no curso e ele até é um curso com uma nota CAPES 5, foi eleito agora. Eles vão incluir o doutorado também. Lá o movimento é inclusão de cotistas, usando os negros. Nós vamos mudar todo esse diálogo que a gente tem colonial, e vamos transformar em decolonial, contra-colonial, descolonial. Os autores que são trazidos, são vários, como

Lélia González, Conceição Evaristo, Antonio Bispo, Maria Beatriz do Nascimento. Lá a gente está fazendo um movimento grande antirracista. Então assim, me senti! Aí você falou do PIER. Me senti contemplada no PIER, porque eu não me senti sozinha para fazer esta passagem para mestrado. E no lugar que eu entrei, é um lugar, que se vocês quiserem visitar, bater um papo, os professores de lá vocês vão gostar. Os professores são bem atualizados e humanos. Todo mundo que entra lá fala: nossa, eu nunca vi professores na Academia, como vocês! E o meu mestrado é profissional, não é mestrado acadêmico. É só o que eu queria falar.

N: Posso falar agora?

PESQUISADORA: Vai lá N., manda ver, porque enquanto você estava entrando eu passei a palavra.

N: Sim, sim. Esse episódio de estar no celular e vir pra cá, mostra um pouco a vida do acadêmico negro brasileiro, porque eu também sou de outra geração e mais nova do que o P. pouca coisa. Então, por exemplo, eu não tenho tempo de me dedicar integralmente, porque eu estava fazendo jantar para a minha família. (Risos). E tava atrasada porque tinha que comprar as coisas, e que não sei mais o que, e isso faz toda uma diferença. Eu digo que eu tico todos os itens das minorias, nordestina, negra, não retinta, que é um problema também, porque você é rechaçado pelos dois lados. E... mulher, mãe, periférica, eu só não sou gay! Até o ponto que eu sei, eu ainda não sou gay (risos). Mas tem muitos amigos gays que me representam, nessa minoria. Então, é... eu sei que estamos muito atrasados, mas objetivamente respondendo à pergunta da Pesquisadora como está a representatividade, a despeito do atraso que é enorme, se você considerar também que a escravidão, oficialmente no papel acabou ontem, por que foi ontem né? 1888 foi ontem, né? E ainda mais se você considera os 3 quase 4 séculos de escravidão. Então estamos atrasados sim, muito, mas uma grandiosidade muito maior do povo negro, e os amigos que já tiveram oportunidade em África, já falam dessa defesa, de você extrair a história milenar de todo o povo, tentar também levar ela pra gente, e ver o que ela representa, ou como ela está representada aqui. Nessa perspectiva, eu vejo o copo meio cheio, passando da metade. Eu também sou dessa geração que entrou na universidade em 92, entrei na escola de comunicação da UFRJ em 1992, então, eu era a única negra. E aí para os brancos eu era negra mesmo, agora para os meus pares no bairro, eu não era negra, eu era branca. O P. conhece, deve conhecer o famoso baile de charme do disco voador em Marechal Hermes e quando eu chegava no baile, eu ouvia isso, ia chegar naquela branca, mas eu fiquei com medo. Mas quem é a branca, sou eu? Então essa questão do colorismo já era

um problema na graduação, quando eu chego na pós-graduação, o meu mestrado foi feito num programa, ainda muito embranquecido, porque eu fiz ciência da informação. É uma casa que eu respeito demais, o PPGCI, eu amo aquele lugar, mas na verdade a Ciência da Informação, ainda é muito embranquecida. E agora eu estava no EICOS, mas estou voltando para um outro programa que era a minha casa de graduação, e o que eu vejo nesta casa que era extremamente embranquecida, racista demais, com racismo recreativo “comendo solto”, eu vejo uma outra casa, que é totalmente, primeiro que o maior ícone desta casa é um negro ativista, que é o Muniz Sodré, que é uma representação de literatura decolonial. Então já isso, tem um peso enorme. E os próprios representantes, tanto os mestrandos quanto os doutorandos, abraçando causas e muita representatividade, muita representatividade. Assim nós temos as cotas, mas você vê que talvez, que aquelas pessoas não precisariam das cotas, pois as pessoas que entram como cotista entram com uma qualificação muito boa. Elas dão conta do recado tanto no ingresso quanto na permanência. Agora em relação aos professores, aí sim é uma questão que eu acho, que é o principal incômodo da Pesquisadora, representação, tem muito pouco caso. Onde eu estou regressando agora, muito pouca representação. Acho que é um processo complicado de resolver, porque quando você fala que vai ter cota de 30% e só abre uma vaga, como é que resolve isso? Uma vez a gente tava falando sobre isso, acho que é um processo complicado de resolver, porque quando você fala que você vai ter cota das 30%, quando você tem 10 anos para ter um concurso, e o concurso abre uma vaga? Como é que resolve isso? A Pesquisadora, uma vez a gente tava conversando sobre isso e ela falou, eles abrem concurso um ano sim e um ano não. Eles não abrem concurso todo ano e eu não sei qual o procedimento de captação de pessoas, então é algo que só essa coisa da gente está aqui, reunindo, refletindo e a Pesquisadora dissertar sobre isso, expor sobre isso numa banca, disponibilizar isso no banco de dado, para ser observado dentro e fora do país, eu acho, eu vejo um copo meio cheio aí. Agora não é isso que a gente desejava, a gente desejava estar muito além, mas estamos lá. Estamos indo pegando as pessoas pelas mãos, vendo os projetos, tentando antenar sobretudo. Assim, a colega aí falou, eu acho que é sobre educação, não é? É superimportante a gente ter essa representatividade na educação e a gente sabe que os cursos de humanas acabam tendo muito mais representatividade, mas é uma dor muito grande você vê uma foto da faculdade de medicina, sem nenhum negro... e aí, aí isso é um problema...

PESQUISADORA: Lindo! Fala aí F., conta aí pra gente.

A: E eu? (Risos)

PESQUISADORA: Você estava antes A.?

F: Isso que eu ia falar, acho que é a I., A. e depois eu.

PESQUISADORA: Desculpa eu não vi aqui, desculpa, só parece a mãozinha. Eu só vi a sua mãozinha aqui. Quem foi que...

Z: Eu quero falar, eu quero falar depois.

PESQUISADORA: Então vem I.? É I.?

I: Acho que é A. primeiro.

G: Eu também quero falar.

PESQUISADORA: Então tá, então vai. Agora galera, vai “afinalando”, porque a gente não vai poder continuar incrementar bastante o tempo e para poder todo mundo falar um pouquinho.

A: É então eu queria só ressaltar

Z: Só interrompendo aqui rapidinho, eu estou aqui fazendo a comida, mas estou ligado aqui, desculpa eu entrar aqui essa hora, mas eu tive muita dificuldade de entrar, porque aqui está chovendo muito e aqui está um problema em relação à internet. Graças a Deus eu consegui entrar, muito obrigado aí!

A: Então é... refletindo sobre tudo isso que os colegas falaram. Inclusive hoje, por coincidência, minha irmã é formada em enfermagem e ela...como foi gravado em CD, ela pediu para transformar, passar as imagens do CD para o pendrive, para ela poder assistir, porque hoje em dia quase a gente não tem mais aparelho que toca em CD.

E aí eu estava assistindo aqui agora, a formatura dela, o baile de gala, aquela coisa toda, e aí entrando os casais, meu pai com a minha irmã. Só que aí, automaticamente, eu fui contando os pares negros que tinham, e assim, de 45 alunos, eu sou muito dessa coisa do quantitativo, né? A Pesquisadora, a N. e o Z. que me conhecem a mais tempo, tudo pra mim é contagem, de quantos pretos tem no espaço que eu estou. E aí, eu estava ali e isso veio automático em mim, e eu ia contando, 7 pares, de 45, 7 pessoas pretas se formando em Enfermagem. Isso também acontece onde eu trabalho, vocês sabem que eu sou Inspetor da Orquestra Sinfônica Nacional da UFF, e lá também somos 80 músicos, e lá o músico já tem que entrar com nível superior. O primeiro pré-requisito para ele fazer concurso de músico, é ter o nível superior, no mínimo a graduação, então de 80, agora temos 10, então estamos com 10 agora. E no último concurso teve cota, para poder... para músico entrar, só que como ainda, a pessoa não aposentou, a cadeira daquela pessoa que ia aposentar, não aposentou, então ele não pode entrar ainda. Mas aí eu observo muito isso, ainda porque, incomoda bastante e ... na minha própria faculdade mesmo, quando

eu fiz a graduação, eu não tinha nenhum professor preto, os meus colegas também eram assim minoria, a minoria era preta, mas eu falei não, tenho que continuar, eu vou continuar, e vou...na época era aquela coisa que... vou ver até...vou ver até onde eu vou chegar... não tinha muito aquela perspectiva de, eu vou, vou fazer mestrado, fazer doutorado, vou fazer pós-doc... não tinha perspectiva, mas aí aos poucos eu fui pegando esse “feeling”. E depois conhecendo o PIER, aí que o negócio deslanchou mais ainda. E aí assim, esta questão de representatividade, realmente é bem complicada...inclusive eu não sei se vocês perceberam, domingo passado, quem assistiu o programa, o programa do Luciano Huck tinha um chileno, um rapaz negro, que está naquele programa, naquele quadro, de quem quer ser milionário, e aí, ele entrou todo simples da forma dele lá. Quando ele começou a se descrever, aí todo mundo ficou, até o Luciano ficou, um pouco assustado, porque ele começou a falar, que é ele é médico, um Capitão da polícia, que o tio dele foi um grande exemplo para ele, para ele pode querer estudar, e chegar aonde ele chegou. Ele sempre gostou de viajar, mas não tinha como. Então ele falou assim, não eu vou e o tio dele falava pra ele: você estuda, que você vai poder fazer tudo o que você quiser.

E aí ele pegou, estudou e chegou aonde ele chegou hoje. Hoje, ele conhece 29 países e 4 continentes, quer dizer, ele se deslanchou! Tudo em cima do...através do estudo e ele ainda citou lá no programa que ele estava. Deixa-me só ler aqui rapidinho, gente, porque é muita coisa, ele se inscreveu para estar ali, era para contar, ele queria estar ali, ele se inscreveu para estar ali, para que? Era para contar a minha história e representar a muitos, porque sei que minha história é o espelho de muita gente, por aí afora, principalmente pessoas negras que vieram da periferia e enfrentam dificuldades e estão a todo momento tentando transpor as barreiras do racismo estrutural e social. Aí quer dizer, ele era assim ...todas as respostas que ele dava no programa, ele dava sem dúvida, era assim. Você, quem puder assistir no próximo domingo, vai perceber isso, que ele fala sem pensar, parece que ele está lendo, assim, parece que a resposta está atrás... está assim, na frente dele a resposta, o Luciano acaba de fazer a pergunta e ele responde. Pá! Na hora, sem titubear, sem pensar, sem deixa ver nada. É assim, é algo muito bom de ser visto, por outras pessoas. A gente sabe que essa emissora é vista por bastante gente de classe mais baixas, então isso é bom estar acontecendo, para que essas pessoas também se sintam ali representadas e sintam vontade de estudar, chegar a um, éum patamar além, e saberem que podem, né? Porque não é só porque ele aí foi Capitão, que ele foi isso, foi aquilo, que ele chegou. Não, ele estudou e chegou lá! Aí, essa é a minha contribuição.

PESQUISADORA: Lindo, maravilha! Olha, eu vou passar agora, acho que a I., né? Isso, mas eu vou incrementar com outra pergunta, que é tipo assim, é... então, vocês acham que o PIER pode dar um acolhimento mais focado dentro dessa questão étnico-racial, por ser um grupo formado por um perfil racionalizado? De que modo a sua existência, a existência de cada um de vocês, pode ser validada a partir de corpos negros na pós-graduação. Todos podem falar o que vocês queriam para falar, mas pensem aí nessa outra provocação.

I: Bem, boa noite a todos. Para mim, eu acho que essa discussão é superimportante... Parabéns aí a Pesquisadora, parabéns Pesquisadora pelo projeto também! Bem, a minha entrada na graduação, foi assim superdifícil, até por não ter, por ser a primeira da família, e não ter tido nenhuma experiência, assim, com familiar que já tivesse entrado na graduação. E pela questão também da Anemia Falciforme, foi assim, assim como a J., que não se vê representada na universidade, eu por ter feito Direito na UERJ, também não fiz Direito no período da Cota, entrei bem anterior ao período da Cota. Além de mim, no universo de 150 alunos, 75 na parte da manhã e 75 a noite, éramos, eu e mais uma. Então de 150 só duas eram negras, e em relação a este contraste, agora com o mestrado, já é bem diferente, porque o mestrado que eu faço, é um mestrado de relações étnico raciais, num espaço que assim, que ainda é um espaço muito embranquecido que é o CEFET. Esse mestrado é um mestrado assim que a grande maioria é de alunos negros, mas o que eu percebo é que assim, em outras áreas, outros cursos de mestrado, ainda acho que carece de mais de alguns alunos negros. Embora para quem conhece o espaço ali, o CEFET, a gente sabe que já é um avanço se ter ali um projeto que trabalha com cotas, tanto para o mestrado, quanto para o doutorado. Acho que ainda não tem doutorado, pelo menos para relações étnico raciais, a gente ainda não tem lá. Acredito que assim, o trabalho do PIER com certeza é, eu vejo como sendo assim muito fortalecedor, um exemplo de estratégia que a gente pode ter para colocar, mesmo, mais negros nesses espaços em que a gente acredita. Pelo menos eu acredito eu vejo dessa forma, a grande maioria acha que são espaços que não lhe pertencem, né? Eu via muito dessa forma, e depois que eu entrei também no CEFET, no mestrado, eu acho que essa foi uma angústia, que eu ouvi de muitas colegas meus de mestrado, que não se via dentro desse espaço e não se viam merecedor desse espaço. Eu acho que o PIER é com certeza um projeto que, para mim, tinha que ser cada vez mais replicado, para que a gente pudesse mudar essa nossa realidade, não é? É isso que eu gostaria de colocar aqui, para ser bem assim sucinta e não avançar muito aí no horário. É isso.

PESQUISADORA: Obrigada Querida, vai lá Fernanda, e depois Gerson.

F: Vou tentar ser bem rápida também, porque eu falo mais que... nossa! Para mim o PIER é muito importante, porque eu consigo me reconhecer, tem outras pessoas como eu, e porque dentro da universidade eu não consigo me ver, porque e sou física... sou formada em Física, então é mais difícil ainda. Na minha graduação eu não tive professores de Física negros, não tive. Quando eu entrei no mestrado na USP, também não tive nenhum. E eu não consegui permanecer no mestrado na USP, por conta do racismo de alguns professores. E hoje, nem tanto, mas quando eu entrei em 97, tinha muito professor que baixava as nossas notas, porque não acreditava na nossa competência. E eu não sei se acontece ainda com vocês, mas eu tenho uma aluna que estuda na USP e ela fala que isso ainda acontece com ela hoje. Na minha época, em 97, isso era muito, era muito latente não consegui terminar o mestrado e aí, eu voltei para o mestrado em Educação agora, no Instituto Federal. Percebo que no Instituto Federal, eles são muito comprometidos, com essa questão da inclusão, de acolher os profissionais, e aí talvez, seja uma característica do mestrado profissional, eu escolhi fazer o mestrado profissional, e no IF também, eu tive uma professora negra. No IF o embate não é com os professores, mas com os alunos, porque é uma escola embranquecida e eles não acreditam nessas dificuldades que a gente apresenta. Então é eu tinha muita briga com alguns alunos em explicar o porquê da importância das cotas. Aí, teve um dia que realmente eu fui para o embate e eu perguntei para eles, se eles não tinham vergonha da universidade pública, não ter pessoas negras e as pessoas negras pagarem mesmo imposto. Eles ficaram olhando para a minha cara, então é assim que eu percebo que a IF tem essa responsabilidade social, mas ainda a gente tem os alunos que são bastante embranquecidos. O PIER é necessário! Na minha visão, é necessário, porque a gente está aqui junto e podemos nos acolher e nos fortalecer, porque se não é isso aqui, só no lamento, fica muito, muito difícil permanecer. J., você falou que se sentiu burra, a gente não deve ser, porque a gente passou nos processos seletivos, né...? E eu não sei você, J., mas eu não passei pela cota ainda, eu passei pela ampla concorrência. Então, é complicado... só que assim eu me sinto burra, porque eu não consigo aprender inglês. Eu venho pro PIER para me fortalecer, porque até hoje eu tenho 44 anos, tenho muita dificuldade de aprender inglês, demais, e a impressão que eu tenho também, é que isso é trazido pelo racismo...

PESQUISADORA: Mas você está aprendendo! Tranquila, né? Vou interromper aí, hein!

F: Mas eu agora...eu tenho 44, eu vou fazer 44 anos! Agora, eu achei muito tardio pra mim, é muito tardio, porque eu vejo meus alunos, eu vejo minhas filhas falando inglês, e

gente do céu, e para mim é uma dificuldade. Para eu fazer, para eu estudar qualquer frase, eu tenha que estudar muito...então, é realmente... a impressão que eu tenho é que assim, o inglês não me pertence, por isso que não entra, sabe? Então o PIER me ajuda muito nisso, porque eu falo. Bom, agora eu acho que eu vou aprender! Mas é isso gente.

PESQUISADORA: Que lindo isso! Aí, olha só, mas nunca é tarde, né? Por isso que eu estou lá! Olha lá a Tia Bete no inglês, né? E aí vai aquela emoção, de você está ali, não é? E ninguém te entende? Então você está ali, meio que de peito aberto, para aprender numa boa né? Eu passo um “arranca rabo” na galera, mas é gostoso, né? É uma... é... ali tem muita comunhão, faça sol, faça chuva, eu estou ali...

F: Tem muita força, tem muita força.

PESQUISADORA: Eu estou ali de coração aberto, pra ensinar de graça. Sim tu tá ali assim, com o primeiro cara, que foi o garoto que eu encontrei na rua, que é o David e eu estou desenvolvendo o cara e o cara está ali. E então eu fico assim muito emocionada com isso.

PESQUISADORA: É ...diga lá, G. Uma outra pergunta...

N: Pesquisadora, rapidinho, depois que o G. falar, você me dá a palavra novamente, eu queria fazer uma intervenção muito importante, não queria deixar de falar. Depois, eu sei que o tempo tá curto...

PESQUISADORA: Claro, eu vou colocar mais uma coisa também. Aí pensa também G., porque você ia falar. Que futuro vocês veem para os corpos negros e para epistemologia contra hegemônica na pós-graduação? E o corpo e a presença negra que você não vê em nenhum texto, que a gente não sabe nem o que é que a gente está lendo e de quem que está lendo, né?

F: Eu via.... faz aí propaganda, eu, F...

PESQUISADORA: nem o que a gente está lendo e de onde vem aquilo,

F: Aqui a epistemologia! (F. mostra seu livro)

PESQUISADORA: Que lindo, né? É isso aí, gente! Vai lá, vai em frente G.

G: Olá, boa noite a todo mundo que eu não conheço e o pessoal do inglês aí! Boa noite para todo mundo. A gente vai aprender, viu Pesquisadora? Cara, a gente vai ficar bilingue, daqui a pouco a gente tá falando inglês aí, e vai ser massa! É... eu falo do mesmo local assim, que é igual a J. Eu também sou mestrando aqui na UnB em Direito. É ...eu sou lá de Salvador, sou formado em Direito na Universidade Federal da Bahia e aí, venho aqui tentar o mestrado, porque eu tenho muito interesse na carreira acadêmica, assim tal, né? Nessa linha, apesar de advogado também, fazer concurso para magistratura, estou

conseguindo o que eu posso, porque para entrar na vida docente, tem que fazer o doutorado, esse é o caminho acadêmico, né? E assim, falar dessa... da vivência da pós-graduação, sim, são várias camadas, assim, né gente? Existe de fato, sim, tudo aqui na UNB, tem muito pouco negro aqui na pós-graduação, na graduação até que tem, mas na pós-graduação tem, acho que, menos que 10 %, estou falando assim, uma observação visual. Assim, professor, tem nenhum. Já acabei os créditos, estou na parte escrita, estou escrevendo minha dissertação, sou da área do Direito do trabalho, escrevendo sobre os entregadores por aplicativo, esses caras de “bikes”, que são jovens negros, geralmente o primeiro emprego, que dão todo o seu esforço físico para pedalar pelas cidades para entregar comida. Às vezes ele vai descalço, sem nenhum EPI (Equipamento de Proteção Individual), a comida vai lá embalada, com papel térmico, mas o pessoal não está nem aí para o cara, quer dizer, nem liga para o cara, que deixa a comida na portaria. Vem buscar a comida e nem sabe quem entregou. Então estou investigando isso aí, os entregadores por aplicativo lá em Salvador. Na cidade que tem muitos aclives e declives, na cidade muito acidentada, que tem muita ladeira, então, enfim, que tem uma perspectiva física, de esforço físico, que remete aos ganhadores né? Alguns séculos atrás, eram os negros escravizados que entregaram e levavam as coisas

N: Escravos de ganho.

G:Então, vou fazer uma análise partindo do histórico, quem são esses corpos que sempre trabalharam entregando coisas, fazendo uma análise etnográfica também. Então, estou me estreitando na parte da escrita. Mas voltando ao assunto, foi bem interessante porque eu dei uma entrevista recentemente para aquela repórter da Globo. Saiu até no G1. A Zileide, acho que a Zileide, se não estou enganado, uma reporter negra da Globo, aí, eu estava na fila do RU (Restaurante Universitário), pois estava lá para chupar um geladinho, que é ótimo, pois estava acabando de almoçar. Ela me abordou, achando que eu fosse da graduação, para entrevistar alguns estudantes negros. Eu falei, não, eu sou da pós-graduação, estou gostando e tal. Então ela falou, poxa, eu estava sentindo uma diferença muito grande aqui, porque quando eu vim aqui, alguns anos atrás, quase não tinha estudantes negros e agora tem bastante, né? Como é na pós-graduação? Na pós-graduação é como você via aqui anos atrás, ainda tem muito pouco. E é sempre um impacto muito grande, porque há sempre um olhar de estranheza em várias camadas. Primeiro a pessoa estranha você está estudando Direito, já mostra um estranhamento, porque no Direito historicamente a gente aprende no histórico do Direito, que ele foi feito para as elites locais se formarem aqui, nas primeiras universidades do Brasil. Enfim, gera um

estranhamento... e falam assim... e aí, você está na graduação. E você responde, não eu estou na pós-graduação, e gera um grande, outro estranhamento... há então uns níveis assim, né? Porque já é tão difícil de se entender que um negro pode fazer graduação, que a pós-graduação então, enfim, já gera um maior estranhamento ainda. Então dentro do próprio ambiente acadêmico, a gente vê vários exemplos, aquilo que a J. citou, eu vivenciei um pouco isso também, eu fui aluno deste mesmo professor e tal, fiz essa disciplina e ele colocava os textos todos e alguns em alemão, mas enfim, a gente vai enfrentando tudo isso. Eu tive a oportunidade de fazer pesquisa logo no primeiro semestre da graduação, com um professor negro lá na faculdade, que me abriu os olhos para a pesquisa. Eu fui falando, Professor Samuel Vida é um intelectual negro, um ativista, lá da Universidade Federal da Bahia e logo no primeiro semestre, ele me convidou para fazer uma pesquisa, que era uma pesquisa inclusive voltada para o Direito à memória e à verdade. A gente estava meio que investigando os negros que eram desaparecidos políticos durante a ditadura militar, que a historiografia meio que não alcança isso, se fosse, pense que não sou branco, e eu queria saber o que se dava contra a ditadura militar. E a gente fez uma investigação neste site lá para estudar alguns anos na graduação e daí por diante, eu comecei a minha vida na pesquisa e continuei até o dia de hoje. E observando tudo isso pra ver essas primeiras evidências, a gente está tendo contato com o letramento preto, estudando, pesquisando tendo participado de produtos de pesquisa, enfim, a gente observa que mesmo com essas políticas de democratização do acesso, mesmo com essas políticas de inclusão, ainda há um abismo muito grande, porque é isso, eu esqueci o nome da colega que falou, a N, ela falou que o que eles fazem é uma estratégia para poder inviabilizar a entrada. E teve algo assim que aconteceu em um concurso recente, também lá universidade federal em que eles abrem várias vagas, abrem 10 vagas por cada departamento, mas aí, fica uma vaga só pra por cota, isso já entrou até para o Ministério público, enfim, então é só mais uma das estratégias, para poder inviabilizar a entrada. E aí eu acho que essa estratégia, também de colocar os textos todos em inglês em um semestre inteiro, só lendo texto em inglês, um curso inteiro, um semestre inteiro, só lendo livro em inglês, enfim é uma estratégia também para poder desmobilizar, fazer a pessoa desistir, que também tem a ver com o que a F. falou, que com isso as pessoas dão notas baixas, tudo isso é um conjunto de estratégia de dominação, para poder, se não conseguir inviabilizar a entrada, inviabilizar a permanência, e a conclusão do curso tanto da graduação quanto da pós graduação, né? E o PIER pra mim é assim, é praticamente um quilombo, porque é um lugar onde encontro outros negros e negras,

porque aqui em Brasília, eu estou morando aqui, eu moro na asa norte, e em Brasília não tem muitos negros, na asa norte então tem pouquíssimos negros, quando eu vou pro curso de inglês, para a aula de inglês é ótimo porque tem outras pessoas como eu... assim... , é bem legal, porque eu estou só aqui. Em Salvador a minha vida é negra, mas só que eu não estou lá em Salvador, eu estou morando aqui. Então, enfim, aqui também é um espaço de acolhimento, de fortalecimento, mas pode ser que a gente se municia desse alimento, que a gente se regenera também das feridas, pois o dia a dia acadêmico pode ser bem difícil, as vezes é bem difícil, bem duro... então a gente meio que se encontra, dá uma risada, brinca, faz uma conversa, fala alguma bobagem e assim isso de alguma forma alimenta a gente, nos retroalimenta para continuar seguindo em frente. E eu penso que as estratégias para o futuro têm que ser parecida ou muito parecida com esta, eu acho que daqui a algum tempo, acho que vai surgir cada vez mais, inclusive, eu acho que cada um aqui pode ser e deve ser um agente multiplicador dessas ideias, né? Criar novos PIERS, criar novas organizações, para além da organização estatal. Acho que essa organização coletiva, como uma rede, já que historicamente os negros sempre fizeram o maior exemplo com o quilombo, eu acho que seremos agentes, podemos ser agentes multiplicadores e falando com o P., hoje eu torci para a Argentina, porque eu estava muito afim que a Croácia se “lenhasse”, mas enfim, tava com raiva da Croácia, então hoje eu pedi uma licença poética, para torcer para a Argentina. É isso galera, vamos em frente!

PESQUISADORA: Lindo! Quem é? Z. ou N.?

Z: Eu queria falar, mas eu não estou conseguindo levantar a mãozinha.

PESQUISADORA: N, eu passo para o Z. ou você quer falar agora?

Z: Não pode passar para ela.

N: Então vou tentar ser bem rápida. Primeiro eu quero falar 3 coisas, mas antes das 3 coisas, eu acho muito interessante essas histórias. Sempre falei que os entregadores eram os novos escravos de ganho. Graças a Deus alguém está pesquisando sobre isso, e se serve de consolo torcer para a Argentina, as minorias massacradas na Argentina são os indígenas, porque os negros eles afundaram todos nos navios, né? Os negros que foram para lá, eles botaram no navio prometendo que iriam voltar para a África e afundavam no alto mar. Então vamos lutar pelos ancestrais né? E deixar os branquelos trabalhar para a gente também e dá um pouquinho de alegria. Mas assim, 3 coisas muito rápidas em relação ao que a Pesquisadora está perguntando, primeiro que eu acompanhei essa mulher desde o início, ela lutando para tentar fazer entender qual era a proposta dela, e fazer tentar fazer entender, não eram só brancos resistentes, mas eram os pares negros que não

conseguiam entender qual é a iniciativa. O pessoal pensava que ela ia querer fazer um grupo de estudantes negros para discutir sobre o não sei o que e para que isso. Eu ouvi isso, e falando sobre ela. Então é assim ...é muito importante nós refletirmos e encararmos de frente isso, que entre nós há resistência, há disputa de poderes. Eu estudo Foucault e, essa questão do poder é muito cara. E a gente tem que começar a também a se blindar e a se preparar para esse tipo de resistência, que a gente vai encontrar entre os nossos também. Isso é a primeira coisa. A segunda coisa que é muito importante e que tem que estar presente no PIER, nós somos negros defendemos a nossa causa, a nossa representatividade, mas nós podemos falar do que a gente quiser, entre os meus pares, eu fui chamada, acusada de racista intelectual, porque eu queria estudar a escola francesa, mas eu posso estudar a escola francesa... eu posso, a colega estuda física, A. estuda música, o P. é sociólogo... nós não estamos obrigados a falar só sobre causa negra, a Maju Coutinho fala isso, mas é verdade, que chamam mais ela para dar entrevista no dia 20 de novembro. E todo o conhecimento dela não serve antes? Então isso tem que ser debatido, isso tem que ser posto em pauta também. E a terceira coisa, a gente sempre esquece a terceira coisa, que era muito importante também, mas eu não lembro não, vou passar pro Z. e depois, se eu lembrar, eu falo sobre ela, a terceira coisa. Mas eu acho essa coisa da resistência entre os nossos pares, algo que a gente tem que entender que não é racismo reverso, não é racismo entre nós, mas é algo que a gente tem que criar uma consciência, para lidar com essa situação. Quais são as receitas, eu não sei, mas a gente tem que aprender a lidar com isso também. Quando eu lembrar a terceira coisa, se der, eu falo depois, para não tomar muito tempo.

PESQUISADORA: Fala Z., sem som Z.

Z: Estão me ouvindo? Então, eu queria falar um pouquinho, rapidinho, é só uma passagem mesmo com a questão da minha graduação, quando eu entrei. Eu entrei na SIMONSEN e aí, eu na pedagogia, muita mulher, pouquíssimos homens, e a pedagogia é vista como uma cadeira daquelas pessoas, que não se saiu...

PESQUISADORA: Saiu o som Z, você bateu em alguma coisa aí...

P: ..., e desligou o microfone sem querer... está desligado seu microfone

Z: OK!

P: Agora sim...

Z: Então, então a Pedagogia, ela é vista como uma cadeira, onde muitas pessoas que não conseguem fazer matemática, fazer um outro tipo de graduação, que para a sociedade tem mais peso, é ali que todo mundo vai, aí a paixão de ser professor. E a grande experiencia

que eu tive dentro da Pedagogia, é que eu não procurei os professores negros. Não procurei os professores negros, mas as pessoas negras que me apareceram, eram muito diferentes daquilo que eu imaginava, no sentido de acolhedor, talvez seja por conta de estar numa posição superior, de estar numa situação de ensino superior, onde tinha um confronto com outros brancos, no sentido de ter que passar o conhecimento, essa coisa toda. E aí, é eu comecei a observar... então, eu sempre tive as minhas grandes dificuldades na graduação, e a partir das minhas dificuldades, eu comecei a entender que eu precisava me explicar na faculdade. Então assim, eu tentei trazer para a faculdade o poder da pedagogia e aí eu recebia as pessoas, eu falava com todo mundo, muito comunicativo. eu entrava na sala da direção, eu tinha e gostava muito da questão da história. Então assim, eu me dava muito bem nessa questão da história, falar... então eu cheguei em ponto na graduação que eu não escolhia mais grupos para poder participar, os grupos que disputavam quem iria ficar comigo. Mas por quê? Porque eu consegui fazer uma integração, comigo e com eles, de maneira que é a gente poderia fazer coletivamente e dividir todas as coisas, sem nenhum problema, pois todos nós que ganharíamos com isso. Só que nesta história toda...

PESQUISADORA: Aí Z., uma perguntinha... e na pós?

Z: Ah é! Na pós, a minha pós...ela foi uma pós em meio a pandemia, bem função. Como eu fiz Pedagogia, eu então caminhei para Psicopedagogia para poder entrar nesse viés da história, da contação de história e tentar aplicar a psicopedagogia a partir da contação da história, que é justamente o que eu venho fazendo dentro da minha prática e aí o meu referencial dentro da contação de história é o alcance das crianças pretas, aonde elas se identificam, vão ver um homem preto contando história, não a fadinha, não a tia, e aí, é a grande revolução para mim nessa história toda... Ter vivido uma graduação diferente e uma pós-graduação pandêmica, que também resultou e que me dá grandes resultados hoje, quando eu vou fazer o meu trabalho. Assim as experiências que eu tive, com as crianças, me faz e me remete muito às minhas dificuldades enquanto estudante. Porque antes de fazer pedagogia, eu tentei fazer a teologia, e ouvi uma pessoa falar assim para mim, olha, você...essa cadeira é de branco, não é de preto não, essa cadeira aqui, é uma cadeira de pessoas brancas. Aí, você via, pastores, aí...me apontavam... olha está vendo fulano, é pastor. Aí você vê toda aquela nata branca. Realmente na minha turma não tinha pessoas pretas, e aquilo para mim era um embate. Quando eu entrei na Pedagogia e depois eu vim para a questão da pós-graduação, era justamente uma situação de resgate, então hoje a minha prática. E o que eu espero do PIER, é que o PIER cresça e cresça com muito

mais ação, não é? Porque eu acho que a gente precisa fazer muito mais ação, para a gente realmente mostrar, a nossa força enquanto esse grupo. Que estamos nos reunindo e estamos conectados. E eu acho que outras pessoas realmente precisam de ouvir e de saber que esse grupo existe, mas que precisa ser envolvido e acolhido, no sentido de... vamos lá, vamos fazer, vamos acontecer, você precisa de ajuda... e a gente está aqui porque nós já passamos por isso também. É... a nossa dor, né? Um dia tivemos a mesma dor que você está tendo, então assim... as narrativas que a gente escuta das pessoas e as dificuldades que são apontadas, elas não são muito diferentes, elas só acontecem em espaços diferenciados... claro que uns com uma carga muito mais diferenciada do que as outras. N., por exemplo, tem uma outra carga muito mais diferente do que a minha, e outros também, e por aí vai dependendo da área e da situação em que pessoa estiver. Mas assim, na minha vida, o PIER, tem acrescentado, tem somado, no sentido de coragem, vai lá, olha, continua fazendo, tem pessoas que estão olhando por você e você é referência para pessoas. E nesse mundo que parece que não tem muita solução, nós conseguimos ser referência para crianças, jovens e adultos. Então quando uma pessoa vai dar aula e vai trabalhar com os adultos, lá na EJA, na CEJA (Centros de Educação de Jovens e Adultos), o sentimento é de esperança, de ó... “caraca”, eu já passei por isso, ó! Quando a nossa amiga disse que ela está velha para aprender inglês, na verdade, não é, né? Porque essa mensagem das possibilidades, sempre vai existir, por conta daquilo que a gente faz, por conta da nossa presença. E a nossa presença ela sempre será uma leitura de possibilidades, né? É... eu cresci sem pai e sem mãe... e hoje, eu estou fazendo uma contação de história, hoje eu sou um psicopedagogo. Muita gente julga assim, ele não teve mãe e aí dizem desgrenhou para um caminho assim, XYZE, na verdade a gente sabe que a sociedade joga para outros caminhos e as pessoas são empurradas para ele, mas existe também, aquelas mãos que podem puxar e trazer para esse momento por exemplo como estamos vivendo agora, de encontro, dentro dessa leitura que o PIER para mim é um sentido de Esperança. É só isso gente, desculpe o atraso mais uma vez.

PESQUISADORA: Foi lindo, acho que no final, a minha provocação final sobre que futuro a gente vai ver para os corpos negros e para as epistemologias contra hegemônica na pós-graduação?

N: Eu lembrei do que eu ia falar.

PESQUISADORA: Eu vou passar aí para você. Quando eu falo assim que eu estudo Freud, eu estudo o inconsciente, porque não existe nenhum outro autor que fale do inconsciente, só que o que eu penso quando eu vejo as pirâmides, quando você vê assim,

quando eu lembro de uma aula de Mitologia e Psicologia e a professora mostrava monumentos em Pedras, monumentos dos gregos e quando pensamos nos monumentos de pedras da África, “caramba”, os primeiros monumentos de pedra feito na África, é uma coisa! Que matemática, não é? A pirâmide não é “fichinha”, né? E existem outros monumentos na Etiópia. A professora de física, vai saber. A gente está falando de inconsciente por Freud, aquele cara em 1800 que estava falando de inconsciente, e de repente aqueles caras lá na África, já estavam falando de coisas, que já tinham muito antes... Aí, eu me lembro do Sheik Anta Diop falando de apagamento, de um apagamento de várias referências do povo negro, que a gente não tem ideia, e que está além da gente, quando pensamos na Yoga Indiana, e você vai lá na pirâmide e vê todos os movimentos na parede feito por negros e percebe o pagamento de tudo aquilo! Porque se você olhar, os caras viajavam, o local onde o holocausto foi treinado, foi na África e foi muito antes do Holocausto dos judeus e isso foi lá na Namíbia, e eu pensei, onde tá aquilo que foi apagado no passado? Por que nós repetimos a fala que nos foi ensinada? Como seria a nossa fala se a nossa fala não fosse a portuguesa? E o que que nós estamos querendo provar para quem e qual sociedade? Eu não posso negar esse português, porque eu não vou chegar aqui e falar a língua da Etiópia, porque não é minha língua mais, mas o que estava naquele passado? A Filosofia Sankofa, vai nos falar que para se construir o presente e melhorar o futuro, é necessário olhar o passado. Essa era a minha provocação, para a gente refletir e se tiverem animo para dar mais uma palavrinha...

N:Olha, sobre a sua provocação mesmo, estão nos corpos, eu tenho pensado muito nos últimos dias, toda essa questão da força retórica do discurso, na economia, no mercado, como o mercado fosse uma entidade, né? Tem até um jornalista chamado Bob Fernandes que fala sobre o mercado, como se o mercado fosse uma pessoa. Mas se a gente olhar e tirar coisa dos anos 90, no final dos anos 80, era essa mesma retórica em relação ao FMI, (Fundo Monetário Internacional), né? Aí, ficava falando o FMI, até chegar um governo que chegue e decida, eu vou pagar o FMI, eu estou com dinheiro em caixa e eu acho que vou emprestar dinheiro para ele. Aí, cria uma outra imagem, é a mesma coisa da questão negra, nos anos 90 era forte, né? Fernando Henrique teve aquela fala racista em máxima potência de que eu tenho um pé na cozinha, porque todo mundo, todo mundo, até a própria música da Sandra de Sá, né? Todo o brasileiro tem sangue “criolo”, mas a questão do racismo não é da genética é do fenótipo, pois é o corpo negro, que é massacrado, que é humilhado, que é rechaçado. Então a gente tem que trazer esta força do discurso, nessa potência que está agora, os vinte primeiros anos de um século ele tende a ser potente no

sentido de transformação, é por isso que hoje, existe uma força muito grande ,eu tenho aprendido nos últimos dias , por causa da polemica da Djamila, em relação às pessoas que menstruam, para entender o que estava por trás disso, porque aquilo não me atinge , então se aquilo não me atinge , eu estou disposta a entender para mudar o meu pensamento, e tem muita gente disposta a entender e não é educar, a gente não tem que sair por aí educando as pessoas, para saber o que é racismo e o que não é racismo. Mas tem gente que ainda não compreendeu né, como a colega de física que eu não estou vendo o nome, que falou que os alunos não entendiam...

F: F. (Falando seu nome)

N: E como eles entendiam. Então a gente tem que aproveitar essa potência, quando eu vejo o PIER, a iniciativa da Pesquisadora, eu vejo que isso há oportunidade de você, fazer fervilhar as potências, assim como a CUFA (Central Única das Favelas), assim como tantos outros movimentos. A gente tem que buscar representatividade, nós temos que estar preparados para encontrar resistência, inclusive entre os nossos pares, e a gente não deve oferecer resistência também, a Pesquisadora pode falar depois, ela fala sempre do jiu-jitsu, né? Que a força você usa a do outro e você transforma aquilo... eu nem sei, se isso vai funcionar, mas em determinadas circunstâncias tem que funcionar. Aí a gente tem que aproveitar essa potência, então existe esse tempo de potência e quando se fala assim, não está mudando, é mentira, está mudando, está mudando porque estamos insistindo. Isto também é uma forma de você enfraquecer a ação, quando você fala assim. Mas o racismo sempre existiu e sempre a gente tem que falar de racismo, sempre. Sim, é cansativo, mas é a nossa função, a gente viveu nesse tempo e a gente tem que abraçar a causa. Só vai ter que ser assim, tem que encarar isso de frente, é com a gente mesmo, tá na nossa mão e vamos em frente! Então vejo muita possibilidade de transformação, vejo muita potência de iniciativas como PIER, e acho que o copo está meio cheio, vamos acreditar nisso que isso vai fortalecer a gente.

PESQUISADORA: É isso gente, foi lindo muito! Muito emocionante para mim, imagina o PIER começou quando eu tinha 19 anos, na graduação, eu estava na PUC, e eles não admitiam fazer um projeto com recorte racial, para permanência e acesso para universitários negros. Hoje com 50 anos, o PIER volta com a força total, eu fico olhando com aquele ânimo de quando eu estava novinha, né? Brigando sozinha contra uma universidade e um monte de gente branca que questionava por que incluir só pessoas negras, eles falavam assim. Não tinha nem cota e eles questionavam sobre para que fazer o recorte racial. Estava começando o PVNC (Pré-vestibular para Negros e Carentes) e a

EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) no movimento de inclusão para o acesso e permanência das pessoas pretas nas universidades. Então eu só tenho a agradecer a vocês, muito obrigado, pelo tempo de vocês! Eu quero contar que eu estou passando pro doutorado e eu não vou esperar, eu vou fazer essa provocação, eu não quero saber o que meus orientadores vão fazer, mas eu não vou esperar o pessoal morrer para falar de vocês, então a minha tese de doutorado, vai contar a vida de cada um dos integrantes do... que queiram né, do PIER, a sua estrada, as suas dificuldades, o que que vocês falam, e eu não vou esperar o pessoal morrer pra falar de vocês. Eu tenho um monte de Juliano Moreira, Luiz Gama, Virgínia Bicudo, e uma mulher preta, física, tão inteligente quanto o Einstein, né? Tem Einstein preto e outras físicas que estão aqui com a gente. Então, muito obrigado, muito obrigado, pela presença de vocês!

GRUPO: Tchau gente, boa noite, tchau pessoal, prazer, tchau tchau! Boa noite, tchau, tchau, boa noite a todos! Boa noite!

A Pesquisadora e o grupo se despediram encerrando a entrevista.

Uma provocação final foi lançada questionando sobre porque a pessoa negra deseja fazer pós-graduação, uma vez que este lugar é constituído como lugar de branco. Devido a alguns participantes terem saído, foi enviada a pergunta e enviaram a resposta por mensagem de texto ou mensagens de voz por WhatsApp.

P: Minha experiência e a minha especulação como educador, mais do que como ex-aluno, é que, primeiro existe uma demanda reprimida por um lugar de fala. Seguindo esta mesma reflexão, os negros percebem a invisibilidade de certos temas e por conta deste contexto que a gente tem vivido nos últimos 10 a 15 anos. Essa demanda reprimida teve um rebatimento na sociedade, além disso há uma questão de autoestima também. Aí eu falo autoestima em termos de identidade, de aparência e de se ver como ser pensante. E por último, como terceiro ponto é especificamente a questão política. Eu acredito e percebo que muitos negros se posicionam assim, que precisa ocupar um espaço não apenas no sentido étnico racial, epistêmico, epistemológico, mas também político, de ter voz e de ter volume, na própria voz dentro da academia. Assim basicamente acho que seria isso aí, dá pra escrever um livro sobre isso. De certa maneira você está vai produzir uma reflexão a esse respeito.

E: Será que é um lugar de pessoas brancas? Será que está em um cargo de juiz é de pessoa branca, será que ocupar o lugar numa faxina é de pessoa negra. Então são questões que a gente às vezes se indaga, se interroga, mas que elas não podem ser deixadas de ser vistas como um processo socialmente construído. Se existe esse lugar de pessoas brancas e de pessoas negras, eu acho que se você determina, não é que esses lugares são para tais grupos étnicos, pois acaba comprando o discurso do colonizador.

N: Eu quero ser pesquisadora e para ser pesquisadora é preciso fazer pós-graduação. O negro deve pensar, eu tenho capacidade e eu devo assumir todos os lugares, mesmo que eu tenha sido destituído. E jamais fortalecer o discurso da branquitude que existe o lugar do preto e existe o lugar de branco.

Z: Porque neste lugar conseguimos enxergar o avanço em conquista do negro, a partir da sua intelectualidade, inteligência. E também porque a especialização aumenta as possibilidades de conquistas.

R: A princípio eu não via a Academia com essa dialógica de que eram para pretos ou brancos. E hoje discutindo em uma eletiva na pós-graduação de relações étnico-raciais na educação básica, é que parei para pensar nesse embranquecimento da Academia. Até então é eu me reconhecia como negra, como favelada, mas não como uma pessoa que estivesse de fora do perfil de pessoas da Academia, porque eu era negra, mas sim porque não havido tentado. Quando eu procurei a Academia, eu sou professora e eu sempre tive uma relação muito, posso chamar de íntima, com os problemas que causam a falta de alfabetização nas classes populares. E dentro de todo esse conceito, foi algo que eu vivi, eu fiquei imaginando como seria uma educação igualitária para todos, e como seria uma educação que pudesse incluir as pessoas que são menos favorecidas, que são na verdade pessoas que moram na favela, porque eu moro na favela da Rocinha, e que estudam nas escolas da favela da Rocinha, porque eu estudo e estudei na escola da favela da Rocinha, pudessem estar inseridas nesse letramento, na alfabetização e no letramento de fato, porque são duas palavras que são diferenciadas. E muitos brasileiros são alfabetizados, mas não são letrados e eu gostaria de saber por que essa classe não é letrada, e gostaria de desenvolver algumas atividades que pudessem possibilitar essa inserção. Então, eu estou falando de verdade, eu não conseguia ver esse embranquecimento, mas eu vi uma exclusão territorial que nós chamamos de racismo ambiental. Isso para mim, era sempre

muito forte e aí eu via por que que o Favelado não está na universidade, porque o favelado não faz mestrado. Isso eu via, eu não via com relação à questão da raça.

G: Eu acho que tem 2 motivos principais: o primeiro é porque temos, que na minha perspectiva questão de direito. Eu acho que é um Direito de todos ocupar todos os espaços que podemos ocupar, inclusive o espaço educacional, sobretudo esses espaços que são historicamente ocupados por brancos, né? Então inclusive nessa própria afirmação que é um espaço construído historicamente por branco, revela o teor racista e o teor exclusão que existe no sistema educacional, sobretudo na universidade pública, porque se é público, então deveria estar todos lá. E se pelo menos, pelo último censo mais de 50% da população Brasileira é negra, então para que houvesse uma igualdade de fato, pelo menos a metade das pessoas da pós a graduação, deveriam ser negras. Se a gente vivesse num país em que não existisse um processo de racismo, que fosse construído historicamente. Então essa é a minha primeira parte da minha resposta, é uma questão de Direito, acho que tem que ocupar os espaços! Acho que fica a segunda parte a questão da representatividade, eu acho que esses espaços como a Academia é um espaço historicamente de poder e estar nesses espaços é uma forma também de construir, não é? Ali dentro da Academia, não é? Porque eu acho que a mudança não vai vir de fora para dentro. Mas se vai vir tem que vir por dentro, né? Eu acho então, é com esses contingentes de negros e negras que vem entrando nos últimos anos pelo sistema de cotas, isso daqui a alguns anos vai começar a gerar alguns resultados. Eu acho que é por dentro da estrutura então.

Eu sou um negro, eu estou lá na pós-graduação, aí um outro negro vê: uma criança, um jovem, um adolescente, um vizinho, seja lá quem for e que seja negro também, então isso cria um espaço simbólico de possibilidades, um espaço que é possível de ser ocupado, quem sabe daqui alguns anos algumas décadas, esse espaço seja visto como um espaço comum. Não é para ser ocupada apenas por pessoas brancas, mas que seja um espaço para ser ocupado por qualquer pessoa, que seja independentemente da cor, da classe, do gênero, e da raça... Então, eu vejo por essas duas perspectivas. A perspectiva do Direito. Que sobre direito, todo mundo tem direito de ocupar todos esses espaços, por isso é importante estar nesse espaço, como a garantia do Direito educacional, que é uma previsão, inclusive constitucional. Está na Constituição! E segundo, que é um espaço de poder também, que é importante ocupar esses espaços, porque ocupando esses espaços simbolicamente, para quem foi retirado do espaço para outras pessoas entrarem, a pessoa

segregada se verá representada. Isso de alguma forma, na minha maneira de ver, também ajuda a amenizar os efeitos desse sistema racista, desse processo paulatino de exclusão, esse processo reiterado, de afastamento, de banimento da população negra do sistema educacional, em todas as fases, em todos os níveis, no básico, no ensino médio, no nível superior e na pós-graduação. Também enfim eu mandei um áudio, porque escrever isso tudo é um texto muito grande, então acho que ele fica mais tranquilo até para você depois ouvir de novo, transcrever, enfim, um abraço estamos à disposição.

F: Para mim a universidade é o lugar onde a gente pensa as relações humanas em todas as suas dimensões. Então como a gente não era considerado humano, então a universidade, não é pensado para um branco, ela é pensada para pessoas humanas. E fazer uma pós-graduação para mim, nos coloca nesse lugar, porque até então as pessoas não nos ver nem como gente. Não é a universidade que é pensada para pessoas brancas, ela é pensada para pessoas e nós nunca fomos considerados pessoas. Como eu tenho a consciência da minha humanidade, então eu quis fazer universidade eu quis fazer uma pós-graduação, eu quero fazer doutorado, enfim porque esse é o lugar que foi construído para a gente ter, ou para a gente constituir pensamentos, coletivos ou não.

É uma outra coisa, a primeira universidade, fica em Timbuktu, então quer dizer que na verdade a universidade não foi pensada para pessoas brancas, ela foi retirada das pessoas negras.

J: O principal desejo de uma pessoa preta ao entrar na pós-graduação é ascender intelectual e financeiramente. Uma forma de tentar burlar o racismo que nos coloca nas classes mais baixas e empregos menos remunerados. Porém, esse mesmo racismo, que é estrutural, segue recolocando esses pretos num local de incapacidade (porque esses pretos têm em geral menos dinheiro e precisam de bolsas de estudos que são mal remuneradas, moram longe, trabalham e estudam ...). Fora que, falando em mercado de trabalho, nada garante efetivamente que o título superior terá o mesmo peso que teria para um branco. Apesar disso, a pós é uma esperança de dias melhores.

A: Na verdade, estar numa pós-graduação ou em qualquer nível escolar é lugar de todos mas sabemos que nem todos ou almejam ou chegam neste lugar por vários motivos.

Estar numa pós-graduação exige vontade, tempo, dedicação e muita responsabilidade visto que é uma forma de estudo, onde se desenvolve pesquisas muito relevantes.

A pessoa preta por sua vez tem seus obstáculos da vida para ter essa dedicação extrema desde cedo dependendo do meio em que ela vive. Deste modo, algumas pessoas pretas

não se dedicam e não se familiarizam com os estudos e com o passar do tempo, os que não abandonam os estudos pelo motivo de trabalho para ajudar a sustentar a casa, abandonam por falta de interesse, isso quando conseguem chegar ao ensino médio, pois a maioria não termina nem o ensino fundamental.

Estar na pós-graduação agrega na ascensão em alguns trabalhos e no intelectual. Se nós pretos não nos atentarmos pra isso, seguiremos no pensamento de muitos como se a pós-graduação fosse apenas lugar de pessoas brancas.

I:Concordo que a pós-graduação é constituída como lugar de branco, contudo isso não significa que pessoas de outras etnias não possam fazer a pós. Entendo que isso seria uma forma de se ter um espaço mais plural, uma vez que a sociedade não é apenas constituída por pessoas brancas. Para mim, eu também tenho o direito de estar neste espaço, não vejo como um lugar exclusivo para brancos.

O desejo de fazer uma pós-graduação se deve ao fato de ser uma forma de resistência à hegemonia branca dentro desse espaço; servir de exemplo para pessoas com doença falciforme, que em sua maioria nem possuem o fundamental completo; para buscar mobilidade vertical e para mostrar àqueles que me discriminaram que sou uma pessoa capaz para fazer uma pós-graduação. Respondido. Desculpe a demora, mas estava bem assoberbada e queria responder com calma!!

C:Em relação à provocação, eu refleti sobre a pergunta e eu acho que é exatamente por conta disso, por conta de ser um lugar constituído como um lugar de branco. Exatamente por isso que a gente precisa estar na pós-graduação, porque esse lugar, a Geografia do lugar, é uma construção sociopolítica de longa duração, que perpassa a escravidão, perpassa a o processo de fim da escravidão e dos mecanismos que se criou no pós-escravidão para atualizar essa Geografia, essa geografia do lugar do negro na sociedade e do lugar de branco. Como se fosse geografias naturais, como se fossem estatismos não é, como se o Pão de Açúcar está ali desde tempos imemoriais, e o lugar de branco, o branco está ali desde sempre, para sempre. Eu acho que a gente tem que estar nesses lugares, porque a pós-graduação é um lugar de branco historicamente construído, porque a universidade foi construída para os brancos, pelos brancos, para pessoas brancas, então é esse desfazimento dessa naturalidade do lugar como se fosse uma cartografia natural, não é? Uma Geografia espacial e acabada e pronta. E não uma narrativa em disputas sempre. E aí passa por uma construção desde a infância de qual seria o lugar do negro, de

subalternidade, de empregos, de baixa remuneração de baixa instrução. De modo que, eu acredito que a pós-graduação é um lugar a ser disputado pelas pessoas negras, por isso que eu acredito que a gente precisa estar nestes lugares, exatamente para desconstruir a ideia de longa duração de 400 e 500 anos, de que tem um lugar da brancura, da alvura, e o lugar do negrume, da negritude, que é o lugar da subalternidade, do crime, da fome, da miséria, da favela, do morro, da pobreza, do alfabetismo. Então todos os lugares precisam estar sendo possibilidades dos negros. Eu acho que é por isso que a pós-graduação é esse lugar, porque é um lugar de prestígio, é um lugar de poder, onde são formuladas as políticas, as ideologias, onde são formados os quadros da administração pública do judiciário, da política. Então é aí que estão elementos de poder, elementos de valor simbólicos. Como para lembrar um termo do Pierre Bourdieu, um capital social. Então, você fazer uma pós-graduação, é um capital social, assim como estudar inglês, assim como estudar espanhol, assim como estudar qualquer outro idioma, aumenta o seu capital social. E é claro, que isso não resolve o problema do racismo por si só, mas é indispensável para a discussão, é indispensável, porque a gente sabe que as pessoas negras não deixam de ser discriminadas porque elas fazem pós-graduação. Eu acredito que é exatamente o oposto, ao romper com essa Geografia naturalizada e naturalizante, de que tem um lugar de negro e o lugar de branco, e que a pós-graduação não é um lugar de negro, aumenta a probabilidade de você sofrer racismo, aumenta, porque aí você está fora do lugar. É uma ideia fora do lugar, o negro no doutorado, é uma ideia fora do lugar e isso aumenta a disputa por recursos financeiros, recursos econômicos, mas também recursos simbólicos, como na universidade de ser professor e de ser cientista. Então eu acho que é por aí, não sei se eu fui claro no meu ponto, mas é o que eu penso, às vezes a gente não consegue externar exatamente como a gente pensa, de forma que seja compreensível, mas em resumo, eu acho que a gente tem que estar no lugar, porque esse lugar é um lugar que historicamente é o lugar do branco, e esse lugar do branco não é natural. E a gente na pós-graduação abre uma cunha, uma possibilidade de ruptura desses lugares, trazendo para as pessoas brancas uma ideia de diversidade, de que eles podem estar em vários lugares inclusive de não estar na pós-graduação. Porque há uma crença generalizada de que o lugar deles é lá. É natural que seja assim, porque sempre foi assim, é da tradição. Então nada mais natural do que eles queiram manter essa naturalização que determina ao nascer numa meritocracia baseada na herança, da herança econômica, mais da terra, dos bens materiais, mas também da herança do capital simbólico, do capital social, acho que é isso.